

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E AVALIAÇÃO
DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

RAIMUNDO JOSÉ PEREIRA BARBOSA

**ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO AVANÇAR NA
COORDENADORIA DISTRITAL DE EDUCAÇÃO 4 DA SECRETARIA ESTADUAL
DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO AMAZONAS**

JUIZ DE FORA

2015

RAIMUNDO JOSÉ PEREIRA BARBOSA

**ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO AVANÇAR NA
COORDENADORIA DISTRITAL DE EDUCAÇÃO 4 DA SECRETARIA ESTADUAL
DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO AMAZONAS**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a conclusão do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, para obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Chibebe
Nicolella

JUIZ DE FORA

2015

RAIMUNDO JOSÉ PEREIRA BARBOSA

**ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO AVANÇAR NA
COORDENADORIA DISTRITAL DE EDUCAÇÃO 4 DA SECRETARIA ESTADUAL
DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO AMAZONAS.**

Texto de qualificação apresentado à Banca Examinadora designada pela equipe de Suporte Acadêmico da disciplina Dissertação I do Mestrado Profissional, aprovada em __/__/__.

Prof. Dr. Alexandre Chibebe Nicolella (orientador)

Membro da banca

Membro da banca

Ao único e verdadeiro Deus. - Jesus, que
me capacitou e me fez lograr bom êxito.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador Alexandre Chibebe Nicolella e a toda equipe do PPGP, que sempre se comportaram com profissionalismo e dedicação ao trabalho.

À minha esposa Lucilene que sempre esteve ao meu lado me apoiando e incentivando.

Aos meus colegas de mestrado Antônio Menezes da Costa e Jeordane Oliveira de Andrade, que foram uma força extra de ajuda nos momentos de dificuldade.

À coordenadora da CDE-4 Professora Angélica Matilde e ao Professor Amim Haddad, por todo o apoio para realização da pesquisa.

A todos os professores, pedagogos e gestores que contribuíram com suas falas e suas angústias.

E ao povo amazonense que com seu trabalho e impostos me permitiram participar desse curso de mestrado.

“Implementação... Ah, a implementação!
O teste da realidade, o lugar da ação. Por
que parece tão difícil?”
Eduardo Salomão Condé, 2012

RESUMO

A presente dissertação foi desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação (PPGP) do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). O caso de gestão estudado tem o objetivo de compreender quais as principais dificuldades na implementação do “Programa de Correção do Fluxo Escolar do Ensino Fundamental: Projeto Avançar”, na Coordenadoria Distrital de Educação – 4 (CDE-4), a partir da descrição do programa e da análise de sua implementação nas escolas e na sede da CDE-4 e assim propor ações que contribuam para solucionar as dificuldades de implementação encontradas. A CDE-4 está localizada na zona centro-oeste da cidade de Manaus - Amazonas - Brasil, faz parte da Secretaria Estadual de Educação do Amazonas (SEDUC-AM) e coordena 34 escolas de Ensino Fundamental e Médio, das quais, dezessete implementaram o programa em 2015. O Projeto Avançar foi implantado pela SEDUC-AM, com o objetivo de corrigir a distorção idade-ano dos alunos matriculados no Ensino Fundamental, com até dois anos de atraso escolar, através de uma metodologia diferenciada, baseada na interdisciplinaridade e na aprendizagem significativa. As coordenadorias distritais e regionais de educação da SEDUC-AM são as responsáveis pela implementação e monitoramento do projeto em suas escolas, seguindo as orientações do Departamento de Políticas e Programas Educacionais (DEPPE) e da Proposta Curricular do Projeto Avançar (PCPAV). O motivo desta pesquisa foi a dificuldade enfrentada pelo pesquisador, no período em que atuou como gestor escolar, para implementar o programa na escola onde trabalhava e por observar, enquanto supervisor pedagógico, atuando desde 2012 na CDE-4, que a referida coordenadoria, também enfrentava dificuldades com a implementação do Projeto Avançar. A pesquisa é um estudo de caso, baseado na análise documental do programa e de suas atividades de implementação (PCPAV, legislação, atas, pautas de reuniões e registros acadêmicos, dentre outros), na aplicação de questionários e entrevistas com principais atores que implementam o programa no âmbito da CDE-4. Os achados da pesquisa permitiram identificar os seguintes problemas na implementação do Projeto Avançar na CDE-4: inadequação da formação continuada oferecida aos atores envolvidos; falta da prática pedagógica interdisciplinar e ineficiência do monitoramento do programa feito pela CDE-4. A partir dos achados da pesquisa, o PAE apresentado propõe as seguintes medidas visando a melhoria da implementação do programa na CDE-4: fortalecer a interdisciplinaridade como prática pedagógica, melhorar a formação continuada e tornar o monitoramento do programa mais eficiente.

Palavras-chave: Aceleração da aprendizagem; Fluxo escolar; Implementação.

ABSTRACT

This work was developed under the Professional Master in Management and Education Assessment (PPGP) of the Center for Public Policy and Federal University of Education Evaluation of Juiz de Fora (CAEd / UFJF). The case management study aims to understand what the main difficulties in implementing the "School Flow Correction Program Elementary School: Next Project", the District Coordinator of Education - 4 (CDE-4), starting from the description the program and the analysis of its implementation in schools and the headquarters of the CDE-4 and so propose actions aimed at contributing to resolving implementation difficulties. The CDE-4 is located in the center-west of the city of Manaus - Amazonas - Brazil, is part of the State Department of Amazonas Education (SEDUC-AM) and coordinates 34 primary schools and East, of which seventeen implement the program in 2015. The next project was implemented by SEDUC-AM, in order to correct the age-year students enrolled in elementary school, within two years of school delay, through a different methodology based on interdisciplinary and meaningful learning. The district and regional coordinators SEDUC-AM of education are responsible for the implementation and monitoring of the project in their schools, following the guidelines of the Department of Policies and Educational Programs (DEPPE) and the Curriculum Proposal of the Forward Project. The reason for this research was the difficulty faced by the researcher, in the period when he served as school manager, to implement the program at the school where he worked and watched as teaching supervisor, working since 2012 in the CDE-4, said coordinating body also facing difficulties with implementation of the Next Project. The research is a case study based on document analysis of the program and its implementation activities (Curriculum Proposal, legislation, minutes, meeting agendas and academic records, among others), the use of questionnaires and interviews with key actors that implement the program within the CDE-4. The research findings have identified the following problems in implementing the Project on Next CDE-4: inadequacy of continuing education offered to stakeholders; lack of interdisciplinary teaching practice and inefficiency of program monitoring done by the CDE-4. From, the research findings, the PAE presented proposed the following measures aimed at improving program implementation in the CDE-4: strengthen interdisciplinarity as a pedagogical practice, enhance continuing education and make the monitoring more efficient program.

Keywords: Acceleration of Learning; Student flow; Implementation.

LISTA DE ABREVIATURAS

CAED – Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação.

CDE-4 – Coordenadoria Distrital de Educação 4.

CEE/AM – Conselho Estadual de Educação do Amazonas.

CETEB - Centro de Ensino e Tecnologia de Brasília.

DEPPE – Departamento de Políticas e Programas Especiais.

GENF – Gerencia do Ensino Fundamental da SEDUC-AM.

GPE – Gerencia de Pesquisa e Estática da SEDUC-AM.

HTP – Hora de Trabalho Pedagógico.

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

LD – Lei Delegada.

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

MEC – Ministério da Educação.

PAA/MEC – Programa de Aceleração da Aprendizagem do Ministério da Educação.

PAE – Plano de Ação Educacional.

PCPAV– Proposta Curricular do Projeto Avançar .

PEEAM-2008 – Plano Estadual de Educação do Amazonas 2008.

PNE/2001 – Plano Nacional de Educação 2001.

Projeto Avançar - Programa de Correção de Fluxo Escolar do Ensino Fundamental:
Projeto Avançar.

PTA – Projeto Tempo de Acelerar

SADEAM – Sistema de Avaliação da Educação Básica do Amazonas.

SAEB – Sistema de Avaliação da Educação da Educação Básica.

SEDUC-AM – Secretária de Estado da Educação e Qualidade do Ensino do
Amazonas.

SIGEAM – Sistema Integrado de Gestão Educacional do Amazonas.

UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Organograma resumido da SEDUC-AM	37
Figura 2 - Fluxograma de avaliação final do Projeto Avançar.	45
Figura 3 - Organograma da implementação do Projeto Avançar na CDE-4.....	46
Figura 4 – Ciclo de Análise de políticas públicas.	67
Figura 5 - Exemplo de classificação de alunos de acordo, com a série em que esteja matriculado, resultado ao final do ano letivo e situação da matrícula no ano seguinte.	74
Figura 6 -- Exemplo de cálculo da taxa de distorção idade-ano do Ensino Fundamental.	76

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Taxa de distorção idade-ano – Brasil – 2003.....	24
Gráfico 2	Taxa de distorção idade-ano – Educação básica – Brasil (2007 a 2014).....	26
Gráfico 3	Taxas de distorção idade-ano – Brasil e Amazonas (199 a 2006)..	31
Gráfico 4	Distorção idade-ano – Ensino Fundamental Amazonas (2007 a 2014).....	33
Gráfico 5	Taxas de rendimento – Projeto Avançar (2007 a 2014).....	52
Gráfico 6	Distribuição dos docentes respondentes da pesquisa por turno de trabalho.....	58
Gráfico 7	Distribuição dos docentes do Projeto Avançar por componente curricular de atuação.....	59
Gráfico 8	Nível de formação dos professores do Projeto Avançar.....	59
Gráfico 9	Turmas do Projeto Avançar na CDE-4 (2007 a 2014).....	80
Gráfico 10	Distorção idade-ano na CDE-4 (2007 a 2014).....	80
Gráfico 11	Desenvolvimento de Projetos Interdisciplinares pelos professores do Projeto Avançar.....	85
Gráfico 12	Alunos do Projeto Avançar com dificuldade de leitura e interpretação de texto.....	90
Gráfico 13	Alunos do Projeto Avançar que não dominam as operações básicas de Matemática.....	92
Gráfico 14	Formas de avaliação utilizadas pelos professores do Projeto Avançar.....	92
Gráfico 15	Esclarecimento dos alunos a respeito dos processos avaliativos utilizados pelos docentes do Projeto Avançar.....	93
Gráfico 16	Instrumentos de avaliação mais utilizados pelos professores do Projeto Avançar.....	94
Gráfico 17	Instrumentos avaliativos que produzem melhores resultados.....	95

Gráfico 18	Monitoramento do Projeto Avançar feito pelos pedagogos e gestores escolares.....	97
Gráfico 19	Frequência da realização de reuniões diagnósticas com professores do Projeto Avançar.....	98
Gráfico 20	– Nível de utilização do livro didático do Projeto Avançar pelos docentes do programa.....	100
Gráfico 21	Adequação do livro didático do Projeto Avançar.....	102
Gráfico 22	Participação dos docentes do Projeto Avançar em formações continuadas.....	105
Gráfico 23	Carga horária das formações recebidas pelos professores do Projeto Avançar na CDE-4.....	107
Gráfico 24	Temas apontados como mais relevantes para futuras formações	109
Gráfico 25	Temas apontados pelos supervisores e pedagogos como os mais relevantes para futuras formações do Projeto Avançar.....	110
Gráfico 26	Frequência do monitoramento realizado pela CDE-4 nas escolas.	115
Gráfico 27	Opinião dos docentes a respeito do suporte recebido dos supervisores pedagógicos.....	117

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Organização das turmas do Projeto Avançar	41
Quadro 2 – Amostra dos professores respondentes da pesquisa por escola	57
. Quadro 3 - Caracterização dos gestores participantes da pesquisa. GESTOR	60
Quadro 4 – Caracterização dos pedagogos respondentes da pesquisa.	61
Quadro 5 - Caracterização dos docentes respondentes da pesquisa.	63
Quadro 6 – Códigos atribuídos aos participantes da pesquisa.	64
Quadro 7 – Opinião dos entrevistados sobre os motivos da baixa oferta de vagas no Projeto Avançar em relação à demanda de alunos com distorção na CDE-4.	81
Quadro 8 - Implantação do Projeto Avançar na CDE-4 segundo os gestores escolares.	82
Quadro 9- Projeto Avançar na CDE-4	83
Quadro 10 – Projeto Avançar na CDE-4	86
Quadro 11 - Projeto Avançar na CDE-4 - Participação dos gestores, pedagogos e supervisores em formação continuada.	106
Quadro 12 – Projeto Avançar na CDE-4 – Motivos apresentados pelos supervisores para o não cumprimento do cronograma de visitas semanais.	115
Quadro 13 – Projeto Avançar na CDE-4 – Opinião dos supervisores sobre a existência de procedimento padrão de monitoramento do programa.	117
Quadro 14 – Projeto Avançar na CDE-4 – Opinião dos supervisores sobre o instrumento utilizado no monitoramento do programa	118
Quadro 15 – Projeto Avançar na CDE-4 – Opinião dos supervisores sobre o destino dos relatórios de supervisão pedagógica	119
Quadro 16 – Projeto Avançar na CDE-4 – Opinião dos supervisores sobre a existência de reuniões de avaliação e planejamento das ações desenvolvidas na monitoria do programa	120
Quadro 17 – Projeto Avançar na CDE-4 – Principais problemas detectados nas escolas pelos supervisores no trabalho de monitoramento do programa.	121
Quadro 18 – Projeto Avançar na CDE-4 – A resposta da coordenadoria distrital aos problemas identificados durante a monitoria do programa, segundo os supervisores	122

Quadro 19 – Projeto Avançar na CDE-4 – Avaliação dos profissionais envolvidos com a implementação do programa nas escolas.	123
Quadro 20 – Projeto Avançar na CDE-4 – Atividade destinadas aos atores envolvidos com a implementação do programa nas escolas.	124
Quadro 21 - Ações propostas para melhoria da implementação do Programa de Correção de Fluxo do Ensino Fundamental: Projeto Avançar na CDE-4	129
Quadro 22 – Plano de ação educacional para o fortalecimento da interdisciplinaridade no Projeto Avançar.	140
Quadro 23 – Plano de ação educacional para formação continuada no Projeto Avançar.	144
Quadro 24 – Plano de ação educacional para o monitoramento do Projeto Avançar.	148

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Aprovação, Reprovação e Abandono - Educação Básica – PEE-AM (2008).....	32
Tabela 2 - Matrícula, turmas implantadas, aprovação, reprovação e abandono no Projeto Avançar – 2007 a 2014.....	34
Tabela 3 Rendimento do Projeto Avançar na CDE-4 – 2007 a 2014.	51
Tabela 4 - Turmas e alunos matriculados no Projeto Avançar na CDE-4 - 2007 a 2014.	79

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
1 A CONTEXTUALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE CORREÇÃO DO FLUXO ESCOLAR	22
1.1 A política de correção do fluxo escolar no Brasil.	22
1.2 A política de correção do fluxo escolar no Amazonas.	27
1.3 O programa de correção do fluxo escolar do Ensino Fundamental: Projeto Avançar	35
1.3.1 Projeto Avançar: estrutura e funcionamento.....	36
1.3.2 Processo avaliativo do aluno no Projeto Avançar.....	42
1.4 O Projeto Avançar na CDE-4	46
2 ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO AVANÇAR NA CDE-4	54
2.1 Percurso metodológico da pesquisa.....	55
2.2 A análise das políticas públicas em educação.....	64
2.3 Fluxo escolar: conceito e seus componentes.	72
2.4 Processo de implementação do Projeto Avançar na CDE-4.	78
2.5 a demanda e a oferta de vagas do Projeto Avançar na CDE-4.....	78
2.6 A implementação da proposta curricular.....	84
2.6.1 Elaboração e execução de Projetos Interdisciplinares.	84
2.6.2 A avaliação do processo ensino-aprendizagem utilizado pelos professores do Projeto Avançar na CDE-4.	88
2.6.3 Avaliação e a utilização do livro didático pelos docentes.	100
2.6.4 Formação continuada das equipes de implementação do Projeto Avançar na CDE-4.....	104
2.6.5 Monitoramento.....	112
2.7 Análises conclusivas e proposições.....	125
3 PROPOSTA PARA MELHORIA DO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO AVANÇAR NA CDE-4.	131
3.1 Proposição de ações para melhoria da implementação do Projeto Avançar na CDE-4.	132
3.1.2 Fortalecer a interdisciplinaridade no Projeto Avançar.	132

3.1.3 Formação continuada.....	141
3.1.4 Melhorar o monitoramento do Projeto Avançar na CDE-4	145
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	150
REFERÊNCIAS.....	153
APÊNDICE A - ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA PARA COORDENADOR ADJUNTO PEDAGÓGICO.....	156
APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO – PROFESSOR (A).....	159
APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO – SUPERVISOR PEDAGÓGICO (A).....	166
APÊNDICE D - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA COORDENADORA DISTRITAL DE EDUCAÇÃO.....	171

INTRODUÇÃO

O alcance da tão desejada educação de qualidade é algo desafiador, principalmente, quando são levados em conta todos os fatores que interagem no processo ensino-aprendizagem, dentre esses, a distorção idade-ano.

Luiz Fernando Dourado (2005) ao fazer uma breve análise do fracasso escolar no Brasil, aponta como um de seus agravantes a distorção idade-ano, que por sua vez, é consequência da cultura da reprovação, da escola pública brasileira.

Nesse sentido, a necessidade da correção do fluxo escolar é um problema antigo, apontado no primeiro censo educacional de 1932, que demonstrou que cerca 60% dos estudantes brasileiros ficavam retidos ainda na primeira série do Ensino Fundamental. (LÜCK & PARENTE, 2004)

A partir, dos anos noventa a educação pública brasileira começou a passar por diversas mudanças de caráter curricular, legislativo e organizacional.

Essas mudanças resultaram dos acordos assumidos pelo Brasil na Conferência Mundial de Educação Para Todos¹ e do modelo de estado descentralizado, imposto aos países periféricos, por organismos internacionais, como o Banco Mundial e a UNESCO, que viam na universalização da educação básica a garantia da formação de trabalhadores flexíveis e adaptados às exigências do mercado(DIAS & LARA, 2008).

Nesse sentido, a correção do fluxo escolar passou a fazer parte das prioridades da educação brasileira, pois a retenção dos alunos, além de, representar desperdício de verbas, também dificultava a universalização do ensino.

Assim, em 1997 o MEC lançou o Programa de Aceleração da Aprendizagem e passou a financiar e implementar uma série de ações visando à correção do fluxo escolar e a redução da distorção idade-ano no país. Essas ações foram implementadas através de convênios de cooperação com estados, municípios, instituições de pesquisa e organizações não governamentais.

¹ A Conferência Mundial sobre Educação para Todos foi realizada de 5 a 9 de março de 1990, organizada pela UNESCO¹, reuniu cerca de 1500 participantes, entre eles os delegados de 150 países incluindo especialistas em educação e autoridades nacionais. Além de contar com representantes de organismos intergovernamentais e não governamentais que examinaram em 48 mesas-redondas e em sessão plenária aspectos sobre a educação. Os textos dos documentos foram revisados e aprovados na sessão plenária de encerramento da Conferência em nove de março de 1990. (DIAS & LARA, 2008).

De acordo com o Plano Estadual de Educação do Amazonas de 2008 (PEEAM-2008), nos anos noventa, a realidade da distorção idade-ano e do fluxo escolar no estado, era semelhante a dos demais da federação.

Em 1998, por exemplo, a distorção idade-ano no Ensino Fundamental alcançava 67,1% dos alunos matriculados no Amazonas, enquanto a média nacional estava na casa dos 47,0%. (INEP, 1998)

Assim, em 1999 o Amazonas aderiu ao Programa de Aceleração da Aprendizagem, instituído pelo MEC e passou a adotar as chamadas classes de aceleração, que funcionaram até o ano de 2006, pois, em 2007, esse programa foi substituído pelo Programa de Correção do Fluxo Escolar do Ensino Fundamental: Projeto Avançar.

O Programa de Correção do Fluxo Escolar do Ensino Fundamental: Projeto Avançar² foi instituído pela Secretaria de Estado da Educação e Qualidade de Ensino do Amazonas (SEDUC-AM) no ano 2005, como política para a correção do fluxo escolar e da distorção idade-ano no estado.

O Projeto Avançar divide-se em quatro fases: as fases 1 e 2 atendem alunos do 1º ao 4º ano do Ensino Fundamental, e as fases 3 e 4, são destinadas aos alunos do 6º ao 8º ano do mesmo nível de ensino.

Segundo a PCPAV do programa, o principal objetivo do projeto é a regularização do processo escolar dos alunos do Ensino Fundamental, com distorção idade-ano superior a dois anos, por meio de uma aprendizagem significativa, que respeite a individualidade dos discentes e os avalie de forma interdisciplinar.

Assim, visando o alcance dos seus objetivos, os principais responsáveis pela implementação do Projeto Avançar são os seguintes: na SEDUC/AM, o Departamento de Políticas e Programas Educacionais (DEPPE) e a Gerência do Ensino Fundamental (GENF), nas sete coordenadorias distritais da capital, os coordenadores distritais, os coordenadores adjuntos do Ensino Fundamental e os supervisores pedagógicos, nas coordenadorias regionais do interior, os coordenadores regionais, os coordenadores adjuntos do Ensino Fundamental e os supervisores pedagógicos e nas escolas, os gestores, pedagogos e professores.

² Doravante – Projeto Avançar.

O Projeto Avançar foi implantado na Coordenadoria Distrital de Educação 4 (CDE-4) no ano letivo de 2007, quando foram abertas 28 turmas.

O Projeto Avançar teve uma crescente expansão desde sua implantação em 2007, chegando a 47 turmas no ano 2014, quando o programa apresentou as seguintes taxas de rendimento: aprovação - 56,93%, reprovação - 13,43% e abandono - 29,64%.

A preocupação do pesquisador com o Projeto Avançar começou em 2013, quando passou a exercer a função de supervisor pedagógico do Ensino Fundamental Anos Finais, na CDE-4, e observar no trabalho de supervisão realizada nas escolas, alguns problemas na implementação do projeto, que podem estar interferindo negativamente no alcance de seus objetivos. Problemas esses, também vivenciados em sua experiência anterior, como gestor escolar no período de 2007 a 2012.

Por tanto, o objetivo geral desta pesquisa é compreender quais as principais dificuldades na implementação do Projeto Avançar na CDE- 4, que por sua vez, desdobra-se em três objetivos específicos: I - descrever o Projeto Avançar e sua implementação na CDE-4, II – analisar como ocorre a implementação do Projeto Avançar na CDE-4 e nas escolas sob sua jurisdição, identificando os principais problemas dessa implementação e III - elaborar um Plano de Ação visando à melhoria do processo de implementação do programa na CDE-4.

A pesquisa tem com recorte a sede da CDE-4 e as escolas sob sua jurisdição, que possuam um mínimo de três anos de atuação no Projeto Avançar e com turmas ativas em 2015. Além de uma escola, que não se encaixa em todos esses critérios, porém, é uma das duas únicas escolas, que tem turmas abertas para os Anos Iniciais em 2015, totalizando 14 escolas.

O recorte temporal será o período compreendido entre 2007 e 2014, correspondente ao início da implementação do programa na CDE-4 e o último fechamento do senso escolar, antes do encerramento da pesquisa.

A dissertação está organizada em três capítulos: o primeiro apresenta a análise contextual da correção do fluxo escolar no Brasil e no Amazonas e o processo de implementação do Projeto Avançar na CDE-4 a partir das orientações contidas na PCPAV.

O segundo capítulo aborda a fundamentação teórico-metodológica empregada na pesquisa e seus resultados, relacionados à implementação do programa, como: a implantação das turmas, a elaboração e execução de projetos interdisciplinares, o modelo de avaliação utilizado, a formação continuada e monitoramento.

O terceiro e último capítulo apresenta um Plano de Ação Educacional - PAE, elaborado a partir das proposições feitas no capítulo dois, quais sejam, fortalecimento da interdisciplinaridade, promoção de formação continuada e sistematização do monitoramento.

1 A CONTEXTUALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE CORREÇÃO DO FLUXO ESCOLAR

Este capítulo tem como objetivo apresentar a contextualização das políticas públicas voltadas à normalização do fluxo escolar e à redução da distorção idade-ano. Nesse sentido, ele está organizado em quatro partes.

A primeira e a segunda parte abordam a política de correção do fluxo escolar no Brasil e no Amazonas, respectivamente.

A terceira parte trata do funcionamento do Projeto Avançar e esta dividida em dois tópicos, o primeiro tópico apresenta a estrutura organizacional do programa e o segundo o seu processo avaliativo.

A quarta parte aborda a implementação do Projeto Avançar na SEDUC-AM e na CDE-4.

1.1 A política de correção do fluxo escolar no Brasil

A distorção idade-ano está entre os principais fatores que dificultam a regularização do fluxo escolar no Brasil.

Luís Fernando Dourado (2005) utilizando-se de dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), de 2003, argumenta que no Brasil, as altas taxas de distorção idade-ano são o resultado da cultura da exclusão e reprovação, muito forte no contexto educacional brasileiro.

Uma análise dos indicadores do SAEB de 2003 já permite alguns dados reveladores dos processos de exclusão vivenciados nas escolas brasileiras na medida em que estes apontam que 24.8% dos alunos do ensino fundamental são reprovados, sendo 13.3% na 1ª a 4ª séries e 11.5% na 5ª a 8ª. Assim, a cultura da reprovação tem sido internalizada no sistema educativo, tanto por alunos quanto por professores. Outro dado relevante refere-se às taxas de abandono que nas quatro primeiras séries é de 7,5% e nas séries finais do ensino fundamental atinge os 12%. Analisar esses indicadores objetivando deslindar que condições e processos, internos e externos, favorecem a manutenção desses índices de abandono é tarefa complexa para aqueles que buscam alternativas consequentes para a superação do fracasso escolar. (DOURADO, 2005, p.13).

Segundo Prado (2000), a repetência, o abandono e a evasão são crônicos na educação escolar brasileira, e parte da origem do problema da distorção idade-ano.

A repetência, o abandono e a evasão são problemas crônicos, que sempre estiveram presentes na história da educação escolar brasileira. Encontrando-se na origem do complexo problema da defasagem idade/série, o insucesso escolar tem sido uma deficiência grave, tanto para o aluno, levado à perda da autoestima, como para o sistema educacional como um todo, onerando significativamente os custos da educação pública. (PRADO, 2000, p.49).

A necessidade da correção do fluxo escolar é um problema antigo, já identificado no primeiro censo educacional de 1932, que demonstrou que cerca de 60% dos estudantes brasileiros ficavam retidos, logo na primeira série do Ensino Fundamental. Na década de 1980, esse índice caiu para 50%, no entanto, a forma de levantamento desconsiderava a evasão escolar, mascarando, assim, uma realidade que poderia ser mais grave, pois os alunos, que abandonavam a escola, quando retornavam ao sistema no ano seguinte, eram computados como novos alunos, em vez de repetentes, que seria o correto, uma vez que, iriam cursar a mesma série/ano que tinham abandonado (LÜCK & PARENTE, 2004).

Em suma, classicamente, adotava-se um conceito errado da taxa de aprovação: razão entre aprovados e matrícula final, deixando de fora os alunos evadidos que, muitas vezes, o faziam para evitar a reprovação; nesse caso, o abandono ocorre a partir do meio do ano, quando os alunos percebem que vão ser reprovados. O novo conceito de repetência corresponde a uma equação que envolve: abandono + repetência apesar de aprovado + repetência. (LÜCK e PARENTE, 2004, p.15).

A partir, da década de noventa, o fluxo escolar começou a receber maior atenção das autoridades públicas e ser encarado como um problema a ser equacionado, principalmente devido aos acordos internacionais assumidos pelo Brasil nos anos noventa. (PRADO, 2000)

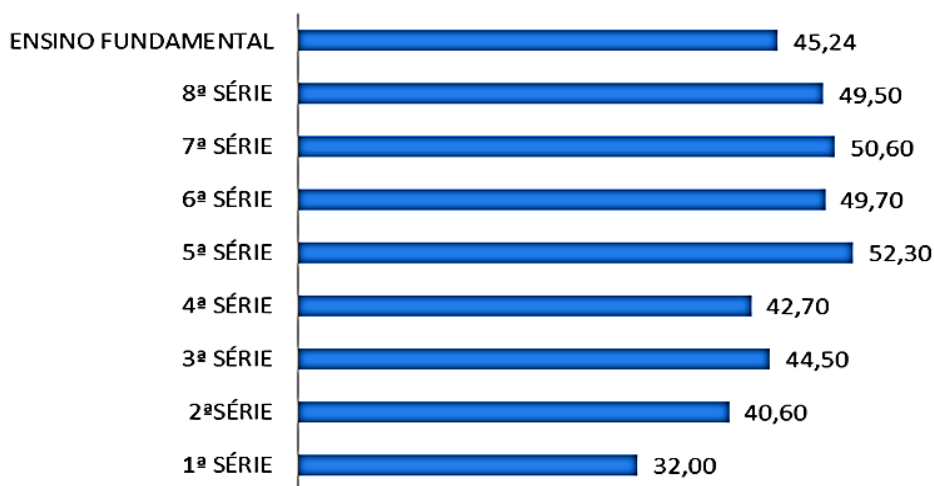
Durante a Conferência Mundial de Educação para Todos, ocorrida na cidade de Jomtien (Tailândia) em março de 1990, o Brasil se comprometeu a ampliar a oferta de vagas e a promover melhorias no seu sistema educacional. Esses compromissos foram renovados em 1993, na Cúpula de Nova Delhi (Índia). (PRADO, 2000)

Assim, o Plano Decenal de Educação Para Todos de 1993 (PDET/93), apresentou como um dos seus objetivos, assegurar a melhoria do fluxo escolar e reduzir a repetência. Além disso, propôs como meta a regularização do fluxo escolar

de 80% dos alunos matriculados na Educação Básica até o fim da vigência do plano, em 2003. (BRASIL, 1993)

No entanto, a meta almejada pelo PDET/93 relativa à regularização do fluxo escolar para o ano 2003 não foi alcançada como se pode constatar no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Taxa de distorção idade-ano – Brasil – 2003



Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados de INEP (2014).

Como se observa no Gráfico 1, em 2003 a taxa de distorção idade-ano do Ensino Fundamental, estava em 45,24%, com destaque para a 5ª série que apresentava uma taxa de distorção superior a 50%.

Em suma, se o PDET/93 tivesse conseguido atingir suas metas, as taxas de distorção idade-ano em 2003, deveriam estar abaixo dos 20%, o que não aconteceu,

O MEC, a partir de 1995, iniciou uma série de ações visando reduzir a distorção idade-ano e assim, regularizar o fluxo escolar no país. (PARENTE & LÜCK, 2004)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBEN 9394/1996, é também, um marco, na busca da correção do fluxo escolar, ao dar maior flexibilidade aos sistemas para gerirem suas políticas educacionais e criar uma avaliação nacional, que monitora a qualidade da educação oferecida por todos os entes federados, e ainda, enfatizar a necessidade da criação de programas e formas diversificadas de aceleração da aprendizagem para alunos com distorção idade-ano. (PRADO, 2000)

Em 1997, o MEC criou o Programa de Aceleração da Aprendizagem (PAA/MEC), implementado em diferentes localidades, em parceria com instituições públicas e privadas, e alocou recursos, entre 1997 e 1999, destinados à capacitação de professores e a produção e distribuição de material específico para as turmas de aceleração.

Essas ações deram um grande impulso ao PAA/MEC e assim, entre 1999 e 2000, foram avaliados e recomendados para serem executados, 1.174 projetos de aceleração da aprendizagem de estados e municípios. (PARENTE & LÜCK, 2004)

Outro fator que destaca os anos noventa, como a década em que mais se intensificaram ações para redução da distorção idade-ano é o crescimento da quantidade de escolas que implantaram turmas do PAA/MEC, passando de 1993 escolas, em 1997, para 8044 em 1999, ou seja, um crescimento de 300%, já a quantidade de alunos atendidos, passou de 158 mil para 443 mil. (PARENTE & LÜCK, 2004)

O problema da distorção idade-ano no Brasil, também foi contemplado no Plano Nacional de Educação de 2001 – PNE/2001, regulamentado pela Lei 10.172 de 01 de janeiro de 2001 (BRASIL, 2001).

O referido Plano foi uma resposta do governo brasileiro aos compromissos assumidos em Jomtien e apresentava dentre os problemas da educação brasileira, a situação do aumento exacerbado das matrículas do Ensino Fundamental, em relação às vagas oferecidas, apontando como agravante a distorção idade-ano. (BRASIL, 2001)

[...] temos, portanto, uma situação de inchaço nas matrículas do Ensino Fundamental, que decorre basicamente da distorção idade-série, a qual, por sua vez, é consequência dos elevados índices de reprovação. De acordo com o censo escolar de 1996, mais de 46% dos alunos do Ensino Fundamental têm idade superior à faixa etária correspondente a cada série. No Nordeste essa situação é mais dramática, chegando a 64% o índice de distorção. Esse problema dá a exata dimensão do grau de ineficiência do sistema educacional do País: os alunos levam em média 10,4 anos para completar as oito séries do Ensino Fundamental (BRASIL, 2001, p.54).

O PNE/2001 apontava que das 3,5 milhões de crianças de 14 anos matriculadas no Ensino Fundamental em 1998, apenas cerca de 620 mil frequentavam a 8ª série, ou seja, mais de dois milhões de alunos com distorção idade-ano, que poderiam estar saindo do Ensino Fundamental, continuariam

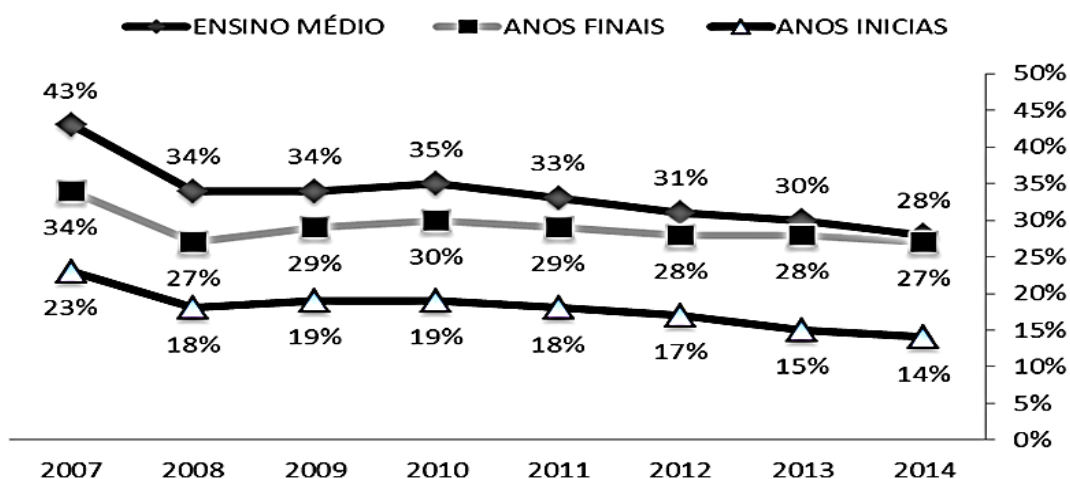
ocupando vagas nessa fase de ensino, o que implicava em custos adicionais aos sistemas.

O PNE/2001 também trazia a perspectiva do aumento do número de vagas e a ampliação do ensino obrigatório para nove anos, com início aos seis anos de idade, além da otimização dos investimentos em educação, advindos da correção da distorção idade-ano, da erradicação do analfabetismo e do aperfeiçoamento da gestão escolar.

Além disso, o PNE/2001 determinava que as metas de expansão da oferta e da melhoria da qualidade do Ensino Médio deveriam estar associadas, de forma clara, às diretrizes de correção do fluxo do Ensino Fundamental.

Em suma, várias iniciativas nas esferas federal, estadual e municipal foram efetivadas, na tentativa de corrigir o fluxo escolar. Algumas dessas ações tiveram como colaboradores, fundações, como a Fundação Roberto Marinho e o Instituto Ayrton Senna, dentre outros. No entanto, o Censo escolar de 2014 revelou que apesar da distorção idade-ano apresentar redução em todos os níveis da Educação Básica, ela permanecia elevada, conforme se apresenta no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Taxa de distorção idade-ano – Educação básica – Brasil (2007 a 2014)



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados do INEP(2014).

Os dados, apresentados no Gráfico 2, demonstram que no período de 2007 a 2014 houve uma redução nas taxas de distorção idade-ano da Educação Básica três níveis de ensino. Essa redução foi de oito, sete e quinze pontos percentuais, para o Ensino Fundamental Anos Iniciais, Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio, respectivamente.

Apesar da redução dessas taxas, a distorção idade-ano no Brasil mostrava-se ainda bastante elevada. Em 2014, por exemplo, só no Ensino Fundamental Anos Finais, a taxa de distorção era de 27%.

A situação apresentada, portanto, tem exigido das autoridades ações contínuas na busca da regularização do fluxo escolar no Brasil.

Assim, o Plano Nacional de Educação de 2014 (PNE/2014), instituído pela Lei 13.005 de 25 de junho de 2014, considera a distorção idade-ano como um problema ainda a ser solucionado e estabelece como meta número dois, a garantia de que até o ano 2024, 95% dos estudantes brasileiros estejam concluindo o Ensino Fundamental na idade correta. (BRASIL, 2014)

O próximo tópico abordará o problema da regularização do fluxo escolar e da redução das taxas de distorção idade-ano, a partir da realidade da rede estadual de educação do Amazonas, que tem como seu principal programa de correção do fluxo o Projeto Avançar.

1.2 A política de correção do fluxo escolar no Amazonas

Dados de 1988 apontavam que no estado do Amazonas, 64,6% dos alunos matriculados no Ensino Fundamental apresentavam distorção idade-ano, acima de dois anos, sendo que na capital esse índice era de 59% e no interior 70,2%. (AMAZONAS, 2005).

No entanto, a SEDUC-AM só começou a dar maior atenção ao fluxo escolar e a tomar algumas medidas visando à solução do problema na década de noventa.

Como exemplo de algumas dessas medidas, pode-se citar o sistema de progressão parcial e a obrigatoriedade da adoção da recuperação paralela para os alunos de menor rendimento, regulamentada no Amazonas, pela Resolução 99/1997 - CCE/AM, pelo Parecer 76/2004 – CEE/AM, a Resolução 135/2004-CEE/AM e por fim o Artigo 48, inciso III do Regimento Geral das Escolas da Rede Estadual de Ensino do Amazonas.

A adoção da progressão parcial visava diminuir a quantidade de alunos que ficavam retidos ao final do ano letivo por estarem reprovados, em um ou duas disciplinas, permitindo que pudessem cursar a série posterior ao mesmo tempo em

que faziam a recuperação das disciplinas em que haviam sido reprovados no ano anterior.

Assim como a progressão parcial, a recuperação paralela, também tem o objetivo de evitar a reprovação dos alunos, porém, nesse caso, a ação é preventiva, pois a cada avaliação negativa, o aluno tem o direito de fazer a recuperação estudos, evitando assim, o acúmulo de notas baixas e uma possível reprovação ao final do ano letivo.

Em 1999, o Amazonas aderiu ao PAA/MEC, programa criado pelo Ministério da Educação em 1997 e coordenado pelo Centro de Ensino e Tecnologia de Brasília (CETEB), seu objetivo era corrigir a distorção idade-ano dos alunos matriculados nos anos iniciais do Ensino Fundamental. (QUIRINO, 2000)

A adesão dos estados e municípios, ao PAA/MEC, tinha como prerrogativa que esses entes garantissem a estrutura básica necessária ao seu funcionamento. Em contrapartida, o governo federal oferecia assessoramento e apoio financeiro para sua implantação. (QUIRINO, 2000)

Nesse sentido, o CETEB determinou três dimensões básicas a serem obedecidas na implementação do programa: a dimensão política, a dimensão operacional e a dimensão pedagógica.

A Dimensão Política exigia por parte dos governos, municipais e estaduais, o comprometimento, com a garantia de condições mínimas para o funcionamento do programa. Assim eles deveriam garantir recursos materiais, espaço físico adequado e sistemático de acompanhamento.

O Ceteb, mediante documentos orientadores como o Manual de implantação e implementação (1999b), traça as linhas gerais dessa política, possibilitando às autoridades estaduais ou municipais adequá-la à sua realidade. Esse esboço estabelece competências e compromissos às instâncias responsáveis pela educação (estaduais ou municipais), orientando-as em sua ação com o intuito de garantir o sucesso do Programa e de cada aluno, em particular (QUIRINO, 2000, p.140).

A dimensão Operacional ficava sob a supervisão do CETEB, que dispunha de instrumentos que subsidiavam a implantação e execução do programa nos estados e municípios.

Existem instrumentos que subsidiam as ações desde a fase de levantamento dos dados de defasagem de cada escola; de seleção dos profissionais; de avaliação das capacitações realizadas; de acompanhamento da atuação didática (aplicação da metodologia); de planejamento, participação e avaliação das reuniões pedagógicas; de acompanhamento do ritmo de desenvolvimento dos projetos; de acompanhamento do desempenho escolar, das leituras realizadas pelo aluno e de controle de sua frequência; de dados de promoção dos alunos, além de perfis do município, das turmas, dos professores e dos supervisores e coordenadores, que são tabulados e analisados pelo Ceteb, configurando, assim, cada realidade a ser acompanhada (QUIRINO, 2000, p.141).

A Dimensão Pedagógica estava embasada em cinco eixos metodológicos, que eram os seguintes: I - o fortalecimento da autoestima como processo pedagógico; II - a aprendizagem significativa, através de uma prática pedagógica fortemente marcada pela interação entre professor e aluno e na valorização dos conhecimentos prévios dos alunos, na construção do novo conhecimento; III - a interdisciplinaridade cujo foco é ruptura com o modelo tradicional de divisão estanque entre os componentes curriculares; IV - a pedagogia de projetos, que tinha a intenção de envolver os alunos com a construção do seu conhecimento, sob a orientação do professor e, V - a avaliação que objetivava englobar o processo como um todo e não apenas o aluno. (QUIRINO, 2000)

As turmas do PAA/MEC funcionaram no Amazonas até o ano de 2006, quando foram gradualmente, sendo substituídas por turmas do Projeto Avançar.

Paralelo ao PAA/MEC, que tinha como público alvo alunos da 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental, a SEDUC-AM, através da Resolução Nº 082/2001-CEE/AM, dotou também como política de correção de fluxo escolar, o Projeto Tempo de Acelerar (PTA), voltado para o Ensino Fundamental de 5ª a 8ª série e Ensino Médio. (FERREIRA, 2000)

O PTA foi implantado com recursos estaduais e federais, sua concepção curricular, metodologia e materiais utilizados eram os mesmos do Telecurso 2000.

Em números, o PTA previa a vinculação de 460 vídeo-aulas do Telecurso 2000, elaboradas pela Fundação Roberto Marinho. Cada vídeo-aula correspondia a 15 minutos, totalizando 114 horas de programação incluídas nas 920 horas de estudo presenciais. A partir de 2005 as aulas se dividiram em presenciais com 800 horas e semipresenciais com 120 horas. Do início da implantação do Projeto até 2004 os componentes curriculares eram conduzidos apenas por um professor denominado facilitador (FERREIRA, 2011, p.85).

No ano 2005 o PTA sofreu uma alteração, sendo dividido em módulos de disciplinas afins, uma vez que os professores não deram conta de trabalhar um conteúdo tão abrangente. (FERREIRA, 2011)

A forma como o PTA foi implantado, de maneira impositiva e sob a supervisão de uma empresa privada, feria a autonomia das escolas. Além disso, os alunos geralmente tinham dificuldade de assimilar os conteúdos devido ao tempo que estavam afastados das salas de aula. (FERREIRA, 2011)

Ferreira (2011) também enfatiza o caráter antidemocrático, bancário e voltado para o mercado de trabalho da educação oferecida para os alunos do PTA.

O conteúdo curricular do PTA (AMAZONAS, 2005, p. 6-50) está embasado em critérios de competências e habilidades que estimulava o trabalho em grupo, a autonomia, a iniciativa (aprender a fazer fazendo) e evidenciava a sintonia do currículo com as demandas do mercado. Esse estar preparado para a possibilidade de credenciar-se ao mercado de trabalho tinha a perspectiva de dar ilusória ideia de que as políticas públicas educacionais estivessem favorecendo a democracia.

Essa educação pseudodemocrática ou democrática-credencialista como define Arroyo (2000), na verdade, produz um aprendizado bancário e alienante, na classificação de Freire (1983). Bancário porque não estimula à libertação, à criticidade (FERREIRA, 2011, p. 86).

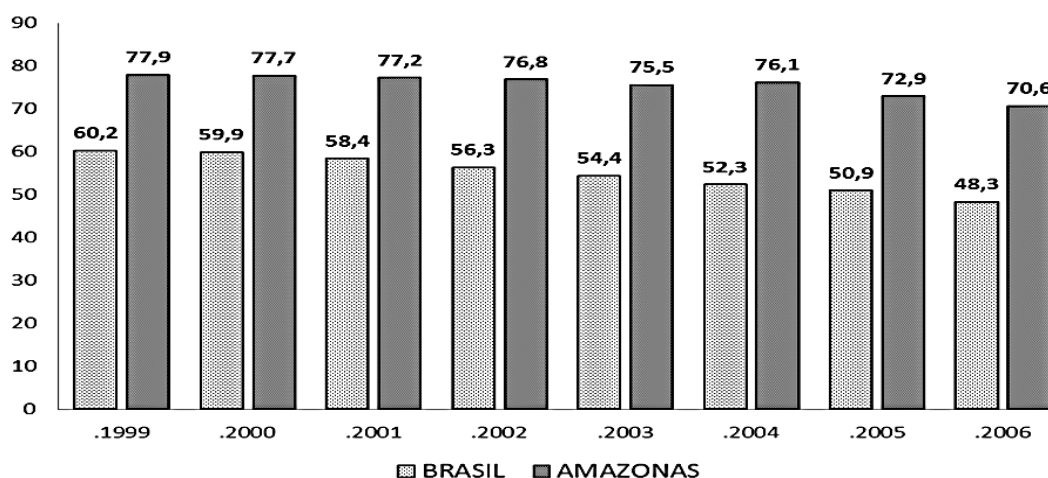
O PTA foi encerrado em 2008, sendo substituído pelo Projeto Igarité, que na verdade, era a continuação do PTA, porém adaptado à realidade local com a intermediação de técnicos da SEDUC-AM. (FERREIRA, 2011)

O Projeto Igarité é vinculado ao Centro de Mídias, responsável pela transmissão das aulas via satélite para as cidades, comunidades e áreas indígenas do interior do estado e até 2015, estava em pleno funcionamento.

Conforme apresentado, várias ações foram desencadeadas pelo Governo de Estado do Amazonas, através da SEDUC-AM, com intuito de reduzir a taxa da distorção idade-ano no estado.

No sentido, de dar maior clareza aos resultados apresentados por essas ações, o Gráfico 3 apresenta a evolução das taxas de distorção idade-ano no Ensino Médio, traçando um comparativo entre Brasil e Amazonas no período compreendido entre 1999 a 2006.

Gráfico 3 – Taxas de distorção idade-ano – Brasil e Amazonas (1999 a 2006)



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados do INEP (2014).

A análise do Gráfico 3 demonstra que no período compreendido entre os anos 1999 a 2006, a distorção idade-ano no Ensino Médio das escolas estaduais teve uma pequena queda de 7,3%, mas ainda ficou abaixo do resultado do Brasil, cuja taxa sofreu uma redução de 12%.

Verifica-se também, que apesar da queda registrada, a distorção idade-ano no Ensino Médio do estado do Amazonas, em 2006, ainda estava muito acima da média nacional, constituindo-se num problema grave da educação do estado.

O PAA/MEC no Amazonas foi encerrado em 2006, quando foi substituído pelo Projeto Avançar.

O Projeto Avançar teve início no ano 2005, com a implantação de 20 turmas do projeto piloto na cidade de Manaus, em 2007, ele foi definitivamente implantado em 195 escolas da capital.

O Projeto Avançar foi a princípio projetado para as escolas da capital, mas em 2008, o programa foi estendido às escolas do interior do estado.

A partir do ano 2008, com a elaboração do Plano Estadual de Educação do Amazonas (PEEAM-2008), o Projeto Avançar ganhou mais destaque.

O PEEAM-2008 apontou como preocupantes os resultados de reprovação e abandono na educação básica do Amazonas, e a necessidade da redução das taxas de distorção idade-ano, através da adoção de políticas consistentes, que promovessem a correção do fluxo escolar no estado. (AMAZONAS, 2008)

Assim, o Projeto Avançar, que havia sido implantado um ano antes, passou a ter ainda mais importância para alcance das metas do PEEAM-2008, tanto que em 2013, o Projeto Avançar recebeu incentivos para sua ampliação por meio do Programa de Aceleração do Desenvolvimento da Educação do Amazonas (PADEAM)³.

A tabela 1 apresenta as taxas de rendimento no estado do Amazonas, no ano de 2006, dois anos antes da aprovação do PEEA-2008.

Tabela 1 - Aprovação, Reprovação e Abandono - Educação Básica – PEE-AM (2006)

Nível de Ensino/ Região	Taxas de Rendimento 2006		
Ensino Fundamental Anos Iniciais	Aprovação	Reprovação	Abandono
Capital	82,8%	10,7%	7,1%
Interior	74,4%	15,5%	10,1%
Ensino Fundamental Anos Finais	Aprovação	Reprovação	Abandono
Capital	73,8%	13,5%	12,7%
Interior	63,6%	12,5%	13,9%
Ensino Médio	Aprovação	Reprovação	Abandono
Capital	60,9%	15,9%	23,2%
Interior	75,8%	4,1%	20,1%

Fonte: Elaborado pelo autor, com base no PEEA (2008).

Verifica-se na tabela 1, que em 2006 os resultados em termos de aprovação, reprovação e abandono escolar, foram melhores na capital do que no interior, sendo que os resultados mais expressivos foram os dos Anos Iniciais, com 82% de aprovação na capital, contra 74,4% no interior, respectivamente, já nos Anos Finais, as taxas registradas foram de 73,8% de aprovados na capital e 63,6% no interior.

As taxas de abandono escolar, tanto na capital, quanto no interior, estavam acima dos 10%, com destaque para o abandono registrado nos Anos Iniciais do interior do estado de 15,5%.

No Ensino Médio o quadro se inverte e as taxas de rendimento escolar no interior se mostram melhores que as da capital, destacando-se a taxa de abandono escolar que na capital foi de 15,9%, enquanto no interior foi de apenas 4,1%.

Resultados como esses apresentados na tabela 1 com elevadas taxas de abandono e reprovação colaboravam para que o estado apresentasse também uma

³ Programa financiado com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento e do Governo do Estado do Amazonas, cujo objetivo, é melhorar a qualidade da educação no estado. O programa prevê a expansão do Projeto Avançar. (BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO, 2012).

taxa muito alta de distorção idade-ano e revelavam a necessidade urgente da redução da mesma para correção do fluxo escolar no Amazonas.

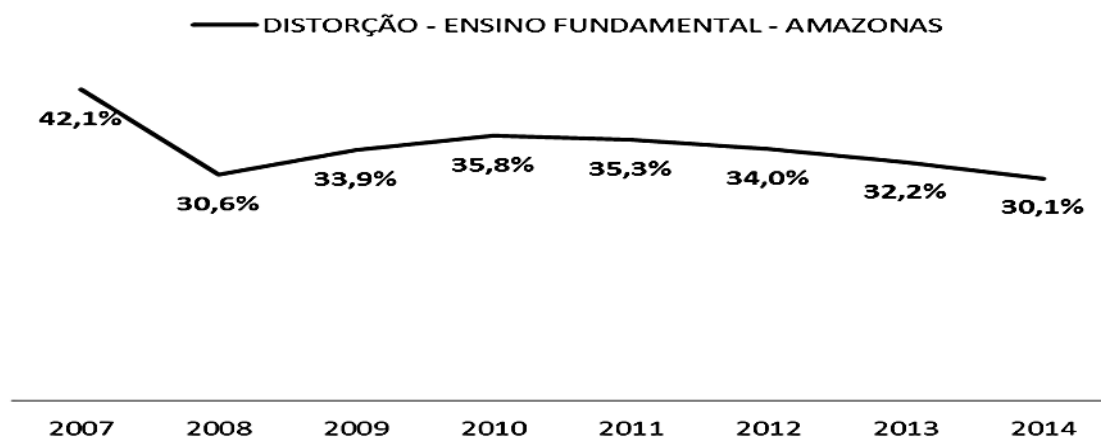
Nesse sentido, o PEEAM/2008 propôs dentre seus objetivos e metas para o Ensino Fundamental, a regularização das taxas de fluxo escolar com a redução anual das taxas de repetência em 10% e das taxas de evasão em 5%, por meio de programas de aceleração da aprendizagem e de recuperação progressiva. (AMAZONAS, 2008)

Para o Ensino Médio, a meta era aumentar a oferta de vagas em 10 anos, atingindo o atendimento de 100% da demanda, que iria crescer devido à universalização e a regularização do fluxo escolar. (AMAZONAS, 2008)

Nesse sentido, o PEEAM/2008 depositava na correção do fluxo escolar a expectativa da melhoria dos índices de qualidade da educação e do aumento da oferta de vagas no Ensino Médio. (AMAZONAS, 2008)

Considerando que no ano 2007, o Projeto Avançar foi definitivamente implantado, e que os dados do Sistema Integrado de Gestão Escolar do Amazonas (SIGEAM) de 2005 e 2006, contabilizaram os alunos do projeto junto com os das classes de aceleração que estavam se extinguindo, serão apresentados no Gráfico 4, à variação das taxas de distorção idade-ano de 2007 a 2014.

Gráfico 4 - Distorção idade-ano – Ensino Fundamental Amazonas (2007 a 2014).



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do INEP (2014).

De acordo com o Gráfico 4, em 2008, a taxa de distorção idade-ano do Ensino Fundamental, ainda se mostrar elevada no Amazonas, apesar de ter sofrido uma redução de 12%, entre 2007 e 2014

Nesse sentido, a regularização do fluxo escolar almejada no PEE/2008, ainda esta longe de ser alcançada, uma vez que em 2014, faltando quatro anos para o fim do plano, a distorção idade-ano, ainda atinge 30,10% dos alunos matriculados no Ensino Fundamental.

A seguir, a Tabela 2 apresenta a evolução da matrícula, aprovação, reprovação, abandono e a quantidade de turmas implantadas do Projeto Avançar no período de 2007 a 2014.

Tabela 2 - Matrícula, turmas implantadas, aprovação, reprovação e abandono no Projeto Avançar – 2007 a 2014

ANO	2007		2008		2009		2010		2011		2012		2013		2014	
Turmas	201	%	187	%	206	%	288	%	290	%	420	%	295	%	204	%
Aprovação	3482	62	3181	55	3484	61	5260	65	4819	66	7874	67	4742	62	3096	62
Reprovação	1314	24	1315	23	1130	20	1241	15	1007	14	1477	13	968	13	751	15
Abandono	789	14	1244	22	1097	19	1541	19	1441	20	2447	21	1998	26	1182	24
Total	5585	100	5740	100	5711	100	8042	100	7267	100	11798	100	7708	100	5029	100

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do SIGEAM (2015).

Conforme a tabela – 2, em 2007 foram implantadas 201 turmas do Projeto Avançar em todo estado, correspondendo a 5.585 alunos matriculados, que foi a quantidade média das matrículas até 2009.

A parti do ano 2010 houve um aumento no número de matrículas, no referido ano, foram matriculados 8.042 alunos no projeto, sendo o ano 2012 o com maior número de matrículas, alcançando 11.798 alunos matriculados em 420 turmas.

O motivo do aumento das matrículas, a partir de 2010, foi à expansão do projeto para os municípios do interior, que conforme dados do SIGEAM, passaram de seis municípios atendidos em 2009 para dezoito no ano 2011.

A média da taxa de aprovação ficou na casa dos 60% e a de reprovação teve uma redução de 9%, no entanto o abandono cresceu 10% no período.

Ao todo foram matriculados 56.880 alunos no projeto durante o período de 2007 a 2014 em todo o Estado, dos quais 35.938 obtiveram aprovação.

Na próxima sessão, será abordado o Projeto Avançar e sua implementação na SEDUC-AM.

1.3 O programa de correção do fluxo escolar do Ensino Fundamental: Projeto Avançar

O Projeto Avançar tem sua fundamentação legal na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996 (LDBEN/96), artigo 23, que assegura a formação de turmas não seriadas com base na idade, sempre que for necessário, e no artigo 24, inciso V, letra b e c, que possibilita a aceleração de estudos para alunos com atraso escolar e o avanço de estudos com verificação da aprendizagem; e nas resoluções do Conselho Estadual de Educação do Amazonas (CEE/AM) 83/2007-CEE/AM, 148/2010-CEE/AM e 20/2013-CEE/AM, que autorizam e aprovam o programa e sua Matriz Curricular.

Nesse sentido, o Projeto Avançar tem como objetivo geral regularizar o processo escolar dos alunos com dois ou mais anos de distorção idade-anos que estejam na faixa etária de 9 a 21 anos de idade, e seus objetivos específicos são: viabilizar alternativas pedagógicas fundamentadas em aprendizagem significativa a partir do currículo básico, fortalecer a autoestima do aluno e promovê-lo para o ano que apresente condições de prosseguimento regular de estudos. (AMAZONAS, 2005)

Assim, a concepção curricular do Projeto Avançar se constitui de duas facetas: o currículo escolar e o extraescolar. O currículo escolar é composto de todas as ações e experiências planejadas a partir de elementos culturais selecionados institucionalmente e que se desenvolvem no cotidiano escolar, visando à construção do conhecimento nos alunos. Já o currículo extraescolar é a soma de todas as experiências vivenciadas pelos alunos em seu contexto social. (AMAZONAS, 2005)

Nesse sentido, a escola, enquanto um espaço com identidade e cultura própria, deve oportunizar aos alunos a formação necessária para que este possa construir novas experiências de construção do conhecimento.

Nessa perspectiva, a escola deve articular as experiências do currículo escolar com as experiências socioculturais vivenciadas pelos alunos em sua

comunidade. Além disso, o currículo deve ter um olhar voltado ao contexto social do aluno, para que este possa construir sua autonomia e participar conscientemente da transformação da sociedade, preparando os educandos para enfrentarem um mundo em constante transformação. (AMAZONAS, 2005)

Como visto, a PCPAV lança um grande desafio para as escolas e para o sistema ao propor uma educação diferenciada, baseada na interdisciplinaridade e na aprendizagem significativa, que para ser implementada exige uma mudança de paradigmas, engendrados na cultura escolar e difíceis de ser contornados, como a reprovação, a educação bancária, a fragmentação do conhecimento e avaliação centrada no aluno, só pra citar alguns exemplos.

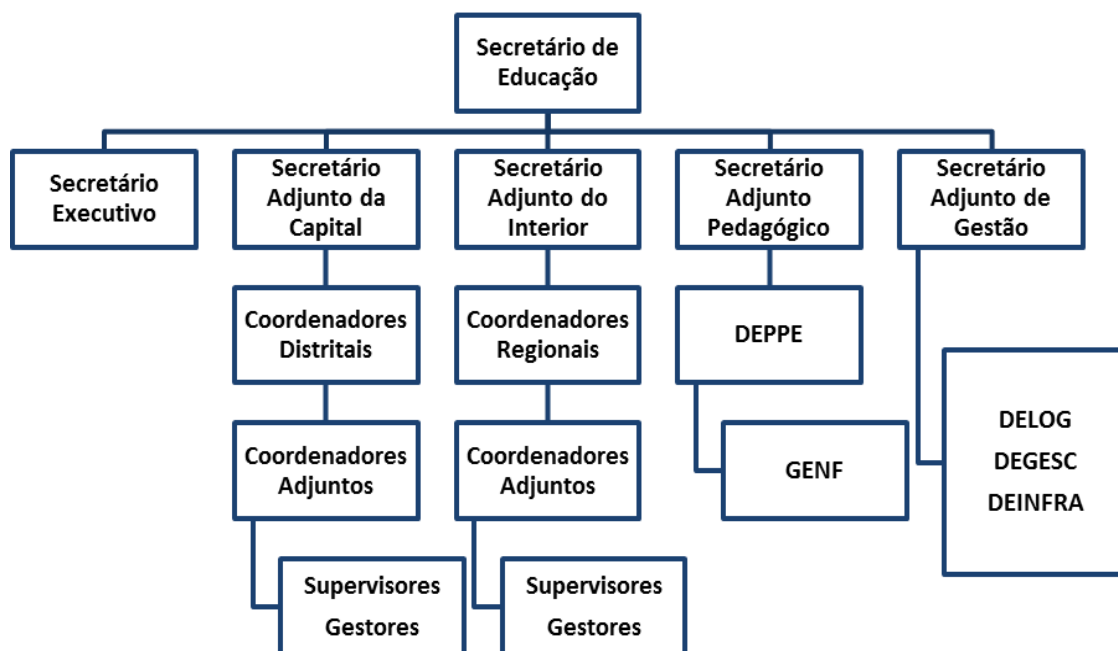
No próximo tópico será apresentada a estrutura básica da organização do Projeto Avançar e as atribuições dos profissionais nas escolas, na CDE-4 e na SEDUC, além da descrição do seu processo avaliativo do programa.

1.3.1 Projeto Avançar: estrutura e funcionamento

A SEDUC-AM é a responsável pela implementação do Projeto Avançar na rede estadual de ensino. Ela foi criada pela Lei 1.596, de 05 de janeiro de 1946, e é integrante da administração direta do Governo do Estado do Amazonas. Suas atribuições são: a formulação, a supervisão, a coordenação, a execução e a avaliação da Política Estadual da Educação Básica.

A figura 01 apresenta o organograma resumido da SEDUC-AM, destacando somente os setores que atuam diretamente com a parte pedagógica da implementação dos programas e projetos, inclusive do Projeto Avançar.

Figura 1 – Organograma resumido da SEDUC-AM



Fonte: Elaborada com base em AMAZONAS(2007).

A SEDUC-AM é dirigida pelo Secretário de Estado da Educação que, para auxiliá-lo, conta com uma equipe, constituída por cinco secretários executivos adjuntos, são eles: o secretário executivo adjunto de estado, o secretário executivo adjunto da capital, o secretário executivo adjunto do interior, o secretário executivo adjunto pedagógico e o secretário executivo adjunto de gestão.

Os secretários executivos adjuntos dirigem os departamentos, que por sua vez, estão à frente das gerências. Além dos cinco secretários executivos adjuntos, a estrutura organizacional da SEDUC ainda conta com Órgãos Colegiados, uma Ouvidoria e os Órgãos de Assistência e Assessoramento.

Os secretários executivos adjuntos de gestão, da capital, do interior e o pedagógico são os que têm maiores responsabilidades com a gestão pedagógica e apoio logístico ao Projeto Avançar.

Nesse sentido, esses secretários devem garantir a logística e funcionamento do Projeto Avançar, os secretários adjuntos da capital e do interior, por estarem à frente da gestão de todas as coordenadorias distritais e regionais; o secretário adjunto pedagógico, por ser o responsável pela avaliação e coordenação dos programas e projetos e o secretário adjunto de logística, por ser o responsável pela

garantia dos suprimentos necessários para que as escolas funcionem como a entrega de livros didáticos e da merenda escolar, dentre outros.

Os secretários executivos adjuntos contam com a assessoria do DEPPE, da GENF e das Coordenadorias Distritais e Regionais.

As Coordenadorias Distritais e Regionais são as responsáveis pelo repasse das orientações e políticas oriundas da SEDUC-AM às escolas, bem como pelo encaminhamento das demandas das escolas à sede da secretária de educação.

O DEPPE e a GENF foram os elaboradores da PCPAV e os primeiros responsáveis pela adoção de procedimentos e a tomada de decisões de caráter operacional, juntamente com os gestores, pedagogos e professores para a implementação do Projeto Avançar nas escolas. (AMAZONAS, 2005)

Nesse sentido, a GENF era a responsável por promover as reuniões pedagógicas, dar subsídios aos gestores, pedagogos e professores, no que se refere à execução do projeto, fazer o acompanhamento do desempenho das turmas e buscar o apoio da comunidade escolar. No desenvolvimento de suas tarefas, a GENF contava com o apoio das equipes pedagógicas das escolas. (AMAZONAS, 2005)

A distribuição de tarefas, prevista na PCPAV, só aconteceu nos anos 2005 e 2006, pois a partir de 2007, a estrutura da SEDUC-AM foi alterada pela Lei Delegada nº 78 de 18/05/2007 e pela Lei 3.642 de 26/07/2011, que ampliaram as competências das Coordenadorias Distritais e Regionais de Educação, antes, muito limitadas, pela Lei Delegada nº 08 de 05/07/2005.

Assim, a partir de 2008, as Coordenadorias Distritais e Regionais de Educação assumiram boa parte das ações relacionadas à execução do Projeto Avançar que antes eram exclusivas do DEPPE e da GENF. No entanto, esses setores ainda são responsáveis pela: revisão da PCPAV, elaboração dos materiais de orientação, aquisição dos livros didáticos e repasse de orientações e informes as coordenadorias em suas dúvidas relativas ao programa.

Nesse sentido, nas Coordenadorias Distritais e Regionais de Educação, o assessoramento do Projeto Avançar fica a cargo dos coordenadores adjuntos do Ensino Fundamental e dos superiores pedagógicos.

Os supervisores pedagógicos são responsáveis por assessorar as escolas, atendendo em média, até cinco escolas por semana e turno de trabalho.

No desempenho de suas funções, os supervisores são orientados pelos coordenadores adjuntos do Ensino Fundamenta. Como instrumentos de trabalho recebem um cronograma mensal de atendimento às escolas, um formulário para registro das atividades de supervisão e uma folha de frequência, que é assinada pelo gestor escolar ou outra pessoa designada por este, a cada visita feita a escola.

Assim, de uso desses instrumentos, das orientações contidas na PCPAV, ou outras emanadas da SEDUC-AM ou da CDE-4, os supervisores fazem o trabalho de monitoramento nas escolas.

No trabalho de monitoramento do Projeto Avançar, os supervisores pedagógicos, acompanham a atualização dos lançamentos de frequência, notas, conteúdos e avaliação paralela realizados pelos professores no diário digital, a frequência dos docentes ao trabalho, a realização das paradas técnicas mensais e dos conselhos de classe bimestrais e o levantamento dos componentes curriculares com maiores índices de reprovação.

Quando se evidencia que um componente curricular apresenta uma reprovação acima da média registrada na escola, o supervisor se reúne com o professor da disciplina para fazer um levantamento dos problemas que este está enfrentando em sala de aula e juntos elaborarem um plano de ação pedagógica para solucionar o problema.

Os supervisores também são responsáveis por acompanhar “in loco” as reuniões mensais e bimestrais realizadas nas escolas, com intuito de ajudar os gestores, pedagogos e professores em suas dúvidas relativas ao programa, evitando que decisões tomadas nessas reuniões sejam contraditórias a PCPAV.

É importante esclarecer, que os supervisores pedagógicos acompanham todos os projetos e programas relacionados ao Ensino Fundamental nas escolas, por tanto, muitas vezes o acompanhamento do Projeto Avançar fica prejudicado, por outras demandas que precisam ser atendidas por esses profissionais.

A PCPAV prevê algumas ações que devem ser desenvolvidas pelos pedagogos e gestores escolares, quais sejam: promover reuniões periódicas com a comunidade escolar, apoiar o corpo docente no desenvolvimento de trabalhos e projetos interdisciplinares, acompanhar o rendimento escolar dos alunos e fomentar subsídios para que os professores desenvolvam sua prática pedagógica. Todas essas ações visam à maior participação da comunidade no processo ensino-

aprendizagem, uma prática pedagógica interdisciplinar e a busca constante de novas alternativas que garantam a melhoria do ensino e da aprendizagem dos alunos. (AMAZONAS, 2005)

O gestor escolar é o responsável pela seleção dos docentes que atuam no Projeto Avançar. Esses professores devem apresentar compromisso com o sucesso dos alunos, ter a crença na capacidade de aprendizagem dos mesmos, ter relações bem sucedidas com os alunos, ter dinamismo na prática pedagógica, demonstrar interesse pessoal em trabalhar no projeto, ser atualizados e buscarem a melhoria da qualidade do ensino e aprendizagem. (AMAZONAS, 2005)

Nesse sentido, a PCPAV destaca que a seleção criteriosa desses docentes é imprescindível para o sucesso do programa e orienta que os gestores escolares promovam reuniões de incentivo ao corpo docente, buscando transmitir seu entusiasmo, compromisso e aceitação do programa. (AMAZONAS, 2005)

Os professores devem incentivar os alunos à aprendizagem, pois a falta de motivação é um dos principais empecilhos ao progresso dos mesmos. Para isso, eles precisam propor atividades pedagógicas que lhes permitam a vivência e a experimentação, e que tenham relação com suas experiências de vida, tendo assim, a aprendizagem um real significado, posto que ela seja construída a partir do ponto de vista do educando. Assim, o currículo proposto e o livro didático devem ser utilizados apenas como suporte, e a seleção dos conteúdos deve priorizar a aprendizagem significativa. (AMAZONAS, 2005)

Além do exposto, o domínio da leitura, da escrita e do cálculo deve ser prioridade para os professores do projeto, uma vez que a falta dessas competências contribui para o abandono escolar e a repetência. (AMAZONAS, 2005)

Outro ponto destacado na PCPAV, diz respeito à utilização da interdisciplinaridade, que visa o maior envolvimento e participação dos alunos, e consequentemente, o desenvolvimento de suas competências, habilidades e à percepção do seu papel na transformação da sociedade que o cerca. (AMAZONAS, 2005)

Nesse sentido, a mudança da práxis pedagógica dos professores, a utilização dos conteúdos de forma a favorecer a aprendizagem significativa dos alunos, o uso do livro didático e de outros materiais como subsídios para o professor desenvolver seu trabalho e um cotidiano escolar embasado no sociointeracionismo, no respeito

ao ritmo dos alunos e no favorecimento do espírito investigativo, são essenciais para o sucesso do programa. (AMAZONAS, 2005)

No que se refere à estrutura operacional do programa, sua carga horária anual é a mesma para todas as fases, ou seja, 800 horas anuais distribuídas em 200 dias letivos. A diferença está na quantidade de aulas, nas fases 1 e 2, são 4 aulas de 60 minutos por dia que corresponde a 800 aulas anuais, nas fases 3 e 4, são cinco aulas diárias de 48 minutos, o que soma mil aulas anuais. (AMAZONAS, 2005)

O ano letivo é organizado em duzentos dias letivos distribuídas em quatro bimestres de cinquenta dias cada. (AMAZONAS, 2005)

A enturmação dos alunos deve levar em conta sua faixa etária, seu ano escolar de origem e seu nível do domínio da leitura, escrita e cálculo. Essa organização das turmas visa à elaboração de um plano de ação para ajudar os alunos a superarem suas limitações (AMAZONAS, 2005).

O Quadro 1 apresenta como a composição das turmas levando em consideração a idade e ano de origem do aluno.

Quadro 1 - Organização das turmas do Projeto Avançar

Fase	Situação de Origem do Aluno	Faixa Etária	Turno
1	Não alfabetizados, 2º ano do I Ciclo do Ensino Fundamental Anos Iniciais, ou sem escolaridade.	09 a 14 anos	Mat/ Vesp
2	Alfabetizados, 2º ano do I Ciclo do Ensino Fundamental Anos Iniciais. 3º ano do I Ciclo do Ensino Fundamental Anos Iniciais. 4º ano do II Ciclo do Ensino Fundamental Anos Iniciais.	09 a 14 anos 10 a 14 anos 11 a 14 anos	Mat/Ves
3	6º ano do Ensino Fundamental Anos Finais.	15 a 21 anos	Mat/Ves/Not
4	7º e 8º ano do Ensino Fundamental Anos Finais.	15 a 21 anos	Mat/Ves/Not

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de PCPAV - AMAZONAS (2005).

De acordo com o quadro 1, a distribuição das turmas do Projeto Avançar é organizada em quatro fases.

A Fase 1 é destinada aos alunos de nove a quatorze anos matriculados no 2º ano do I Ciclo do Ensino Fundamental Anos Iniciais, sem escolaridade, ou não alfabetizados.

A Fase 2 atende os alunos que apresentem três condições distintas: primeira - o aluno deve ter entre 9 a 14 anos, não ser alfabetizado, e estar cursando o 2º ano do I Ciclo, segunda - o aluno deve ter entre 10 a 14 anos e estar matriculado no 3º

ano do I Ciclo e terceira - o aluno precisa ter idade entre 11 a 14 anos e estar matriculado no 4º ano do I Ciclo.

As Fases 1 e 2 funcionam apenas nos turnos matutino e vespertino, devido à faixa etária dos alunos atendidos, já as fases 3 e 4 funcionam nos três turnos de atendimento das escolas.

As Fases 3 e 4 atendem alunos de 15 a 21 anos, sendo que os alunos oriundos do 6º ano são encaminhados para a fase 3 e do 7º e 8º ano para a fase 4.

Assim, no Projeto Avançar a organização sequencial das fases permite aos alunos com defasagem superior a dois anos regularizem seu fluxo escolar, à medida que passem de uma fase para outra dentro do programa.

O próximo tópico abordará o processo avaliativo aplicado aos alunos, destacando seu aspecto diagnóstico, cognitivo, formativo e operacional.

1.3.2 Processo avaliativo do aluno no Projeto Avançar

O processo avaliativo do Projeto Avançar visa possibilitar aos alunos o desenvolvimento de seus conhecimentos, por meio de uma aprendizagem que possa ser aplicada em sua vida.

Nesse sentido, o professor deve utilizar instrumentos de avaliação com enfoque cognitivo, diagnóstico, contínuo e formativo e usar o resultado das avaliações para rever sua prática, buscar de novas estratégias de ações pedagógicas para superação das dificuldades encontradas. (AMAZONAS, 2005)

As escolas devem organizar uma reunião mensal com todos os professores do Projeto Avançar, o pedagogo e o gestor, com o objetivo de analisar e avaliar a participação, a assiduidade e as condições de ensino e de aprendizagem de cada aluno, e repensar a prática desenvolvida em sala de aula para a busca de novas alternativas que proporcionem aos discentes outras formas de desenvolver suas habilidades e competências. (AMAZONAS, 2005)

A recuperação paralela deve ter como foco a aprendizagem significativa, ou seja, ela deve significar para o aluno mais que a recuperação de uma nota baixa, mas acima de tudo a superação de uma dificuldade de aprendizagem e a construção de um novo conhecimento. (AMAZONAS, 2005)

Ao final de cada bimestre, deve ser instituído pela escola um conselho de classe, com todos os docentes do Projeto Avançar, gestor e pedagogo escolar. O objetivo, desse conselho, é fazer um diagnóstico individual dos alunos, de modo que ao longo dos quatro bimestres, sejam construídos parâmetros bem fundamentados sobre o desempenho individual dos discentes, e assim, ao final do ano letivo, os professores possam, em consenso, avaliar de forma consistente para qual ano, ou fase do programa, o aluno poderá ser promovido. (AMAZONAS, 2005)

A construção do diagnóstico do aluno deve acontecer ao longo do ano, através dos seguintes registros: Diário de Classe, Relatório Descritivo Bimestral, Ata Final e o Relatório Descritivo por Componente Curricular. (AMAZONAS, 2005)

O Relatório Descritivo Bimestral entrou em desuso devido à implantação do Diário Digital em 2013 e não foi substituído por outro instrumento parecido, conforme registro no Livro de Atas do Ensino Fundamental Anos Finais (SEDUC-AM, 2014, pág.116).

O Diário Digital não apresenta campo para o lançamento dos aspectos socioafetivos e se restringe ao lançamento de conteúdo, notas, frequência e planejamento das avaliações. Além disso, o cômputo das notas é automático, o que impede que, ao final do ano, os professores possam promover um aluno que tenha se superado, ou avançado muito, se a média das notas não alcançar o valor mínimo necessário.

Nesse sentido, a não utilização do Relatório Descritivo Bimestral se constitui em problema, pois limita a construção de um diagnóstico preciso sobre a evolução e o desempenho dos alunos ao longo do ano, descaracterizando por tanto o processo avaliativo do programa.

Após o parecer final dos professores ser registrado na ata final, os alunos são promovidos para o ano que apresentem condições de prosseguimento regular de estudos. Os que não conseguirem aprovação em três ou mais componentes curriculares são retidos no ano de origem ou retornam ao Projeto Avançar. (AMAZONAS, 2005)

Os alunos reprovados em até duas disciplinas são promovidos em regime de progressão parcial⁴ de acordo com o parecer final dos professores. Salienta-se que o Projeto Avançar não permite o avanço de estudos em regime de progressão parcial para o 6º ano do Ensino Fundamental nem para o 1º ano do Ensino Médio. (AMAZONAS, 2005)

O aluno aprovado dentro dos critérios propostos, mediante o consenso de todos os professores, registrado por meio de um único Relatório Descritivo e de uma Ata Final, é promovido para o ano que demonstre competências necessárias ao prosseguimento de seus estudos. (AMAZONAS, 2005)

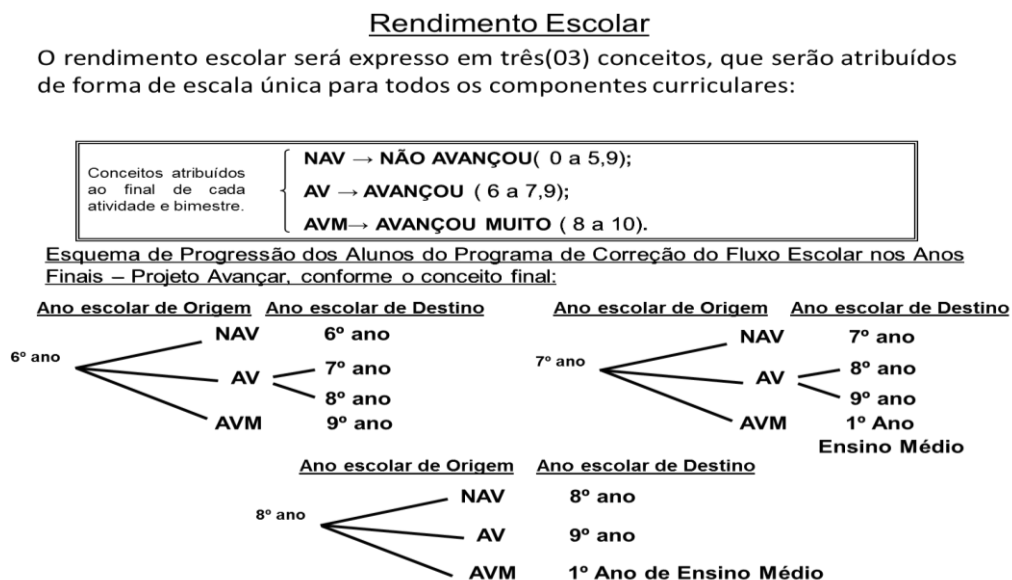
A aprovação final acontece de acordo com o ano de origem do aluno, do resultado final do desempenho apresentado pelo mesmo e do conceito final atribuído por todos os professores em consenso. (AMAZONAS, 2005)

Os alunos oriundos do 6º, 7º ou 8º ano que obtiverem o conceito “Não Avançou” (NAV) ficarão retidos no mesmo ano de origem. Já a promoção acontece de maneira distinta e depende do conceito final obtido pelo aluno e do parecer final dos professores. Os alunos provenientes do 6º ano que obtiverem o conceito Avançou (AV) serão promovido para o 7º ou 8º ano. Caso a classificação seja Avançou Muito (AVM) serão promovido para o 9º ano. Os alunos vindos do 7º ano que obtiverem o conceito AV poderão ser promovidos para o 8º ou 9º ano e os que conseguirem conceito AVM progredirão para o 1º ano do Ensino Médio. Já aqueles que cursaram o do 8º ano que alcançarem conceito AV serão promovidos para 9º ano e os que obtiverem o conceito AVM serão encaminhados para o 1º ano do Ensino Médio (AMAZONAS, 2005).

⁴ Os alunos do projeto que estavam cursando o 6º ano poderão progredir para o 7º, os do 7º ano para o 8º ano e dos 8º para o 9º. Os dois componentes curriculares que eles estejam devendo serão cumpridos através de trabalhos e avaliações realizadas pelos professores das respectivas disciplinas.

A figura 2 exemplifica como deve ser conduzida a promoção dos alunos do Projeto Avançar ao final do ano letivo.

Figura 2 - Fluxograma de avaliação final do Projeto Avançar.



Fonte: PCPAV, AMAZONAS (2005).

Em suma, o Projeto Avançar, implementado na SEDUC-AM, a partir da determinação do Secretário de Educação, sob a coordenação do DEPPE e da GENF, que foram os responsáveis de início pela formulação da política, a elaboração da proposta pedagógica e todos os procedimentos de operacionais de implantação, o que posteriormente foi repassado às coordenadorias distritais e regionais de educação. Assim, a determinação de implementação e acompanhamento do projeto, hoje estão sob a coordenação das coordenadorias educacionais, dentre elas a CDE-4, que nesse caso é a principal responsável pela implementação do Projeto Avançar em sua área de atuação. Nesse sentido, a seção 1.4 abordará como a CDE-4 vem implementando o Projeto Avançar em suas escolas, buscando descrever as dificuldades problemas e avanços que essa implementação vem apresentando.

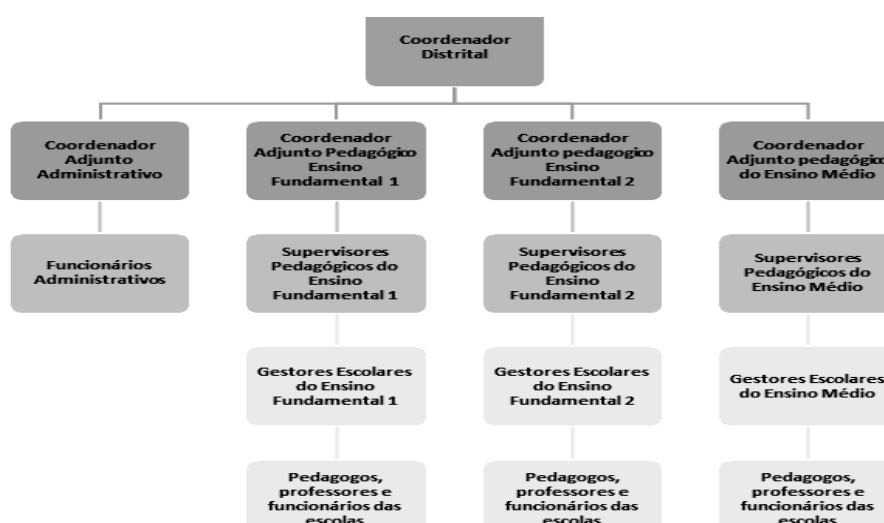
1.4 O Projeto Avançar na CDE-4

A CDE-4, assim como as demais coordenadorias distritais de educação, foi criada pela Lei Delegada Nº 08 de 05 de julho de 2005 e em 2007 teve suas competências ampliadas pela LD78/2007, sendo, por tanto, responsável por: coordenar, implementar, assessorar e acompanhar as ações desenvolvidas nas escolas, a partir das diretrizes emanadas da SEDUC-AM, dentre as quais, o Projeto Avançar. (AMAZONAS, 2005 & AMAZONAS 2007)

A CDE-4 coordena 34 escolas na Zona Centro-oeste e Oeste da cidade de Manaus, dos seguintes bairros: São Raimundo, Santo Antônio, Glória, Santo Agostinho, Compensa I, II e III, Nova Esperança, Lírio do Vale, Planalto, Vila da Prata e São Jorge, além de uma escola localizada em uma área de preservação ambiental as margens do Rio Negro, fora da área urbana do município. Dessas escolas, dezessete implementaram o Projeto Avançar em 2014 (SIGEAM, 2014 & SEDUC-AM, 2014)

Além do Projeto Avançar, a CDE-4 oferece as seguintes modalidades de ensino: Fundamental (1º ao 9º ano), Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos (1º, 2º Segmentos e Etapa Única), Educação Especial (cegos e baixa visão) e Ensino a Distância com Mediação Tecnológica. (SIGEAM, 2014)

Figura 3 - Organograma da implementação do Projeto Avançar na CDE-4.



Fonte: Elaborado pelo autor com base na LD78/2007, AMAZONAS (2007).

Para dar suporte às ações necessárias ao cumprimento de suas

competências, dentre as quais a implementação do Projeto Avançar, a CDE-4 dispõe dos seguintes recursos humanos: um coordenador distrital, três coordenadores adjuntos pedagógicos, para cada modalidade de ensino (Ensino Fundamental Anos Iniciais e Anos Finais, e Ensino Médio), um coordenador-adjunto-administrativo, uma psicóloga, uma nutricionista, duas bibliotecárias, uma ouvidora, supervisores pedagógicos, auxiliares administrativos, supervisores da merenda escolar, coordenadores de programas e projetos federais e funcionários terceirizados, responsáveis pela limpeza e segurança da sede da coordenadoria. (SEDUC, 2009, CDE-4 & SEDUC, 2014)

O Projeto Avançar é implementado na CDE-4, a partir das orientações do coordenador distrital, que conta com o apoio dos coordenadores adjuntos no desenvolvimento de suas tarefas.

O coordenador adjunto administrativo é o responsável pelo atendimento das demandas de conservação e manutenção dos prédios escolares, lotação de servidores e acompanhamento dos serviços prestados por empresas terceirizadas, responsáveis pela manutenção, limpeza e segurança do patrimônio das escolas e da sede da CDE-4, sendo, portanto, o responsável para garantir às condições estruturais necessárias as ações desenvolvidas no Projeto Avançar.

Os coordenadores adjuntos do Ensino Fundamental 1 e 2 são os responsáveis pelo monitoramento da implementação do Projeto Avançar e das demais ações desenvolvidas nas escolas sob sua coordenação.

O processo de implementação do Projeto Avançar acontece a partir das orientações do DEPPE e da GENF, responsáveis pela elaboração, implementação e acompanhamento do programa na rede estadual. (AMAZONAS, 2011)

Essas orientações são repassadas ao coordenador da CDE-4, que, por sua vez, as repassa aos coordenadores adjuntos do Ensino Fundamental.

As informações e orientações de caráter operacional e pedagógico são repassadas às escolas pelo coordenadores adjuntos, por e-mail ou nas reuniões mensais de gestores e equipe gestora da CDE-4. Todas essas reuniões são registradas em ata e arquivadas na sede da CDE-4.

No intervalo entre o término de um ano letivo e início de outro os coordenadores adjunto-pedagógicos do Ensino Fundamental fazem a seleção das

escolas que precisam criar turmas do Projeto Avançar, com base nos dados do SIGEAM.

O SIGEAM permite identificar os alunos com mais de dois anos de distorção idade-ano por escola e calcular a quantidade de turmas necessárias, bastando dividir o total de alunos com distorção, por 30, a quantidade máxima de alunos permitida por turma. (AMAZONAS, 2005)

Os coordenadores adjuntos realizam reuniões periódicas com as escolas que participam do Projeto Avançar e a equipe da CDE-4. Nessas reuniões, são repassadas orientações sobre o programa e é realizada uma avaliação junto aos docentes, sobre os resultados obtidos em termos de aprovação, reprovação e abandono escolar. Ainda constam, no referido relatório, reuniões realizadas no início do ano letivo, com a finalidade específica de orientar as escolas estreantes no programa, sobre a metodologia e o processo de implantação das turmas. (CDE-4, 2014)

Ao todo, foram realizadas 23 reuniões com as equipes pedagógicas das escolas da CDE-4 em 2014, dessas, dezesseis tiveram o Projeto Avançar como assunto de destaque na pauta. Além das reuniões com as equipes das escolas, também foram realizadas quatro reuniões com alunos do programa, cujo objetivo foi levá-los a refletir sobre sua responsabilidade pessoal com a frequência, comportamento ético e moral dentro da escola. (CDE- 4, 2014)

Desde o ano de 2010, a CDE-4 promove encontros com os professores e pedagogos do Projeto Avançar Anos Finais, cujo objetivo é repassar noções gerais sobre a PCPAV, principalmente no que tange a avaliação e planejamento.

Nesse sentido, em fevereiro de 2014 aconteceu a III Oficina Técnica para Professores do Projeto Avançar Anos Finais, com carga horária de 4 horas, para que os professores pudessem participar no seu turno de trabalho.

Constava da pauta desse encontro: a apresentação da metodologia do programa, o conceito de distorção idade/ano, a análise de descritores, análise do rendimento 2013, a matriz analítica, o acompanhamento pedagógico, Hora de Trabalho Pedagógico (HTP), Mostra do Projeto Avançar - 2014, o sistema de avaliação, a necessidade da realização das reunião mensais e do Conselho de Classe e controle do abandono escolar. (CDE-4, 2014)

Essa oficina, pelo que consta em sua pauta, teve um perfil mais de reunião informativa, que propriamente de uma oficina pedagógica, perdendo-se assim a oportunidade de trabalhar com os professores temas mais relevantes relacionados à aprendizagem significativa em sala de aula e a interdisciplinaridade.

Os supervisores pedagógicos trabalham diretamente nas escolas, desenvolvendo atividades de assessoramento e monitoramento do programa. Eles são subordinados aos coordenadores adjuntos pedagógicos e são responsáveis de fazer o acompanhamento “in loco” das ações desenvolvidas nas escolas.

No ano de 2014 a CDE-4 dispunha de 13 supervisores pedagógicos: quatro do Ensino Fundamental Anos Iniciais, seis do Ensino Fundamental Anos Finais e três do Ensino Médio.

Dos supervisores pedagógicos do Ensino Fundamental Anos Finais, cinco acompanhavam escolas que tinham turmas do Projeto Avançar Anos Finais e dois acompanhavam escolas com turmas dos Anos Iniciais.

As ações desenvolvidas pelos supervisores durante as visitas e o parecer sobre os itens verificados são registrados em formulário específico chamado Relatório de Supervisão Pedagógica Semanal. Esse relatório é preenchido durante as visitas e assinado pelo supervisor e pelo gestor, ou pedagogo escolar, na ausência deste.

Os supervisores pedagógicos acompanham semanalmente, uma média de cinco escolas por turno de atendimento.

Os principais itens verificados nessas visitas são: o cumprimento do calendário escolar e da carga horária, a pontualidade dos lançamentos no Diário Digital⁵, a frequência dos docentes e discentes, o cumprimento da HTP, a execução dos planejamentos pedagógicos bimestrais e dos planos de curso dos professores, o desenvolvimento de ações previstas nos planos de intervenção, plano de ação, Projeto Político Pedagógico e o Projeto Avançar, dentre outros. (CDE-4, 2012)

Os supervisores pedagógicos também assessoram os pedagogos, gestores e professores em suas dúvidas relativas à PCPAV, promovem reuniões e palestras motivacionais para os alunos, organizam reuniões e eventos a pedido dos

⁵ Aplicativo para o lançamento de notas e frequência dos alunos. Para funcionamento do sistema a SEDUC-AM, disponibilizou aos professores tablets e modems, além de ter instalado computadores nas escolas exclusivamente para esse fim.

coordenadores adjuntos pedagógicos e acompanham as paradas técnicas mensais e a reunião do Conselho de Classe dos professores do Projeto Avançar. (CDE-4, 2013 & AMAZONAS, 2005)

Como os supervisores pedagógicos não trabalham exclusivamente com Projeto Avançar, eles também acompanham outros programas e projetos desenvolvidos nas escolas, como o Projeto Rede de Letras – de incentivo a leitura, o Programa Ciência na Escola – de iniciação científica e o Projeto “Criando Oportunidades” de reforço escolar, só pra citar alguns. (CDE-4, 2013)

No ano de 2013, foram realizadas 801 visitas de supervisão nas 20 escolas do Ensino Fundamental da CDE-4, porém, considerando o quantitativo 20 escolas atendidas, algumas com até três turnos de funcionamento, a quantidade de visitas foi insuficiente para o efetivo monitoramento do Projeto Avançar, pois o programa foi monitorado em todas essas visitas. (CDE-2013)

Ao fim do ano letivo, os supervisores realizam a avaliação anual de gestão escolar, feita com auxílio de um formulário composto de 15 páginas, de 38 questões sobre gestão de pessoas, de processos, financeira e pedagógica. Nesse formulário não consta nenhum item relacionado ao Projeto Avançar.

Ao fim do ano letivo, os supervisores são organizados em equipes de três componentes cada, para fazerem a avaliação anual da gestão escolar, trabalho realizado através do preenchimento de um formulário chamado de Avaliação da Gestão Escolar.

Esse formulário é composto de quinze páginas, nas quais estão distribuídas 38 questões que envolvem temas relacionados à gestão de pessoas, gestão de processos, gestão do patrimônio, gestão financeira e gestão pedagógica, porém nele não há nenhum aspecto relacionado ao Projeto Avançar.

Todos os itens do formulário são conferidos “in loco” na presença do gestor escolar e imediatamente avaliado em Atendido Plenamente (AP), Atendido em Parte (AP) e Não Atendido (NA).

Os relatórios de Avaliação da Gestão Escolar são entregues aos coordenadores adjuntos, que compilam os resultados em um relatório individual para cada escola. Esses relatórios são entregues aos gestores, para serem utilizados como subsídios para o planejamento do ano letivo.

Conforme o exposto, a CDE-4 realizou várias as ações desde 2007 na implementação do Projeto Avançar, como encontros, oficinas e amostras, dentre outros.

A Tabela 3, a seguir, apresenta os resultados que o Projeto Avançar alcançou no período supracitado, em termos de quantidade de turmas abertas e alunos matriculados.

Tabela 3. Rendimento do Projeto Avançar na CDE-4 – 2007 a 2014

Ano	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Turmas	28	22	20	39	23	49	48	47
Aprovação	493	372	326	620	377	825	737	659
Reprovação	160	117	84	241	54	63	114	154
Abandono	122	164	128	277	257	439	425	342
Total	775	653	538	1138	688	1327	1276	1155

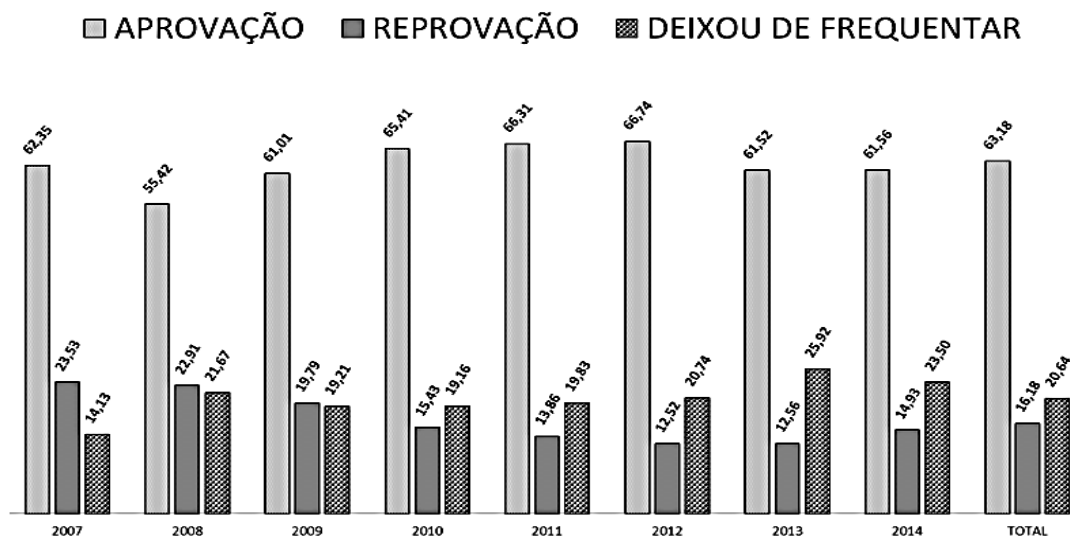
Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados do SIGEAM (2015)

Como se observa, desde sua implantação em 2007 até o ano 2014, o Projeto Avançar, na CDE-4, já atendeu 7.550 alunos, dos quais, 4.409 foram aprovados, 987 reprovados e 2.154 abandonaram o programa, um aproveitamento de 29% de abandono, 13% de reprovação e 58% de aprovação.

Embora a taxa média de aprovação do período tenha sido de 58%, ainda assim, é preciso considerar, que no cômputo dos aprovados, entram os alunos que obtiveram o conceito AV, ou seja, foram aprovados, porém nem todos tiveram o fluxo escolar corrigido, pois o conceito AV permite ao aluno avançar no máximo dois anos escolares, o que é inócuo para aqueles que tenham mais de dois anos de distorção, ou para os que, avançam somente um ano, pois poderiam obter o mesmo resultado se estivessem, matriculados no ensino regular.

Além do exposto, é preciso uma atenção especial a taxa de abandono, que desde 2007, vem subindo, conforme será visto no Gráfico 5, que apresenta a evolução das taxas de rendimento do Projeto Avançar na CDE-4, no referido período.

Gráfico 5 – Taxas de rendimento – Projeto Avançar (2007 a 2014).



Fonte: Elaborada pelo autor, a partir de dados do SIGEAM (2015).

As taxas de rendimento do Projeto Avançar na CDE-4, registradas no período de 2007 a 2014, destacam o quanto o abandono escolar pesa no rendimento do programa. Desde o primeiro ano de implantação, essa taxa se manteve sempre acima dos 20%, chegando a registrar 37,35% em 2011, ano que registrou a segunda menor aprovação do período, 54,80%, apesar da taxa de reprovação ter sido apenas 7,85%, ou seja, se o abandono não fosse alto, a aprovação poderia ser maior.

Os resultados apresentados demonstram, que em boa medida, o Projeto Avançar está alcançando resultados até razoáveis na CDE-4; considerando, que pelo menos, mais da metade dos alunos têm sido aprovados, isso, no entanto, não significa que não caibam melhorias, pois ainda é preciso que se busque alternativas que possibilitem a ampliação da taxa de aprovação e a consequente redução das taxas de reprovação e abandono.

Nesse sentido, essas melhorias precisam ser feitas na implementação do programa, que de acordo com os achados dessa pesquisa, apresenta problemas de ordem pedagógica e de gestão, e que, se resolvidas; poderão melhorar o processo ensino aprendizagem e consequentemente as taxas de rendimento do programa.

Nesse sentido, o próximo capítulo traz os achados da pesquisa de campo, relacionadas a implementação do programa e as impressões dos principais atores

sobre assuntos como a implantação de turmas, a qualidade e utilização do livro didático, a interdisciplinaridade e o monitoramento, dentre outros, cujo objetivo é identificar os principais entraves que prejudicam a implementação do programa e apontar possíveis soluções para os mesmos.

2 ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO AVANÇAR NA CDE-4

Este capítulo tem o objetivo analisar o processo de implementação do Projeto Avançar na CDE-4 a partir dos achados da pesquisa relacionados aos seguintes itens: o levantamento da demanda de alunos com distorção, o processo de adesão das escolas ao projeto, a aceitação e utilização da PCPAV, a formação continuada dos atores envolvidos e o monitoramento do programa.

Como a pesquisa esta voltada à análise da implementação de uma política pública, foram tomados como referencial teórico para sua construção, os estudos de Condé (2001), Lück (2004) e Mainardes (2006), que atualmente são pesquisadores reconhecidos por seus estudos nessa área.

A metodologia escolhida para realização da pesquisa foi o estudo de caso, que segundo Gil (2009), envolve as etapas de formulação e delimitação do problema, seleção da amostra, determinação dos procedimentos para coleta de dados, bem como dos modelos para sua interpretação.

Nesse sentido, o estudo de caso, pode ser considerado um delineamento, onde são utilizados diversos métodos ou técnicas de coleta de dados, como, por exemplo, a observação, a entrevista e a análise de documentos. (GIL, 2009)

Assim, a partir do aporte teórico adotado e da metodologia da pesquisa utilizada, a análise do objeto de estudo, se organizou da seguinte forma:

- Análise do processo de levantamento da demanda de alunos com distorção, seleção das escolas e abertura de turmas.
- Análise da implementação da PCPAV nas escolas: elaboração e execução de projetos interdisciplinares, processo de avaliação e utilização do livro didático.
- Formação continuada dos atores envolvidos.
- Monitoramento e avaliação da implementação do programa.

Nesse sentido, a próxima seção abordará o percurso metodológico da pesquisa.

2.1 Percurso metodológico da pesquisa

Para o alcance de seus objetivos, a pesquisa tem como recorte temporal o período compreendido entre os anos 2007 a 2015, ou seja, do início da implementação do projeto na CDE-4 ao ano de realização da pesquisa, porém, os dados estatísticos relacionados aos alunos serão limitados até o ano 2014, pois até a conclusão da pesquisa, o censo 2015 ainda não havia sido publicado.

Visando facilitar o acesso às informações, sem abrir mão da qualidade das amostras, foram selecionadas como objeto de pesquisa, escolas com pelo menos três anos de atuação no Projeto Avançar e com turmas ativas em 2015. Assim, das dezessete escolas da CDE-4 participantes do programa, foram selecionadas quatorze com tais características, com exceção da escola 03 (E03⁶), que teve turmas ativas apenas em 2007 e 2015, porém é uma das duas escolas, que ainda têm turmas ativas das fases 1 e 2 do programa.

Os sujeitos amostrais foram os coordenadores adjuntos do Ensino Fundamental, a coordenadora distrital e os supervisores pedagógicos, por serem responsáveis pela implementação e monitoramento do Projeto Avançar na CDE-4, e os gestores, pedagogos e professores, por atuarem diretamente na execução do programa nas escolas.

Devido à pesquisa analisar de forma aprofundada um problema, a partir, do ponto de vista dos sujeitos e dentro do contexto em que ocorre, elegeu-se como metodologia a para o trabalho, o estudo de caso. (GIL, 2009)

O estudo de caso tem como premissa seu aspecto qualitativo e a maior aproximação do pesquisador com os atores em seu contexto de atuação.

[...] o estudo de caso permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real - tais como ciclos de vida individuais, processos organizacionais e administrativos, mudanças ocorridas em regiões urbanas, relações internacionais e a maturação de alguns setores (YIN, 2001, p.21).

⁶ As escolas, objeto de pesquisa, receberam um código que vai de E01 a E014. Assim E03, corresponde a Escola 03.

É importante frisar que o estudo de caso não descarta o uso de instrumentos utilizados em outras metodologias de pesquisa, como questionários, entrevistas, pesquisa bibliográfica e documental. (GIL, 2009 & YIN, 2001)

Nesse sentido, foram utilizados os seguintes instrumentos para a coleta de dados: questionário autoaplicável (para professores, gestores e pedagogos escolares), entrevista semiestruturada (utilizada com os coordenadores adjuntos do Ensino Fundamental, a coordenadora distrital de educação, com alguns professores, gestores e os supervisores pedagógicos) e por fim, a análise documental e bibliográfica sobre o tema proposto.

A utilização de questionários autoaplicáveis de questões fechadas para a coleta de dados junto aos professores, pedagogos e gestores, foi necessária para manter certo distanciamento e anonimato dos sujeitos amostrais em relação ao pesquisador, pois o mesmo exerce a função de supervisor pedagógico, e a aplicação de entrevistas semiestruturadas a esses atores poderia sofrer algum viés, uma vez, que estes poderiam confundir a entrevista com o trabalho de supervisão. (MAY, 2004)

Além disso, como se trata de um trabalho que investiga a implementação do Projeto Avançar na CDE-4 e não especificamente nas escolas, a amostra de professores, pedagogos e gestores necessária a dar consistência ao trabalho é alta, inviabilizando a utilização unicamente de entrevistas.

No entanto, durante a aplicação dos questionários, alguns pedagogos e professores fizeram questão de se pronunciar, o que permitiu a gravação de algumas entrevistas, outros expressaram suas opiniões de forma diversa, uns escrevendo nos espaços em branco dos questionários, outros verbalmente, mas, sem permitir a gravação das suas falas, e nesse caso, como o anonimato estava garantido no termo de livre esclarecido, eles permitiram o registro escrito das opiniões.

Ao todo foram aplicados 110 questionários para professores em 13 escolas conforme apresenta o quadro 2.

Quadro 2 – Amostra dos professores respondentes da pesquisa por escola

CÓD	MATUTINO		VESPERTINO		NOTURNO		TOTAL	
	Lotados	Resp.	Lotados	Resp.	Lotados	Resp.	Lotados	Resp.
E01	12	5			9	0	21	5
E02			14	9			14	9
E03	3	1	9	5			12	6
E04	9	8					9	8
E05					13	8	13	8
E06	8	7	16	12			24	19
E07					5	4	5	4
E08					12	10	12	10
E09	26	16					26	16
E10	11	0	9	8			20	8
E11					8	2	8	2
E12			3	0			3	0
E13	8	6					8	6
E14			10	8	9	1	19	9
Total	79	38	51	44	47	25	194	110

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do SIGEAM (2015).

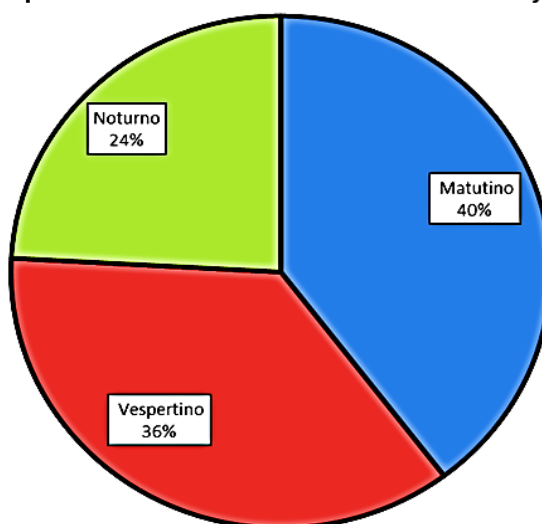
As escolas selecionadas possuíam 194 professores lotados nas turmas do Projeto Avançar, dos quais, 110 responderam ao questionário e dois gravaram entrevista, totalizando 112 docentes participantes, o que corresponde a 55% do total de professores lotados.

A aplicação dos questionários no horário de trabalho impediu a participação de mais professores, no entanto, isso não prejudicou a amostra da pesquisa.

Nesse sentido, o Gráfico 6 apresenta como ficou a distribuição da mostra de professores respondentes da pesquisa por turno de trabalho.

Gráfico 6 – Distribuição dos docentes respondentes da pesquisa por turno de trabalho

Qual o turno que você trabalha com as turmas do Projeto Avançar?



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo.

Dos professores que responderam ao questionário da pesquisa, 24% atuavam no turno noturno, 36% no turno vespertino e 40% no turno matutino, o que deixa a amostra bem representativa de todos os turnos de atendimento do projeto, isso, sem considerar, que alguns dos docentes participantes, atuavam em dois turnos, mas foram computados por um único turno de trabalho.

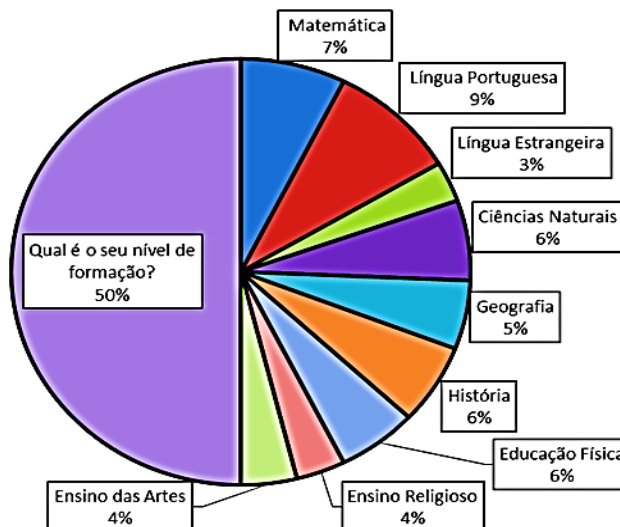
Essa distribuição da amostragem, entre os três turnos de atendimento, permitiu a coleta de dados, junto a professores que vivem realidades bem diferentes no cotidiano do Projeto Avançar na CDE-4.

Nesse sentido, os professores do turno noturno, por exemplo, geralmente vem de outro turno de trabalho, por tanto, já um pouco mais cansados, que os que trabalham no turno diurno.

O Gráfico 7 traz a distribuição da amostra de professores por componente curricular de atuação no Projeto Avançar.

Gráfico 7 – Distribuição dos docentes do Projeto Avançar por componente curricular de atuação.

Componente Curricular no qual atua no Projeto Avançar.



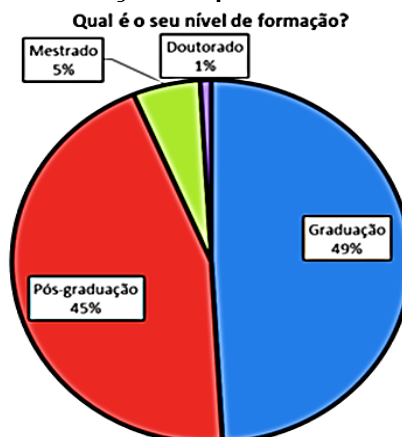
Fonte: Elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo.

Assim, verifica-se que todos os componentes curriculares do programa foram contemplados com maior participação de Língua Portuguesa e Matemática, devido a maior quantidade de horas aulas dos mesmos.

Além disso, mesmo os componentes curriculares com menos carga horária, como Ensino das Artes e Religião, que só possuem uma hora-aula semanal, foram contemplados na amostra, com 8% e 7% de participação respectivamente.

Encerrando a caracterização dos professores respondentes da pesquisa, o Gráfico 8 traz o percentual por nível de formação desses docentes.

Gráfico 8 – Nível de formação dos professores do Projeto Avançar.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo.

De acordo com o Gráfico 8, todos os professores que participaram da pesquisa eram graduados, sendo que destes, 45% possuíam especialização, 5% mestrado e 1% doutorado.

A aplicação dos questionários aos gestores aconteceu durante uma das reuniões mensais de gestores, realizada na sede da CDE-4, o pesquisador aproveitou a presença dos mesmos e distribuiu os formulários para serem devolvidos ao final da reunião, dando as devidas explicações sobre o objetivo do questionário e garantia do anonimato dos respondentes.

Dos 14 gestores, das escolas selecionadas para pesquisa, 10 responderam aos questionários, sendo que 01, além de responder o questionário também foi entrevistado.

Os gestores das escolas das E01, E07, E09 e E12 não estavam presentes à reunião e não participaram da pesquisa.

O Quadro 3 apresenta a caracterização dos gestores participantes da pesquisa

Quadro 3 – Caracterização dos gestores respondentes da pesquisa

Quadro 3 - Caracterização dos gestores participantes da pesquisa. GESTOR	ESCOLA	GRADUAÇÃO	NÍVEL DE FORMAÇÃO	FUNÇÃO DE CONCURSO	ANOS DE SERVIÇO	EXPERIÊNCIA NA GESTÃO ESCOLAR
GT01	E06	Pedagogia	Especialista	Pedagogo	Mais de 10	Menos de 2
GT02	E14	Letras	Especialista	Professor	Entre 3 e 5	Menos de 2
GT03	E05	Matemática	Especialista	Professor	Mais de 10	Mais de 10
GT04	E02	Letras	Especialista	Professor	Mais de 10	Mais de 10
GT05	E10	Pedagogia	Especialista	Ped./Prof.	Mais de 10	Entre 6 e 10
GT06	E11	Letras	Graduação	Professor	Mais de 10	Entre 3 e 5
GT07	E03	Letras/Pedagogia	Especialista	Professor	Mais de 10	Menos de 2
GT08	E08	Geografia	Especialista	Professor	Mais de 10	Entre 3 e 5
GT09	E04	Geografia	Especialista	Professor	Mais de 10	Entre 3 e 5
GT10	ESC 13	Geografia	Especialista	Professor	Mais de 10	Entre 3 e 5

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo.

Conforme o Quadro 3 apresenta, os dez gestores participantes da pesquisa eram graduados e nove possuíam nível de especialização “lato sensu”. Além disso, nove deles eram funcionários concursados com mais de 10 anos carreira, e um tinha entre três a cinco anos de carreira.

A maioria os gestores, participantes da pesquisa, estavam no cargo há pelos menos três anos, sendo que dois estavam exercendo a função há mais de dez anos.

Dos pedagogos que atuam nas escolas, dez participaram da pesquisa, sendo que sete responderam apenas o questionário, um respondeu o questionário e gravou entrevista e dois foram entrevistados.

O Quadro 4, logo abaixo, traz a caracterização dos pedagogos, ou apoios pedagógicos, sujeitos objetos da pesquisa.

Quadro 4 – Caracterização dos pedagogos respondentes da pesquisa

Sujeito objeto de pesquisa	Função	Escola.	Turmo	Graduação	Nível de Formação	Experiência na função	Experiência com Avançar
PED01	Apoio Pedagógico.	E06	Not.	N. Superior	Graduado	Menos de 2 anos	Menos de 2 anos
PED02	Apoio Pedagógico.	E14	Ves.	N. Superior	Graduado	2 a 5 anos	2 a 5 anos
PED03	Apoio Pedagógico.	E13	Mat.	Pedagogia	Especialista	6 a 10 anos	2 a 5 anos
PED04	Apoio Pedagógico.	E06	Mat.	Pedagogia	Especialista	Menos de 2 anos	Menos de 2 anos
PED05	Apoio Pedagógico.	E04	Mat.	Outros	Especialista	2 a 5 anos	Menos de 2 anos
PED06	Pedagogo	E02	Ves.	Pedagogia	Especialista	Mais e 10 anos	Menos de 2 anos
PED07	Pedagogo	E06	Ves.	Outros	Especialista	Mais e 10 anos	Menos de 2 anos
PED08	Pedagogo	E01	Mat.	Pedagogia	Mestre	Mais e 10 anos	Menos de 2 anos
PED09	Pedagogo	E12	Ves.	Pedagogia	Graduado	Mais e 10 anos	Menos de 2 anos
PED10	Pedagogo	E10	Mat	Pedagogia	Graduado	Mais de 10 anos	2 a 5 anos

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo.

Verifica-se no Quadro 4, que dos dez pedagogos que participaram da pesquisa, cinco exerciam a função de apoio pedagógico⁷ e cinco eram de fato pedagogos concursados, um atuava no turno noturno, quatro no vespertino e quatro no matutino.

Quanto à formação, cinco eram graduados em pedagogia, dois eram formados no curso Normal Superior e três eram de outras áreas, dos quais, cinco eram especialistas e um mestre.

A maioria dos pedagogos tinha mais de dois anos de experiência profissional e cinco deles exerciam a função há mais de dez anos.

Além da aplicação de questionários, também foram realizadas 09 entrevistas, como os seguintes profissionais: quatro professores dos Anos Finais (Fase 3 e 4), dois professores dos Anos Iniciais (Fase 1 e 2), uma pedagoga dos Anos Iniciais (Fase 1 e 2), 01 pedagoga dos Anos Finais (Fase 3 e 4), uma gestora escolar, dois coordenadores adjuntos, uma coordenadora distrital e oito supervisores pedagógicos. Nesse caso, a utilização do instrumento, justifica-se por se tratar de um grupo menor de sujeitos amostrais.

Os gestores, pedagogos e professores incluídos nas entrevistas, foram aqueles que durante a aplicação dos questionários, quiseram se pronunciar verbalmente e permitiram o registro em áudio ou escrito, e nesse caso, o próprio questionário foi usado como roteiro.

A coleta de dados, junto aos supervisores pedagógicos, ocorreu de duas formas: a primeira durante uma reunião ocorrida na sede da CDE-4, no primeiro dia do início das férias dos mesmos, e por tanto, dos oito supervisores, três não participaram da reunião, no entanto, uma respondeu o questionário por e-mail e duas responderam o questionário no retorno das férias.

O Quadro 5 traz a caracterização dos supervisores entrevistados, destacando o turno de trabalho, o nível de formação, o quantitativo de escolas atendidas e das escolas que oferecem o Projeto Avançar.

⁷ Professor com curso Normal Superior ou pedagogia, desviado de suas funções para exercer o cargo de pedagogo.

Quadro 5 - Caracterização dos docentes respondentes da pesquisa

Supervisor.	Turno de trabalho.	Experiência		Formação		Escolas	
		Supervisão	P. Avançar	Graduação	Especialista	Atendidas	Com P. AV
SP01	Mat/Vesp	2 a 5	- de 2	Normal S.	Sim	10	6
SP02	Mat/Vesp	2 a 5	- de 2	Pedagogia	Sim	5	5
SP03	Vespertino	- de 2	- de 2	Matemático.	Não	3	2
SP04	Noturno	2 a 5	2 a 5	Pedagogia	Sim	5	2
SP05	Vespertino	+ de 10	2 a 5	Pedagogia	Sim	5	5
SP06	Noturno.	2 a 5	2 a 5	Pedagogia	Sim	4	4
SP07	Matutino	2 a 5	- de 2	Pedagogia	Sim	5	1
SP08	Matutino	6 a 10	6 a 10	Pedagogia	Sim	5	1

Fonte : Elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo.

Todos os supervisores sujeitos da pesquisa possuíam formação superior e sete deles especialização, seis eram pedagogos, um formado em normal superior e um graduado em matemática.

Apenas um dentre os supervisores pesquisados, possuía menos de dois anos de experiência na função e deles tinha mais de seis anos na função. Quanto ao acompanhamento do Projeto Avança, verificou-se que 4 atuavam a menos de dois anos e quatro a mais de dois anos.

Ao todo esses supervisores eram responsáveis por 42 visitas semanais às escolas, das quais, 26 eram em escolas com Projeto Avançar.

A amostra selecionada, não foi baseada no cômputo operacional do universo, ou grupo inteiro de respondentes e em procedimentos estatísticos de seleção de subconjunto específico e de intervalos de confiança para sua acuracidade, pois essa lógica não se aplica aos estudos de caso, por apresentarem implicações que vão além da simples generalização dos fenômenos, baseadas apenas em amostragens estatísticas. (YIN, 2009)

Outros instrumentos utilizados na pesquisa foram a análise documental e o levantamento bibliográfico.

O objetivo da utilização desses instrumentos foi fundamentar a pesquisa em documentos oficiais como relatórios, gráficos e atas de reuniões, dentre outros, e

comparar os resultados obtidos no trabalho de campo com as informações contidas nesses documentos.

Os documentos foram obtidos nos arquivos da CDE-4, nas escolas e sites oficiais do governo estadual, federal e de instituições de pesquisa.

Os dados estatísticos, como as taxas de rendimento escolar e distorção idade-ano, foram obtidos junto a Gerência de Pesquisa e Estatística da SEDUC-AM e em sites oficiais, como INEP e SIGEAM, dentre outros.

Durante a pesquisa de campo, foi visível a preocupação de boa parte dos participantes com o anonimato, assim, para garantir esse compromisso, optou-se por criar um código para cada participante, conforme se apresenta no quadro 6.

Quadro 6 – Códigos atribuídos aos participantes da pesquisa

Participantes	Código	Total de participantes
Coordenador Distrital	CD 01	01
Supervisores pedagógicos	SP001 à SP08	08
Coordenadores Adjuntos	CAD 01 à CAD02	02
Pedagogos	PD01 à PD10	10
Gestores	GT 01 à GT10	10
Professores	PR 01 à PR112	110

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo.

Conforme o quadro 6 apresenta, ao todo, foram 135 os participantes da pesquisa, cujas identidades foram preservadas mediante os códigos utilizados.

O próximo tópico abordará a fundamentação teórica da dissertação e sua relação com o objeto de estudo.

2.2 A análise das políticas públicas em educação

Considerando que o Projeto Avançar é uma política pública, e por tanto, analisá-lo não é uma tarefa fácil, devido à complexidade que envolve seus processos, conteúdo e desenho, sendo por tanto, necessário encontrar os métodos mais adequados à sua análise, pois as:

Políticas públicas podem parecer uma “caixa preta”, fechada a cadeado. Não em um sentido metaforicamente ético (ainda que assim, às vezes, possa parecer), mas em questões de desenho, conteúdo e processos. Portanto, é preciso encontrar a chave da entrada (CONDÉ, 2012, p.2).

Assim, na perspectiva de “encontrar a chave” (CONDÉ, 2012), a pesquisa se baseou nos pressupostos de Eduardo Salomão Condé e Jefferson Mainardes, sobre a análise de políticas públicas, e de Heloisa Lück, sobre a política de correção de fluxo escolar no contexto brasileiro.

O Projeto Avançar é uma política pública do Governo do Amazonas e tem por tanto legitimidade, por ser emanado de uma autoridade pública constituída, cujas prerrogativas, lhe permitem delega-la a outrem, no caso à SEDUC-AM e às coordenadorias distritais de educação. (CONDÉ, 2012)

Nesse sentido, o Projeto Avançar, enquanto política pública (policies), não esta alheio às influências da política (politics), e por tanto, não é neutro e sofre influências de diversos extratos sociais, “de megacorporações a associações de bairro, por exemplo. E em última instância, dos que atua na base e são responsáveis pela parte mais operacional da sua implementação” como os supervisores, gestores, professores, dentre outros. (CONDÉ, 2012)

Nesse sentido, os embates, entre as diversas esferas por onde uma política pública passa até se concretizar, é palco de disputas que envolvem recursos, normatização, ideologias e jogo de poder. Por tanto, uma política pública não se faz apenas com vontade, ela também, se faz sob limitações. (CONDÉ, 2012)

Assim, para facilitar a análise, Condé propõe alguns questionamentos básicos:

As políticas operam em torno de questões públicas e em torno de bens públicos. Mas de onde elas vêm? Elas não aparecem se não existe um problema. Qual é ele? Como se manifesta? Como torna-se um problema público, entra para a agenda? Saber de sua existência obriga conhecê-lo melhor. O que o provoca? O que acontecerá se nada for feito? Ele pode ser resolvido em que tempo - curto, médio ou longo prazo? Observemos como isto indica a necessidade de um bom diagnóstico, um conhecimento efetivo da questão pública em tela. Se o conhecemos, agora precisamos ensaiar soluções, buscar um desenho inicial: qual deve ser a finalidade? Quais serão os objetivos a alcançar? Quais são as alternativas a considerar? Realizar instrumentos de pesquisa seria uma boa medida para “ensaiar” algumas alternativas. Realizar, por exemplo, projetos piloto (o que nem sempre é possível). Decidida à política, ela deve ser monitorada, para o conhecimento sobre se o previsto vem sendo executado e, finalmente, ela pode (ou deveria) ser avaliada expost, para conhecer seus parâmetros e resultados, seus indicadores de eficiência, eficácia e efetividade, por exemplo (CONDÉ, 2012, p.1).

Jeferson Mainardes (2006) utilizando-se dos pressupostos de Bowe & Ball, apresenta uma alternativa analítica similar à de Condé, sobre os fatores que influenciam uma política pública, de sua concepção à sua implementação.

A abordagem analítica do Ciclo de Políticas, proposto por Bowe & Ball, é muito útil no contexto acadêmico brasileiro das pesquisas de políticas públicas, devido esse campo de pesquisa, ainda ser muito novo e carente de referenciais teóricos consistentes. Assim, baseando-se nos estudos de Bowe & Ball, o referido autor, enfatiza que existe uma gama de intenções e disputas que influenciam o processo na elaboração de uma política pública, por tanto, rejeita os modelos tradicionais e rígidos de análise que operam com um panorama estanque, e propõe uma versão mais refinada para análise das políticas públicas na área de educação (MAINARDES, 2006).

No livro *Reforming education and changing schools*, publicado em 1992, Bowe & Ball apresentaram uma versão mais refinada do ciclo de políticas. Nesse livro, eles rejeitam os modelos de política educacional que separam as fases de formulação e implementação porque eles ignoram as disputas e os embates sobre a política e reforçam a racionalidade do processo de gestão. Os autores consideram que os profissionais que atuam nas escolas não são totalmente excluídos dos processos de formulação ou implementação de políticas (MAINARDES, 2006, p.49).

Por tanto, é possível afirmar, que tanto as ideias de Condé, quanto de Mainardes, apontam para uma análise das políticas públicas que vai além, da simples decodificação de textos e sua comparação com uma realidade vivenciada na prática. Para esses autores, o cerne da análise, se relaciona a todo um contexto de influências que perpassam toda a estrutura social, envolvendo uma multiplicidade de interesses que esbarram em interesses políticos, econômicos e sociais.

[Por tanto, as influências que interferem na elaboração e concepção final, de uma política pública, partem, tanto da esfera local, quanto da externa. Assim, pode-se dizer que no nível local, as políticas públicas podem ser influenciadas pelo projeto político do partido mandatário, pela necessidade imediata da população, que pode se manifestar em forma de uma crise, por exemplo; pela influência da mídia ou de interesses econômicos locais, só pra citar alguns. Já as influências externas, podem ser do Governo Federal, no caso dos estados e municípios, de agências reguladoras

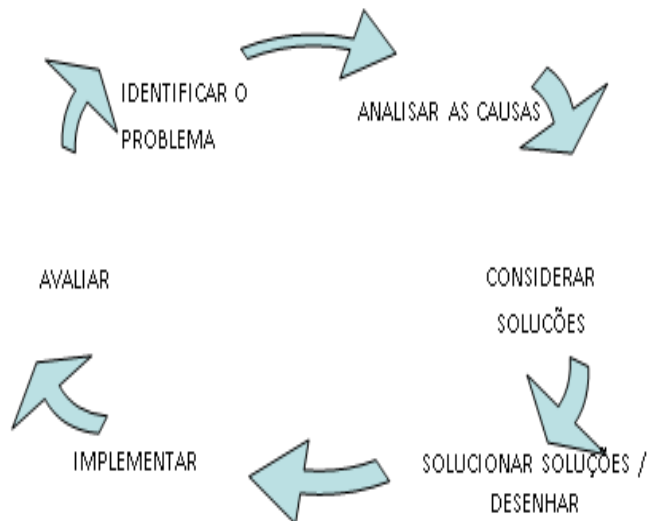
internacionais, como BID, FMI e UNESCO, ou organizações não governamentais. (MAINARDES, 2006)

Nesse sentido, embora o Projeto Avançar tenha sido elaborado por técnicos da SEDUC-AM, sua concepção sofreu uma clara influência do PAA-MEC, que por sua vez, era fruto do contexto socioeconômico e político mundial, no qual o Brasil estava inserido e que culminou em acordos internacionais, assumidos pelo país, que influenciaram suas políticas públicas em educação.

Mainardes (2006) e Condé (2012) enfatizam o poder que os atores locais, que são responsáveis pela implementação das políticas, têm de reinterpretá-las e dar-lhes novos significados, e indicam alguns caminhos para a análise das políticas públicas educacionais.

Nesse sentido, Condé, (2012), propõe um ciclo contínuo para a análise de políticas públicas, que será explicado no diagrama da Figura 5.

Figura 4 – Ciclo de Análise de políticas públicas



Fonte: Condé (2012).

Assim, de acordo com o diagrama, a análise de uma política pública deve partir da identificação do problema, cuja análise das causas é o segundo passo. Na sequência devem ser consideradas as soluções possíveis, dentre as quais, algumas

serão selecionadas para desenhar a política, que em seguida deve ser implementada. E por fim, encerrando o ciclo vem à avaliação, cujo resultado, pode apontar novos problemas a serem solucionados, recomeçando o ciclo. (CONDÉ, 2012)

Nesse sentido, Condé (2012) propõe cinco pontos a serem considerados na análise de políticas públicas: a dimensão temporal, a do conteúdo, a do “quem faz”, a do “onde” e a do “como”.

- 1 – a dimensão “temporal” - associada a cada parte do ciclo de políticas (agenda, formulação, decisão, implementação, avaliação);
- 2 – dimensão de conteúdo – o que são as políticas, como elas são desenhadas. A etapa após o reconhecimento do problema público e coletivo que elas pretendem sanar;
- 3 – a dimensão do “quem faz”- quem são os atores envolvidos, quem “ganha” ou “perde”;
- 4 – a dimensão “onde”, “espacial”- quais são e como funcionam as instituições envolvidas;
- 5 – a dimensão “como”, o processo de decisão e suas características, que guarda relação direta com 3 e 4 (CONDÉ, 2012, p.4).

A análise deve partir do “lugar e seu conteúdo”, destacando o peso que as instituições (internas e externas) e os atores têm sobre a concepção das políticas públicas, em suas diferentes fases, assim que essas entram na agenda. (CONDÉ, 2012)

O segundo passo, proposto por Condé (2012) é a análise da “agenda” que no caso governamental é uma lista de intenções relevantes, conduzidas pelo poder constituído. O autor enfatiza, que nem tudo vai para a agenda, pois para que um problema entre na agenda, ele precisa atender alguns pré-requisitos.

Em primeiro lugar, agenda (geralmente governamental) é uma “lista” de questões (issues) relevantes e conduzidas pelo poder constituído. Nem tudo vai para seu domínio. Para ganhar relevância, o problema a ser solucionado geralmente atende a algumas condições, a saber: seja do interesse do governo eleito e/ou seja, capaz de mobilizar ações e grupos externos; resulte de uma crise que demande solução mais imediata sem aumentar o problema; seja resultado do aproveitamento de uma janela de oportunidade (window opportunity) que pode ser derivada de uma crise, de uma situação dramática ou da abertura de espaço sobre um tema que antes não se apresentava (CONDÉ, 2012, p.12).

Por conseguinte, são necessárias algumas perguntas para à análise da agenda: quem são os “empreendedores políticos”? O governo? Grupos externos?

Quais? Qual a origem? Além disso, ainda há três fatores que influenciam a agenda: o fator Top Down, o Bottom Up e o Mass Media. O fator Top Down (de cima para baixo) parte diretamente dos interesses governamentais; o fator Bottom Up (de baixo para cima) parte de grupos que pressionam o governo a por determinado tema na agenda e o Mass Mídia, que se manifesta através das pressões da mídia, que às vezes defendem seus próprios interesses ou de terceiros. Além desses três fatores, ainda, há de se considerar, a influência dos agentes externos (agências multilaterais/outras) na construção da agenda governamental. (CONDÉ, 2012)

O terceiro passo é a Formulação e Decisão das possíveis soluções aos problemas colocados na agenda. E assim, como a construção da agenda, a Formulação e a Decisão, sobre as possíveis soluções é alvo de múltiplas influências, que também assumem características Top Down (de cima para baixo), Bottom Up (de baixo para cima), Mass Mídia (pressões da mídia) e de agentes externos.

A implementação é a quarta etapa a ser considerada na análise de uma política pública, pois o sucesso, da implementação de uma política, depende de muitas variáveis, além de ser a esfera onde as políticas são postas a prova, tanto pelos atores implementadores, quanto pelo público alvo, os usuários. (CONDÉ, 2012)

O monitoramento e a avaliação são os últimos tópicos a serem considerados na análise das políticas públicas, considerando que ambos são essenciais para verificação do cumprimento do estabelecido e se o investimento público está dando o retorno desejado. (CONDÉ, 2012)

Por que avaliar? Novamente, a resposta mais direta é: porque o investimento público realizado em uma política deve ser verificado quanto ao atendimento de suas metas, objetivos, alcance, eficiência, eficácia e efetividade. Em ambos os casos, o mais efetivo é que monitoramento e avaliação, inclusive com seus instrumentos, estejam previstos e considerados no desenho da política (ou do programa, ou do projeto). Como indicação, seria desejável que a avaliação não seja conduzida pela gestão encarregada de implementação ou um corpo técnico "interno" ao processo. Seria muito mais interessante tê-la conduzida por "fora", por organismo ou agência que não implementa. Claro, sem ingenuidade, é preciso considerar que equipes de avaliação também operam com preferências e interesses. Por isso, é muito importante que o desenho da avaliação não seja produzido no momento, entregue aos próprios avaliadores ex post, mas já contenha indicadores claros a conferir e caminhos a considerar. Isto limita, mas não garante, claro, a independência pura do avaliador (CONDÉ, 2012, p.20).

Jefferson Mainardes (2006) apresenta como alternativa para a análise de políticas públicas na área da educação, a abordagem do ciclo de políticas.

Essa abordagem destaca a natureza complexa e controversa da política educacional, enfatiza os processos micropolíticos e a ação dos profissionais que lidam com as políticas no nível local e indica a necessidade de se articularem os processos macro e micro na análise de políticas educacionais (MAINARDES, 2006, p.49).

Assim sendo, há uma variedade de intenções e disputas que influenciam o processo político, portanto, não há como analisar de forma isolada as fases de formulação e implementação, sem ignorar todos os embates e disputas que incidem sobre a política, além de reforçar a racionalidade do processo de gestão. Assim, o “foco da análise de políticas deve incidir sobre a formação do discurso da política e sobre a interpretação ativa que os profissionais que atuam no contexto da prática fazem para relacionar os textos da política à prática”. (MAINARDES, 2006)

Nesse sentido, os profissionais que atuam nas escolas, não são totalmente excluídos do processo, e existem dois estilos de textos, que envolvem os referidos atores, em maior ou menor grau, com a formulação da política, os textos *writerly* e *readerly*. Um texto *readerly* limita a produção de sentidos pelo leitor que assume um papel de "consumidor inerte" e um texto *writerly* envolve o leitor como coprodutor, como um intérprete criativo (MAINARDES, 2006).

Estes dois estilos de textos são produto do processo de formulação da política, um processo que se dá em contínuas relações com uma variedade de contextos, *Writerly* e *readerly* podem aparecer de diferentes formas. Um exemplo disso é a possibilidade do uso dos dois estilos num mesmo texto (a combinação de partes mais prescritivas e partes mais abertas) - o foco da análise de políticas deveria incidir sobre a formação do discurso da política e sobre a interpretação ativa que os profissionais que atuam no contexto da prática fazem para relacionar os textos da política à prática (MAINARDES, 2006, p.50).

Bowe e Ball propuseram um ciclo contínuo constituído por três contextos principais: o contexto da influência, o contexto da produção de texto e o contexto da prática. “Esses contextos estão inter-relacionados, não têm uma dimensão temporal ou sequencial e não são etapas lineares. Cada um desses contextos apresenta arenas, lugares e grupos de interesse e cada um deles envolve disputas e embates” (MAINARDES, 2006).

Nesse sentido, o primeiro contexto de análise é o contexto de influência, onde normalmente as políticas públicas são iniciadas e os discursos políticos são construídos. Nesse contexto que grupos de interesse disputam para influenciar a definição das finalidades sociais da educação e do que significa ser educado. Atuam nesse contexto as redes sociais dentro e em torno de partidos políticos, do governo e do processo legislativo. É também nesse contexto que os conceitos adquirem legitimidade e formam um discurso de base para a política. Assim, esses conceitos adquirem legitimidade e formam um discurso de base para a política. (MAINARDES, 2006)

O segundo contexto de análise apontado por Bowe e Ball é o contexto da produção de texto, segundo autores os textos políticos normalmente estão articulados com a linguagem do interesse público mais geral e representam a política. Essas representações podem tomar várias formas: textos legais oficiais e textos políticos, comentários formais ou informais sobre os textos oficiais, pronunciamentos oficiais, vídeos etc. Tais textos não são, necessariamente, internamente coerentes e claros, e podem também ser contraditórios e precisam ser lidos com relação ao tempo e ao local específico de sua produção. Além do mais, é o resultado de disputas e acordos, pois os grupos que atuam dentro dos diferentes lugares da produção de textos competem para controlar as representações da política. Nesse sentido, as políticas são intervenções textuais, que também carregam limitações materiais e possibilidades. A resposta a esses textos tem consequências reais, e é vivenciado no terceiro contexto o contexto da prática. (MAINARDES, 2006)

O terceiro contexto de análise é o contexto da prática é onde a política está sujeita à interpretação e recriação e onde a política produz efeitos e consequências que podem representar mudanças e transformações significativas na política original. As políticas não são simplesmente “implementadas” dentro desta arena (contexto da prática), mas estão sujeitas à interpretação e, então, a serem “recriadas”: Os professores e demais profissionais exercem um papel ativo no processo de interpretação e reinterpretação das políticas educacionais e, dessa forma, o que eles pensam e no que acreditam têm implicações para o processo de implementação das políticas. A política como texto e política como discurso são conceituações complementares. (MAINARDES, 2006)

Segundo Mainardes (2006) em 1994, Ball, expandiu o ciclo de políticas e acrescentou mais dois contextos de análises: o contexto dos resultados e contexto da estratégia política.

O contexto dos resultados (efeitos) preocupa-se com questões de justiça, igualdade e liberdade individual. Basicamente significa que as políticas têm efeitos, em vez de simplesmente resultados. (MAINARDES, 2006)

Nesse contexto, as políticas deveriam ser analisadas em termos do seu impacto e das interações com desigualdades existentes. Esses efeitos podem ser divididos em duas categorias: gerais e específicos. Os efeitos gerais da política tornam-se evidentes quando aspectos específicos da mudança e conjuntos de respostas (observadas na prática) são agrupados e analisados. Um negligenciamento de efeitos gerais é mais comum em estudos de casos particulares que tomam uma mudança ou um texto político e tentam determinar seu impacto na prática. Tomados de modo isolado, os efeitos de uma política específica podem ser limitados, mas, quando efeitos gerais do conjunto de políticas de diferentes tipos são considerados, pode-se ter um panorama diferente (MAINARDES, 2006, p.54).

O último contexto do ciclo de políticas é o contexto da estratégia política. Esse contexto envolve a identificação de um conjunto de atividades sociais e políticas que seriam necessárias para lidar com as desigualdades criadas ou reproduzidas pela política investigada. Um componente essencial da pesquisa social crítica e do trabalho daqueles que Foucault chama de “intelectuais específicos”, o qual é produzido para uso estratégico em embates e situações sociais específicas. (MAINARDES, 2006)

2.3 Fluxo escolar: conceito e seus componentes

Conforme Alvarse e Mainardes (2010), é de fundamental importância que os sistemas de educação públicos, conheçam e saibam interpretar todos os dados que influenciam o fluxo escolar, para poderem de forma consciente, elaborar políticas públicas mais eficazes para solução do problema.

Assim, para trazer maior clareza sobre o tema, serão apresentados alguns conceitos básicos sobre os fatores que influenciam o fluxo escolar e as taxas que o compõe.

Pode-se dizer que fluxo escolar é um conjunto de fatores, dos quais se destaca o abandono escolar e a distorção idade-ano, como os que têm maior peso, e que, por sua vez, é consequência da cultura da reprovação presente na educação brasileira, conforme aponta o estudo realizado e publicado pelo MEC no ano de 2005.

Uma análise dos indicadores do SAEB de 2003 já permite alguns dados reveladores dos processos de exclusão vivenciados nas escolas brasileiras na medida em que estes apontam que 24.8% dos alunos do ensino fundamental são reprovados, sendo 13.3% na 1ª a 4ª séries e 11.5% na 5ª a 8ª. Assim, a cultura da reprovação tem sido internalizada no sistema educativo, tanto por alunos quanto por professores. Outro dado relevante refere-se às taxas de abandono que nas quatro primeiras séries é de 7,5% e nas séries finais do ensino fundamental atinge os 12%. Analisar esses indicadores objetivando desvendar que condições e processos, internos e externos, favorecem a manutenção desses índices de abandono é tarefa complexa para aqueles que buscam alternativas consequentes para a superação do fracasso escolar (DOURADO, 2005, p.12).

De acordo com Mainards e Alavarse (2010), fluxo escolar é a indicação de uma coorte de determinado nível de ensino, em relação à condição de promovido, repetente ou evadido, apresentada pelo conjunto de seus alunos, após o fechamento do censo escolar, considerando o processo de escolarização dos alunos no ano anterior; independente da escola que tenha frequentado. Assim, considera-se promovido⁸, o aluno que ao fim do ano letivo é aprovado, e no ano seguinte é matriculado na próxima fase do seu nível de ensino; repetente, é, o que, tendo sido reprovado, ou abandonado à escola é matriculado na mesma fase escolar do ano anterior; e evadido, o aluno que independente de ter sido aprovado, reprovado ou abandonado à escola, não se matricula em nenhuma unidade de ensino no ano seguinte.

Buscando trazer um maior esclarecimento sobre o assunto, o quadro 2 apresenta a situação fictícia do aluno A, matriculado no 8º ano/série, em indeterminado ano, e como seria classificado após o fechamento do censo escolar ano seguinte.

⁸A condição de promovido, para o primeiro ano do Ensino Fundamental e o primeiro ano do Ensino Médio, se dá, quando o aluno, faz sua primeira matrícula, no respectivo ano e nível de ensino, supracitado.

Figura 5 - Exemplo de classificação de alunos de acordo, com a série em que esteja matriculado, resultado ao final do ano letivo e situação da matrícula no ano seguinte

Aluno	Série Ano	Resultado ao fim do ano letivo	Situação da matrícula no ano seguinte	Classificação após o fechamento do censo
A	8ª	Aprovado	Matriculado no 9º ano	Promovido
			Não matriculado em nenhuma escola	Evadido
		Reprovado	Matriculado no 8º ano	Repetente
			Não matriculado em nenhuma escola	Evadido
		Abandonou	Matriculado no 8º ano novamente	Repetente
			Não matriculado em nenhuma escola	Evadido

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Mainardes (2010).

Como podem ser visualizadas no quadro 7, as taxas referentes ao fluxo escolar, de uma unidade de ensino ou de uma rede, só se confirmam após o fechamento do Censo Escolar e como o apresentado no exemplo, mesmo um aluno aprovado ao final do ano letivo, pode ser classificado, como evadido, se não efetuar sua matrícula no ano seguinte.

Mainardes e Alavarse (2010), ainda trazem outros esclarecimentos sobre o conceito de fluxo escolar e dos fatores que o compõe. Primeiramente, taxas de promoção, repetência e evasão também denominadas taxas de transição ou de fluxo, indicam qual a velocidade do percurso dos alunos entre as séries, ou anos, dependendo do sistema adotado pela rede de ensino, organização em ciclos ou série. É importante não confundir as taxas de transição com as taxas de rendimento, que diferentemente das primeiras, indicam o resultado de cada período letivo, e se expressam nas taxas de aprovação, reprovação e abandono, que classificam individualmente os alunos ao fim do período letivo. Em segundo lugar, é importante não confundir evasão com abandono⁹.

Dados da Prova Brasil de 2007 também revelam o peso da reprovação nos índices de abandono escolar, no 9º ano, por exemplo, 17,29% dos alunos que já

⁹ O abandono se caracteriza pelo afastamento do aluno durante o período letivo, com frequência inferior a 75%; já a evasão, se refere ao aluno, que tendo abandonado, sido reprovado ou até aprovado, não retorna à escola no período letivo posterior.

foram reprovados mais de uma vez, abandonaram a escola, enquanto a taxa de abandono para aqueles que nunca foram reprovados é de 3,36%.

Nesse sentido, o conceito de fluxo escolar precisa ser compreendido para que a escola possa ter parâmetros nas suas ações de correção do referido problema, especialmente, no que diz respeito à distorção idade-ano.

A distorção idade-ano é uma taxa que representa o conjunto dos estudantes de um sistema, que apresentam idade superior a dois anos, em relação ao ano escolar que estão cursando, por exemplo, se um aluno com 16 anos está cursando o 8º ano do Ensino Fundamental, ele apresenta uma distorção idade-ano superior a dois anos, pois com essa idade ele deveria estar cursando o 2º ano do Ensino Médio.

Assim, espera-se que um aluno, que ingresse nos sistema escola com seis anos, no primeiro ano do Ensino Fundamental, conclua o 3º ano do Ensino Médio com dezessete anos, conforme esclarece o Portal de Dados Abertos do Governo Federal.

Em um sistema educacional seriado, existe uma adequação teórica entre a série e a idade do aluno. No caso brasileiro, considera-se a idade de 7¹⁰ anos como a idade adequada para ingresso no ensino fundamental, cuja duração, normalmente, é de 8¹¹ anos. Seguindo este raciocínio é possível identificar a idade adequada para cada série. Este indicador permite avaliar o percentual de alunos, em cada série, com idade superior à idade recomendada (BRASIL, 2015).

A taxa de distorção idade-ano, conforme o Manual do PDE Escola Instrumento 1 e 2, pode ser obtida através de um cálculo bastante simples, que pode ser feito pela equipe gestora, ou pelo próprio professor, caso este queira saber, a taxa de distorção das turmas, com as quais ele trabalha. Para isso, basta somar o total de alunos de determinado ano/série escolar, que apresentem pelo menos dois anos de distorção idade-ano, dividir esse resultado pelo total de alunos matriculados naquele ano/série e multiplicar o quociente por 100, cujo produto será a taxa de distorção idade-ano, conforme o exemplo do quadro 4, que apresenta o cálculo para

¹⁰ A Lei 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, alterou a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade.

¹¹ Alterada para 9 anos conforme a lei 11.274, de 6 de fevereiro de 2006.

cada ano de uma escola fictícia chamada YZ, que possuía quatro turmas do Ensino Fundamental Anos Finais, no turno matutino em 2014. (MEC, 2005)

Figura 6 -- Exemplo de cálculo da taxa de distorção idade-ano do Ensino Fundamental

	Matrícula Atual (A)	Até 11anos	Até 12 anos	Até 13 anos	Até 14 anos	Até 15 anos	+ de 15 anos	Total de alunos com idade superior ao ano respectivo(B)	Taxa de Distorção (B/A) x 100
6 ^a	35	25		5	5			10	28,5
7 ^a	40	2	22	6	8	12		26	65,0
8 ^a	39		2	15	5	7	9	21	58,8
9 ^a	40			2	20	8	10	18	45,0
TOTAL	154	0	0	11	18	27	19	75	48,7

Fonte: Manual do PDE Escola Instrumento 1 e 2.

Tirando como exemplo, os dados dos alunos com distorção do 6º ano da escola YZ, apresentados no quadro 3, verifica-se que haviam 35 alunos matriculados no 6º ano em 2014 (A=35), e destes, 10 alunos apresentavam distorção idade-ano de mais de 2 anos (B=10), assim o cálculo da taxa de distorção dessa turma é feito da seguinte forma:

B: $A \times 100 = \text{Taxa de distorção do 6º ano.}$

10: $35 \times 100 = 28,5$

Baseado nesse exemplo se verifica o quanto a distorção idade-ano prejudica os sistemas de ensino, no caso citado, da escola YZ, a taxa de distorção de 28,5, apenas do 6ºano, impediu a matrícula de 10 novos alunos, pois as vagas estavam ocupadas por alunos que deveriam estar matriculados no 7º e 8º ano.

Outro ponto que precisa ser observado, segundo Alavarse e Mainards (2010), se refere às questões de acesso, permanência e conclusão do processo de escolarização. Tais fatores também são relacionados ao conceito de fluxo escolar e impactam as taxas de distorção idade-ano. E para cada um desses fatores existem taxas específicas, como por exemplo, as taxas de matrícula bruta¹² e matrícula

¹² Taxa de Matrícula Bruta- razão entre o número total de alunos matriculados em um determinado nível de ensino (independente da idade) e a população que se encontra na faixa etária prevista para cursar esse nível - permite quantificar a capacidade potencial de atendimento do sistema educacional,

líquida¹³. E finalmente, deve-se também considerar os alunos que apesar de não serem reprovados nem evadidos, entram no sistema tardiamente, ou seja, já defasados em relação à idade ideal - seis anos para matrícula no primeiro ano, que nesse caso, também são considerados alunos com distorção idade-ano.

Nesse sentido, Prado (2002) esclarece que o problema da distorção idade-ano no Brasil está atrelado à cultura da reprovação, que gera o aumento do abandono e da repetência, e que apesar, de ser um problema amplamente estudado por pesquisadores de diversas linhas pedagógicas, até os anos 1980, não havia sido implementada nenhuma política pública consistente para solucioná-lo.

Confirmando esse raciocínio, Luiz Fernando Dourado (2005) baseado em dados do censo escolar de 2005, afirma:

Há uma grande associação entre vulnerabilidade econômica e social e o baixo desempenho dos alunos o que interfere, sobremaneira, nos indicadores de aprovação e conclusão dos níveis de ensino, bem como, nas taxas de abandono. "Outro dado relevante refere-se à reprodução da desigualdade social no interior da escola na medida em que a" grande maioria das crianças e jovens com baixo rendimento escolar é pobre, mora em estados desfavorecidos economicamente e frequenta as escolas menos equipadas e com professores menos preparados (DOURADO, 2005, p.16).

Conforme o exposto verifica-se o quanto a regularização do fluxo escolar, se constitui um grande desafio, uma vez que, os fatores que o influenciam, são diversos e precisam ser bem compreendidos para poder ser enfrentados, de forma planejada e eficiente.

O próximo tópico apresenta a análise dos achados da pesquisa de campo e as impressões dos principais atores envolvidos com a implementação sobre o Projeto Avançar e os problemas inerentes à sua implementação na CDE-4.

informando se a oferta de vagas para os três níveis educacionais contempla a totalidade da população que se encontra na faixa etária recomendada para cursar cada um dos níveis. A taxa é obtida dividindo-se o total de matrículas pela população com idade prevista para cursar o nível. (SARAIVA,2010)

¹³ Taxa de Matrícula Líquida- razão entre o número total de matrículas de alunos com a idade prevista para estar cursando um determinado nível e a população total da mesma faixa etária. Tem como objetivo verificar o acesso ao sistema educacional daqueles que se encontram na idade recomendada para cada um dos três níveis. Indica a porcentagem da população que está matriculada no nível adequado a sua faixa etária. O cálculo da taxa é feito dividindo o número total de matrículas de indivíduos que se encontram na idade recomendada para o nível que cursam e o número total de indivíduos da mesma faixa etária. (SARAIVA,2010)

2.4 Processo de implementação do Projeto Avançar na CDE-4

O objetivo deste tópico é apresentar os resultados levantados na pesquisa de campo, a partir, da análise dos dados obtidos através das entrevistas, da aplicação de questionários e da análise documental.

A vista disso, a análise terá como foco os seguintes itens, relativos à implementação do Projeto Avançar na CDE-4:

- O planejamento da oferta de vagas em relação à demanda de alunos com distorção idade-ano;
- A implementação da PCPAV relativa à elaboração e a execução de projetos interdisciplinares e a avaliação do processo ensino-aprendizagem;
- A utilização e avaliação do livro didático por parte dos docentes;
- A formação continuada dos atores envolvidos na implementação e sua relevância para o desenvolvimento do trabalho pedagógico e;
- O monitoramento do programa realizado pela equipe gestora da CDE-4.

2.5 A demanda e a oferta de vagas do Projeto Avançar na CDE-4

O primeiro problema, na implementação do Projeto Avançar da CDE-4, identificado na pesquisa, foi a fraca adesão das escolas ao programa. Sendo que os fatores relacionados ao problema eram: a resistência de alguns gestores ao projeto, a falta de um planejamento adequado da oferta de vagas em relação à demanda de alunos com distorção idade-ano e o desconhecimento por parte dos gestores do quantitativo exato de alunos com distorção de suas escolas.

Nesse sentido, a Tabela 4 apresenta o quantitativo de turmas e vagas oferecidas no período compreendido entre os anos 2007 a 2014.

Tabela 4 - Turmas e alunos matriculados no Projeto Avançar na CDE-4 - 2007 a 2014

ANO	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
TURMAS ABERTAS	28	22	20	39	23	49	48	47
ALUNOS MATRICULADOS	765	675	558	1177	711	1376	1324	1201

Fonte: Elaborada pelo autor com dados do SIGEAM (2015).

Como se observa, em 2007, foram abertas 28 turmas e matriculados 765 alunos no Projeto Avançar da CDE-4.

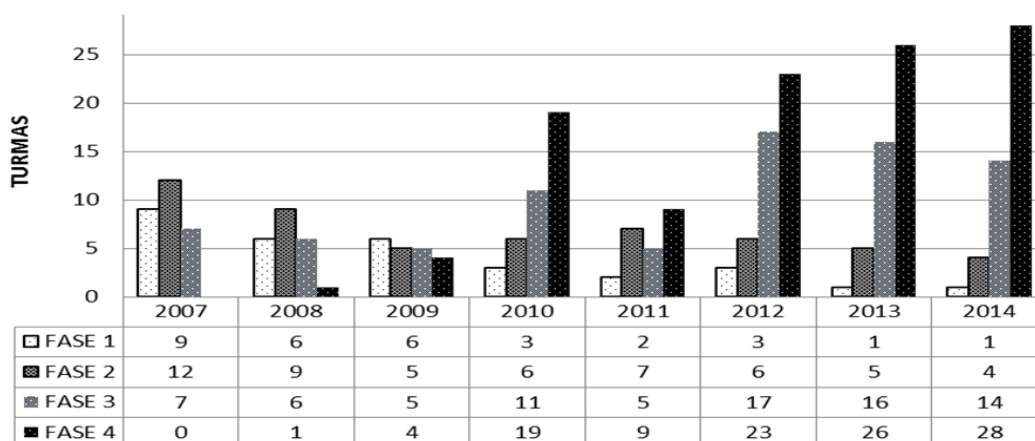
Em 2008 e 2009 houve uma redução, tanto na quantidade de turmas, quanto o número de matrículas, que poderia significar uma redução das taxas de distorção idade-ano.

No entanto, a partir do ano 2010, houve um aumento na quantidade de turmas abertas e matrículas efetuadas, exceto o ano 2011, que foi o de menor quantidade de turmas e matrícula de todo período.

Nesse sentido, verifica-se uma flutuação tanta na oferta de vagas, quanto na quantidade de matrículas, ao longo do período. Essa flutuação pode estar relacionada à falta de planejamento adequado das matrículas em relação à demanda de alunos com distorção idade-ano.

Para um melhor esclarecimento do planejamento das matrículas e turmas abertas do Projeto Avançar na CDE-4, foi feito um levantamento de como era realizado esse planejamento, buscando compreender se a demanda de alunos com distorção idade-ano era levada em conta na hora do planejamento das matrículas.

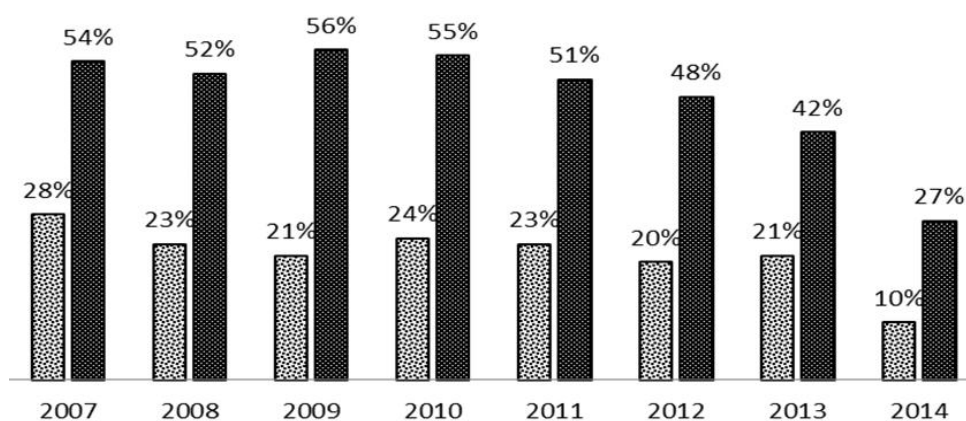
Assim, o Gráfico 9, a seguir, traz o quantitativo de turmas implantadas ao longo do período 2007 a 2014, e o Gráfico 10, que será apresentado posteriormente, apresenta as médias das taxas de distorção idade-ano dos Anos Iniciais e Anos Finais na CDE-4 de 2007 a 2014.

Gráfico 9 - Turmas do Projeto Avançar na CDE-4 (2007 a 2014)

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do SIGEAM (2015) .

Conforme o Gráfico 9 apresenta, nos três primeiros anos de implementação do Projeto Avançar na CDE-4, o maior quantitativo de turmas oferecidas foi das fases 1 e 2, embora, desde o ano 2007, o maior número de alunos com distorção idade-ano estava nos anos finais do Ensino Fundamental, ou seja, o público alvo das fases 3 e 4.

O Gráfico 10, apresentará as de distorção idade-ano na CDE-4 no período de 2007 a 2014.

Gráfico 10 – Distorção idade-ano na CDE-4 (2007 a 2014)

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da GPE/SEDUC-AM (2015).

Fazendo a análise comparativa entre os gráficos nove e dez, verifica-se que as taxas de distorção idade-ano, nos anos 2007, 2008 e 2009, não foram consideradas na previsão de vagas, pois, em todos eles a taxa de distorção idade

ano do Ensino Fundamental Anos Finais, era superior às taxas apresentadas nos Anos Iniciais, no entanto, nesses três anos, a maior quantidade de vagas abertas foi para os anos iniciais.

Essa situação persistiu até 2010, quando a quantidade de turmas dos Anos Finais superou a dos Anos Iniciais.

Embora, a partir de 2010, a quantidade de turmas das fases 3 e 4 tenham aumentado em relação aos anos anteriores, até o fim do período mencionado, as vagas oferecidas sempre estiveram aquém da demanda de alunos com distorção.

Um bom exemplo, do referido problema, é o resultado de 2014, quando, 20,9% dos alunos matriculados no Ensino Fundamental da CDE-4 apresentavam distorção idade-ano, totalizando 3.125 alunos, no entanto, foram oferecidas apenas 1.154 vagas, deixando 1.971 alunos com distorção fora do Projeto Avançar.

O próximo quadro apresenta a opinião dos entrevistados a respeito dos motivos para a baixa oferta de vagas oferecidas do Projeto Avançar em relação à demanda.

Quadro 7 – Opinião dos entrevistados sobre os motivos da baixa oferta de vagas no Projeto Avançar em relação à demanda de alunos com distorção na CDE-4

Entrevistados	Opinião dos pesquisados sobre a baixa oferta de vagas no Projeto Avançar em relação à demanda de alunos com distorção
CAD01	“Embora haja muita distorção, a oferta era mínima, porém agora, as turmas vêm sendo oferecidas de acordo com a distorção”.
CAD02	“Ninguém queria; os gestores não queriam, até por que, tudo que é novo assusta, e a gente percebia claramente, que ninguém queria, como até hoje é difícil, você conseguir montar turma de Avançar. Porque você propõe, e eles não querem. Os gestores mesmos não querem, tem uns que querem, mas é difícil”.
CD01	“A princípio sim, pois iriam concentrar em poucas turmas, todos os alunos, que eles consideravam indisciplinados, com o tempo eles viram que era uma boa oportunidade para o aluno corrigir o fluxo individual e consequentemente de toda escola”.
GE05	- “Bom, na verdade, como a gente já tinha alunos fora da faixa etária. né. E foi sugerido que nós trabalhássemos com o projeto, nós aceitamos normal.”.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo.

De acordo com o Quadro 7, os coordenadores adjuntos, CAD01 e CAD02, apontaram duas causas para o problema da pouca oferta de vagas no programa em

relação à demanda de alunos com distorção: o primeiro seria a falta de prioridade dada ao programa logo no início da sua implementação na CDE-4, e o segundo, a resistência dos gestores à abertura de turmas em suas escolas.

A coordenadora distrital CD01, também apontou a resistência dos gestores como um problema, porém, afirmou que esse problema já estaria superado, e que os gestores já encaravam o Projeto Avançar como uma boa oportunidade para a correção do fluxo escolar.

No entanto, a opinião dos gestores sobre a implantação das turmas, parece não corroborar com a opinião da coordenadora CD01, pois dos dez gestores respondentes, oito atribuíram a iniciativa para a implantação do Projeto Avançar em suas escolas a SEDUC-AM, e dois a CDE-4.

O Quadro 8 apresenta a opinião dos gestores a respeito da implantação do Projeto Avançar em suas escolas, relativas à iniciativa da implantação, tempo de funcionamento e turmas implantadas, dentre outros.

Quadro 8 - Implantação do Projeto Avançar na CDE-4 segundo os gestores escolares

<i>De quem, foi a decisão de implantar turmas do Projeto Avançar em sua escola?</i>	
SEDUC	2
CDE-4	8
Diretor escolar	0
Equipe gestora escolar	0
<i>Há quanto tempo o Projeto Avançar acontece em sua escola?</i>	
1 a 3 anos	7
4 a 7 anos	3
Mais de 7 anos	0
<i>A quantidade de turmas implantadas atende a demanda de alunos com distorção da escola?</i>	
Sim	10
Não	0
<i>A quantidade mínima de 30 alunos por turma é respeitada?</i>	
Sim	8
Não	2

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo.

O Quadro 8 esclarece que o Projeto Avançar já está implantado há, pelo menos, três anos, nas escolas pesquisadas. Esse resultado é mais um indício da rejeição dos gestores ao programa, pois apesar do tempo de funcionamento

indicado, nenhum dos gestores assumiu o programa como uma iniciativa sua ou de sua equipe.

Outro indício dessa rejeição é o fato de todos os gestores terem afirmado que o programa atendia a demanda de alunos com distorção matriculados em suas escolas, enquanto os dados de distorção das mesmas, contrariava essa afirmativa, conforme será apresentado no Quadro 9.

Quadro 9- Projeto Avançar na CDE-4
Demanda de alunos com distorção e vagas oferecidas por escola - ano 2014

Escola	ENSINO FUNDAMENTAL		Projeto Avançar	
	Alunos	%	Turmas	Vagas
E01	62	28,4	3	77
E02	145	31,2	3	60
E03	171	21,8	0	0
E04	182	23,8	4	81
E05	336	32,4	4	98
E06	293	35,2	1	30
E07	208	23,3	3	93
E08	193	28,6	7	186
E09	419	29,2	6	165
E10	52	22,7	3	60
E11	84	17	3	60
E12	52	9,3	1	31
E13	76	12,7	1	30
E14	141	32,4	5	121
TOTAL	2414		44	1092

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do SIGEAM (2015).

O Quadro 9 contrapõe a afirmativa dos gestores, ao demonstrar que no ano 2014, havia nessas escolas, 2.414 alunos com distorção idade-ano, e destes, apenas 1.092 foram matriculados em turmas do Projeto Avançar. Por tanto, a

cobertura do projeto alcançou apenas 45% dos alunos com distorção matriculados nessas escolas.

Diante desse quadro, verifica-se, que a causa do déficit da oferta de vagas do Projeto Avançar, em relação à demanda de alunos com distorção na CDE-4, está relacionada à resistência ao programa e ao desconhecimento dos gestores, das taxas de distorção de suas escolas.

Nesse sentido, a equipe gestora da CDE-4, ainda não encontrou um meio eficaz de vencer a resistência dos gestores ao programa e consequentemente aumentar o número de vagas no Projeto Avançar, de forma a atender a demanda.

O próximo tópico abordará a análise da implementação da PCPAV na CDE-4, a partir dos dados levantados na pesquisa de campo.

2.6 A implementação da proposta curricular

A PCPAV é o principal documento norteador da implementação do Projeto Avançar. Assim, a pesquisa levantou o nível de conhecimento e aceitação da mesma, pelos atores envolvidos, buscando identificar principalmente os fatores que interferem diretamente no processo ensino-aprendizagem.

Nesse sentido, serão abordados os seguintes temas: a elaboração e a execução de projetos interdisciplinares; a realização da avaliação diagnóstica dos alunos; a avaliação do processo ensino-aprendizagem e a utilização e avaliação por parte dos professores do livro didático.

2.6.1 Elaboração e execução de Projetos Interdisciplinares

A primeira questão levantada diz respeito à elaboração e execução de Projetos Interdisciplinares, pelos professores do Projeto Avançar, pois esta é uma das principais orientações contidas na PCPAV a ser implementada nas escolas, conforme as suas orientações tanto para os Anos Iniciais - Fases 1 e 2, quanto para os Anos Finais – Fases 3 e 4.

O Programa de Correção do Fluxo Escolar nos anos iniciais do Ensino Fundamental: Projeto Avançar propõe que as atividades pedagógicas sejam feitas por meio de projetos interdisciplinares. Esses projetos serão

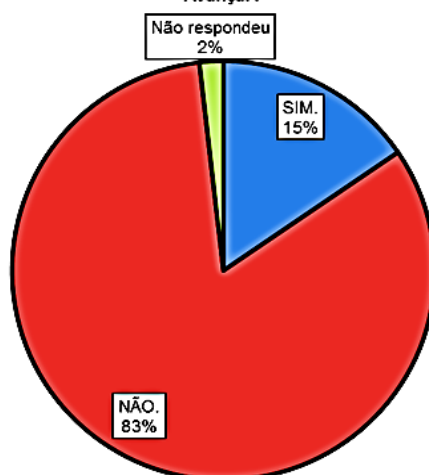
construídos pelos professores e alunos, a escolha da temática a ser trabalhada deve considerar a concepção da Proposta Curricular do Projeto Avançar e a realidade social do aluno.

O Programa traz como filosofia a necessidade de que os professores desenvolvam Projetos Interdisciplinares, a fim de facilitar o reforço da aprendizagem e o envolvimento dos alunos como corresponsáveis pelo seu conhecimento num âmbito global. A partir do seu envolvimento e de sua participação promovendo o desenvolvimento de suas competências e habilidades, o aluno perceberá a mudança da sua realidade e despertará uma nova maneira de entender e ver a sociedade da qual é parte integrante (AMAZONAS, 2005, p.16).

Como se vê, a execução de Projetos Interdisciplinares é um dos pontos mais importantes da implementação do Projeto Avançar nas escolas, e como será visto, em relação a isso, o resultado da pesquisa não é positivo, pois conforme veremos no Gráfico 11 a maioria dos docentes não trabalham com Projetos Interdisciplinares.

Gráfico 11 – Desenvolvimento de Projetos Interdisciplinares pelos professores do Projeto Avançar

Você desenvolve com outros professores algum Projeto Interdisciplinar para as turmas do Avançar?



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo.

Verifica-se que 83% dos professores, que responderam ao questionário, não desenvolvem projetos Interdisciplinares, algumas justificativas, dadas por esses docentes, serão apresentadas no Quadro 10.

Quadro 10 – Projeto Avançar na CDE-4
Justificativa dos docentes para não trabalharem com projetos interdisciplinares

Professores	Motivos apresentados para não trabalharem com projetos interdisciplinares
PR02	“Existe uma grande dificuldade de trabalhar com esses alunos, que são extremamente desinteressados... na quadra não tem funcionários disponíveis para garantir o controle dos alunos”.
PR04	“falta de interesse dos alunos.”
PR97	“Trabalhar com turmas do Avançar é sempre um desafio, e realmente são alunos que não conseguem entender o que está sendo explicado. E o descontentamento deles é muito grande. Como se eles não viessem para estudar.”
PR07	“As turmas se mostram desmotivadas para qualquer atividade <i>intra</i> ou <i>extra</i> classe.”
PR06	“Pois trabalhar projetos com esses alunos é muito complicado, pois a falta de interesse é total.”
PR02	“Não recebo apoio do gestor pra desenvolver esse tipo de projeto.”
PR02 PR09	“Falta de apoio da coordenadoria distrital.”
PR01 PR13 PR27 PR49	“Falta de tempo.”
PR35 PR43	“Falta de motivação.”
PR21	“Desconhecimento do método e priorizar somente o conteúdo da disciplina.”
PR18 PR68	“Desinteresse pessoal.”

Fonte: Elaborado pelo autor com dados da pesquisa de campo.

Como se observa, com exceção de dois professores, que afirmaram não executar projetos interdisciplinares a sua própria falta de interesse, a grande maioria, atribuiu a responsabilidade do problema a terceiros, desconsiderando a sua parcela de responsabilidade.

Cinco dos respondentes atribuíram a culpa pelo problema aos alunos, justificativa essa, apoiada por um dos pedagogos entrevistados, PED09 – “São alunos *difícilimos de trabalhar. Não é só em termos de aprendizagem não; em termos de comportamento.*”.

A pedagoga PED04, porém, afirmou que o problema que a impedia de desenvolver projetos interdisciplinares em sua escola, estaria na resistência de alguns professores, e não nos alunos.

Eu tento fazer. Eu consigo mais com os professores dos 9º anos, que com os professores do Avançar.[...] Por exemplo, vem uma ideia como você colocar essa é a ideia do professor Euler do... do...Perdão! do Gilson, pra nós tentarmos fazer - Olha pessoal, nós não vamos pegar só Ciências, nós vamos pegar História, mas nós vamos pegar Ciências pro professor trabalhar, vamos pegar educação física por que trata da parte do corpo humano, e aí, é - "Tá... vamos tentar" – "É, mais vai ser difícil por que eu tenho meu conteúdo" – "Deixa pro mês que vem".... Principalmente Matemática – "eu tenho meu conteúdo pra dar, e vai ser assim! Assim! Assim! e assim!... Deu pra perceber?. Quer dizer, eu consigo mais com os 9º anos do que com os avançares (PED04).

A atitude dos docentes em culpar os alunos, pela não realização dos projetos interdisciplinares, e a dificuldade, que a pedagoga PED04 afirmou ter encontrado, para desenvolver projetos com os professores do programa, pode estar relacionado à formação continuada.

Quanto à falta de tempo, embora seja previsto que todos os professores disponham do Horário de Trabalho Pedagógico (HTP), que corresponde um terço do horário de trabalho para execução de atividades extraclasse, e o programa determine uma parada reunião mensal entre os professores, na prática; o que ocorre é que alguns professores do Projeto Avançar, também ministram aulas para o Ensino Regular e, por conseguinte, não podem participar das reuniões, outros compartilham parte de sua carga horária de trabalho em outras escolas, o que os impede de usufruírem de HTP nas duas escolas.

A falta de apoio dos gestores, apontada por um dos professores é mais um indício da resistência dos diretores ao programa, que se reflete na implementação do programa.

Esse resultado corrobora com um estudo do MEC sobre as principais dificuldades na implementação de Programas de Correção de Fluxo Escolar.

As dificuldades na implementação do programa, identificadas com maior frequência pela avaliação do MEC, referem-se a aspectos diversos, tais como: à operacionalização/ administração do programa; à escassez de recursos materiais; a problemas com alunos, pais e comunidade; e a resistências na escola e na comunidade. O maior grau de dificuldade (48,3%), entretanto, foi atribuído à operacionalização e à administração do programa, incluindo uma diversidade de aspectos, como falta de assessoria técnica, de orientação, de acompanhamento, de experiência e de apoio técnico ao professor, por exemplo. Em segundo lugar, com 37%, destaca-se a dificuldade atribuída ao aluno, expressa por antigos problemas de disciplina, falta de motivação, dificuldade de aprendizagem, evasão, absenteísmo, crianças portadoras de necessidades especiais – e, como agravante, a condição socioeconômica dos alunos (LUCK, 2004,p.10).

Uma situação agravante desse resultado, é que 15% dos que afirmaram desenvolver projetos interdisciplinares, alguns apresentaram como exemplo de tais projetos, atividades pontuais, como gincanas e feiras culturais, dentre outros.

Essas atividades, apesar de serem realizadas com a participação de quase todos os alunos e professores, não são construídas em torno de um projeto coletivo para solução de um problema, num processo de interação, que integre os saberes dos alunos com os dos professores. (FAZENDA, 2013)

Nesse sentido, a falta do trabalho interdisciplinar impede o aluno de desenvolver a aprendizagem significativa que se caracteriza pela interação entre conhecimentos prévios (o que o aluno traz consigo), que passam a ter novos significados, e os conhecimentos novos (o saber escolar) que adquirem significado para aluno. (MOREIRA, 2011)

Portanto, esse resultado demonstra que o ensino-aprendizagem, através de projetos interdisciplinares, não está efetivamente sendo implementado, o que significa uma grande perda para os alunos, uma vez, que a PCPAV, tem na execução desses projetos, a perspectiva de uma prática pedagógica que leve os alunos à aprendizagem significativa.

Continuando a análise do nível de aceitação e utilização da PCPAV, será apresentada, no próximo tópico, a forma de avaliação do processo ensino-aprendizagem do Projeto Avançar nas escolas da CDE-4.

2.6.2 A avaliação do processo ensino-aprendizagem utilizado pelos professores do Projeto Avançar na CDE-4

A avaliação do processo ensino-aprendizagem, nas turmas do Projeto Avançar, deve acontecer em uma sequencia contínua, que se inicia no início do ano letivo, quando os alunos devem passar por um teste diagnóstico de suas competências e habilidades em leitura, escrita e cálculo.

Esse teste, por sua vez, deve ser utilizado pelos docentes para planejarem um reforço das competências que os alunos apresentarem mais dificuldades.

Além disso, o resultado do teste também é utilizado para fazer a organização das turmas de acordo, com o nível de desenvolvimento dessas competências e habilidades. (AMAZONAS, 2005)

As avaliações a serem realizadas, por componente curricular, devem ser continuas e cumulativas, e os aspectos qualitativos do desenvolvimento dos alunos, como interesse, participação e responsabilidade, devem prevalecer sobre os resultados de eventuais testes avaliativos. (AMAZONAS, 2005)

Todos os meses os professores, pedagogos e gestores, devem realizar uma reunião, cujo objetivo, é analisar individualmente a situação dos alunos, e partir, dos problemas encontrados, elaborar um plano de ação para ajudar os alunos a superarem suas dificuldades.

Ao final de cada bimestre, a equipe emitirá um parecer individual por aluno, sobre o resultado de sua avaliação bimestral, classificando-os em AV, AVM ou NAV. Assim, durante o ano os alunos devem ser acompanhados para que gradativamente eles possam superar suas dificuldades e irem avançando no seu conhecimento. (AMAZONAS, 2005)

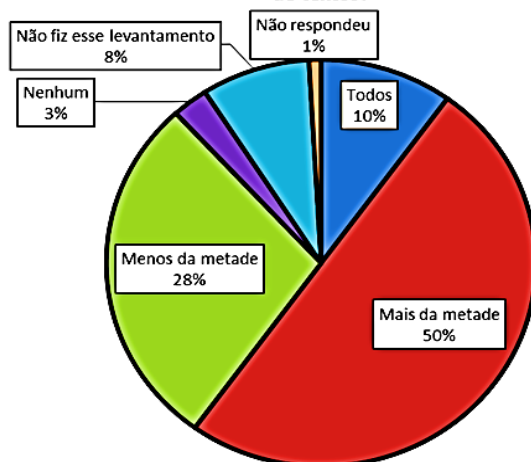
A avaliação se concretiza, ao final do ano letivo, quando a equipe gestora e professores se reúnem para analisar o progresso individual dos alunos e dar o parecer final. Esse parecer assim estará embasado em todo um processo de acompanhamento contínuo. (AMAZONAS, 2005)

Nesse sentido, o primeiro ponto a ser analisado é como os professores e equipes gestoras estão trabalhando o teste diagnóstico e se esses resultados estão sendo utilizados por todos os professores.

Nesse sentido, foi perguntada aos professores qual a quantidade aproximada de alunos do Projeto Avançar que apresentavam dificuldade de leitura e interpretação de texto. O Gráfico 12 apresenta a opinião dos docentes sobre a questão supracitada.

Gráfico 12 – Alunos do Projeto Avançar com dificuldade de leitura e interpretação de texto.

Qual é a quantidade aproximada de alunos que apresenta dificuldade de leitura e interpretação de textos?



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo.

Conforme o Gráfico 12, segundo a opinião de 50% dos professores, mais da metade dos alunos, do Projeto Avançar, não domina a escrita e a leitura, para 28% é menos da metade que tem o problema para 10% são todos os alunos.

O resultado apresentado é preocupante, principalmente considerando que o questionário foi aplicado aos professores na metade do 3º bimestre, portanto, já se aproximando do final do ano letivo, quando a maioria dos alunos já deveria ter superado o problema.

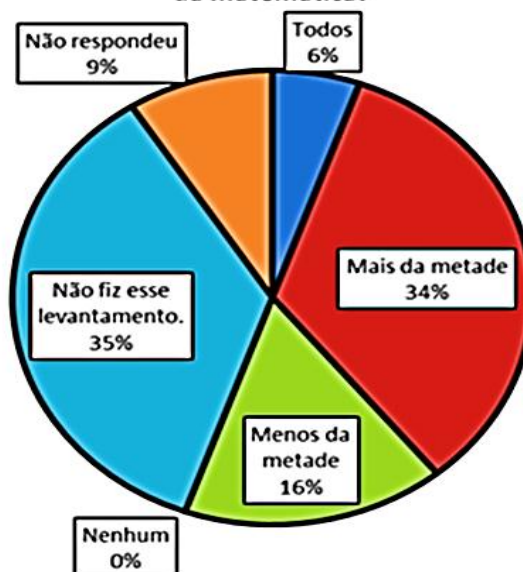
Outro ponto que merece destaque, no resultado apresentado, é que 19% dos docentes nem sequer tem uma opinião formada sobre o assunto, ou seja, nem tem um diagnóstico da competência de leitura e escrita de seus alunos. Como então avaliam os mesmos? É uma questão que precisa ser respondida.

Esses resultados levantam algumas dúvidas. Se a maior parte dos alunos tem dificuldade de ler e interpretar textos, como os professores têm avaliado esses alunos? Que instrumentos utilizam? Como fazem para superar esse obstáculo?

Assim, buscando mais dados a respeito da avaliação diagnóstica, também foi perguntada aos docentes qual a quantidade aproximada de alunos que não dominam as operações básicas da Matemática, cujo resultado será apresentado no Gráfico 13.

Gráfico 13 – Alunos do Projeto Avançar que não dominam as operações básicas de Matemática.

Qual a quantidade aproximada de alunos que não dominam as operações básicas da matemática?



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo

Conforme o Gráfico 13, quando perguntado aos docentes - qual a quantidade aproximada de alunos que não dominam as operações básicas da Matemática? 34% deles afirmaram ser mais da metade dos alunos, 16% consideraram que é menos da metade e 6%, que todos os alunos apresentam o problema.

Dos respondentes ainda houve um percentual de 9% que preferiram deixar a questão sem resposta e 35% afirmaram não ter feito tal levantamento.

A conclusão a que se chega, diante desses resultados, é que a avaliação diagnóstica prevista na PCPAV está sendo negligenciada. E nesse caso, os mais prejudicados são os alunos, que não terão como progredir em sua aprendizagem, se esses déficits não forem identificados e sanados.

Considerando a situação da avaliação diagnóstica, é necessário também, que se investigue como os professores estão avaliando os alunos em seus componentes curriculares, que instrumentos estão utilizando e se os mesmos estão de acordo com a PCPAV.

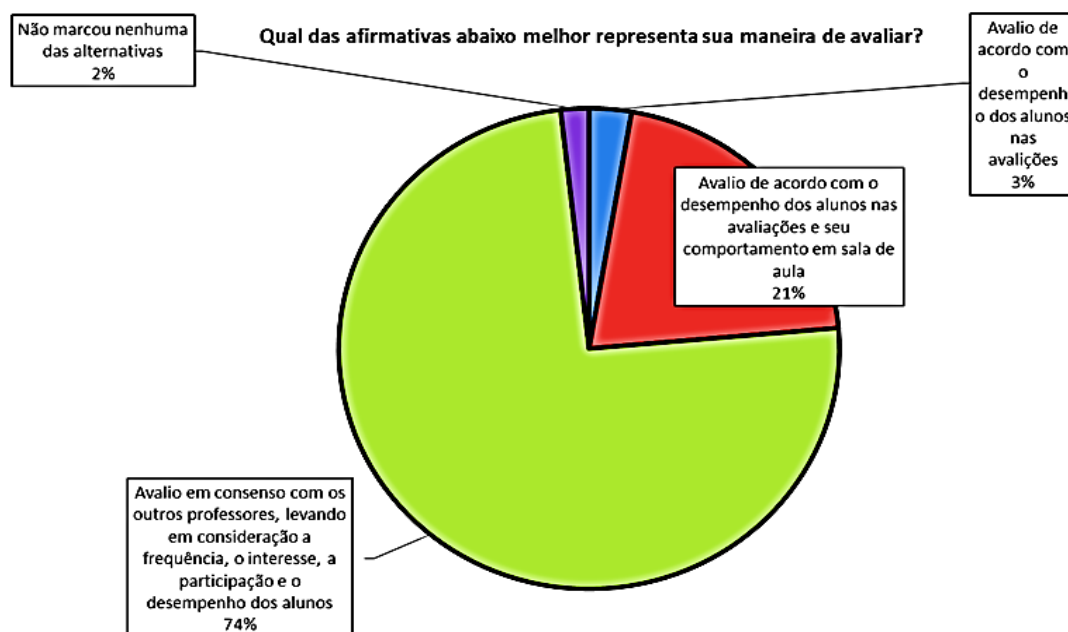
A próxima análise será sobre os métodos utilizados pelos professores para realização da avaliação formativa dos alunos.

De acordo com a PCPAV do Projeto Avançar, a avaliação deve possibilitar ao aluno aprender a desenvolver seus conhecimentos e a facilitação de uma aprendizagem a ser aplicada em sua vida.

Daí, a importância, dos professores no ato de ensinar e de escolher instrumentos de avaliação com enfoque cognitivo, dentro de uma perspectiva de processo diagnóstico, contínuo e formativo, esclarecendo que os instrumentos utilizados, não serão para “julgar” ou “medir” o seu desempenho escolar, mas sim, para uma maneira de ressignificar a sua aprendizagem e a do grupo; servindo ainda, como reflexão dos indicadores desses resultados, como forma de revisão e como busca a novas estratégias de ações pedagógicas (AMAZONAS, 2005).

Nesse sentido, o Gráfico 14 apresenta a opinião dos docentes sobre a maneira que eles avaliam seus alunos.

Gráfico 14 – Formas de avaliação utilizadas pelos professores do Projeto Avançar.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo

Conforme o Gráfico 14 apresenta, 74%, dos docentes, afirma fazer suas avaliações de forma consensual com os demais professores, levando em consideração a frequência, o interesse e a participação dos alunos.

Dos demais respondentes, 21%, afirmaram avaliar com base no comportamento do aluno e no seu desempenho em sala de aula, 3% avaliam,

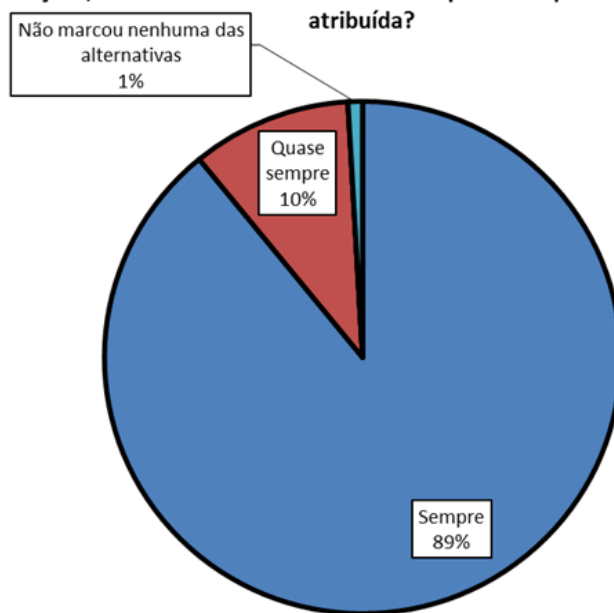
somente com base no desempenho do aluno nas avaliações, e 2% deixaram a questão sem resposta.

Esse resultado não deixa de ser positivo, considerando que a maioria estaria avaliando de forma consensual. Porém, 24% estão fazendo a avaliação de forma isolada, e de certa forma, prejudicando os alunos.

Assim, esses docentes estão trabalhando na contramão da PCPAV, ao desconsiderarem a opinião dos demais professores a respeito dos alunos.

Continuando a análise do processo avaliativo, foi perguntado aos professores se eles informavam seus alunos sobre os processos pelos quais eles eram avaliados. O resultado desse questionamento esta no Gráfico 15.

Gráfico 15 - Esclarecimento dado aos alunos a respeito dos processos avaliativos utilizados pelos docentes do Projeto Avançar.
Antes das avaliações, você esclarece aos seus alunos o processo que será usado e a nota a ser atribuída?



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo.

Conforme o Gráfico 15 apresenta, 89% dos docentes afirmaram sempre esclarecer seus alunos sobre o processo de avaliação utilizado, 10% quase sempre e apenas um professor não marcou nenhuma das alternativas.

Considerando os resultados obtidos nos gráficos 15 e 16, se conclui, que quanto à forma e o esclarecimento necessário aos alunos, os professores estão trabalhando de acordo com as orientações da PCPAV.

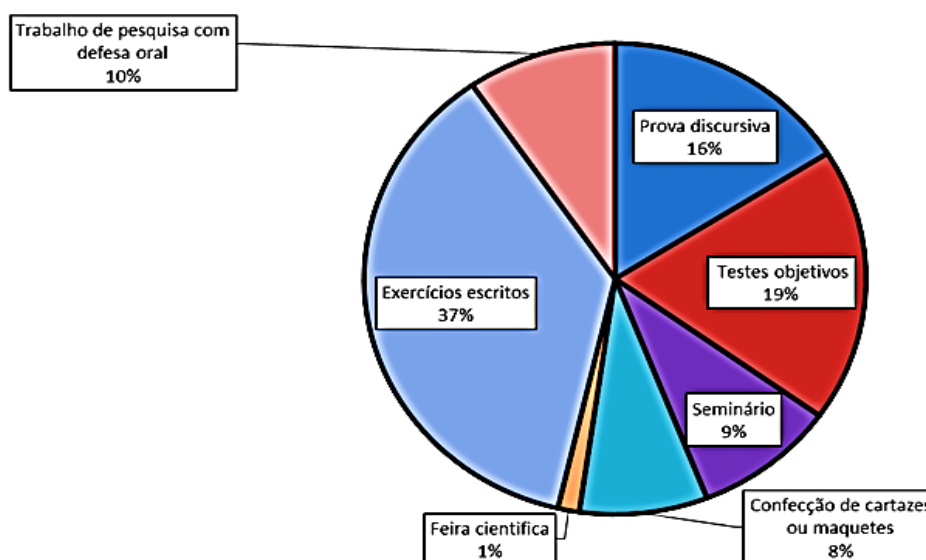
Procurando compreender, se, os instrumentos utilizados nessas avaliações estão de acordo com a metodologia da PCPAV e com os resultados dos gráficos 14 e 15, foi perguntado aos docentes, que instrumentos avaliativos eles mais utilizavam e quais deles produziam melhores resultados.

O resultado, desses questionamentos, será apresentado nos gráficos 16 e 17.

O Gráfico 16, que será apresentado a seguir, traz os instrumentos apontados pelos professores, como os mais utilizados para avaliar os alunos do Projeto Avançar.

Gráfico 16 – Instrumentos de avaliação mais utilizados pelos professores do Projeto Avançar.

Marque o tipo de avaliação que você mais aplica aos alunos do Projeto Avançar.



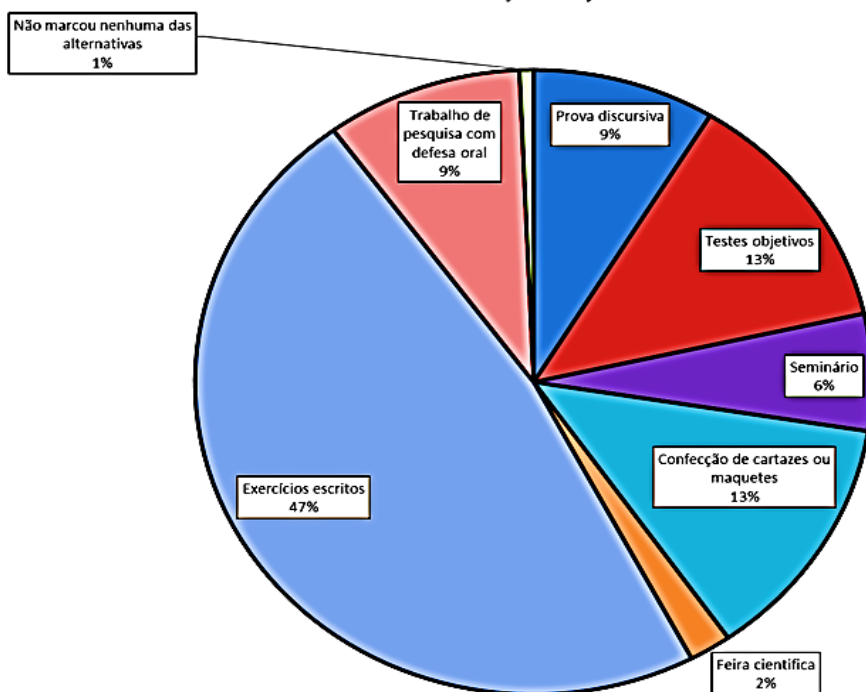
Fonte: Elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo.

Os instrumentos avaliativos mais utilizados pelos professores do Projeto Avançar, de acordo com os dados apresentados no Gráfico 16, são os exercícios escritos, com 37% da preferência dentre os respondentes, os testes objetivos com 19% e a prova discursiva com 16%, ou seja, atividades que exigem dos alunos o pleno desenvolvimento de suas competências e habilidades em leitura, interpretação e cálculo.

A análise desse gráfico se completa com os dados que serão apresentados no Gráfico 17, que traz a opinião dos professores sobre os instrumentos avaliativos que produzem os melhores resultados em termos de aprovação dos alunos.

Gráfico 17 – Instrumentos avaliativos que produzem melhores resultados.

Das formas de avaliação abaixo, marque a que produziu melhores resultados quando aplicada as turmas do Projeto Avançar.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo

Os instrumentos avaliativos que produzem os melhores resultados conforme o Gráfico 17 são os exercícios escritos, os testes objetivos e a confecção de cartazes, com 47%, 13% e 13% respectivamente na opinião dos docentes.

Comparando esse resultado com os apresentados no Gráfico 16, se observa a importância que os professores dão ao exercício escrito e ao teste objetivo, em suas avaliações, sendo apontados pelos docentes, como os mais utilizados e o que produzem melhores resultados.

Esse resultado é contraditório, pois segundo os resultados apresentados nos gráficos 12 e 13, mais da metade dos alunos do Projeto Avançar, tem segundo a opinião dos docentes, déficits de aprendizagem em leitura, interpretação de textos e cálculos matemáticos básicos. Como então se explica que atividades que precisam exatamente dessas competências e habilidades possam produzir melhores resultados? Principalmente, quando se

observa, que de acordo com o gráfico 17, a prova discursiva aparece em terceiro lugar na preferência dos docentes na hora de avaliar.

O problema da falta de critérios dos professores para avaliar os alunos, também foi observado por um dos supervisores pedagógicos da CDE-4, SP01 que relatou dentre os principais problemas encontrados durante a supervisão do programa nas escolas o referido problema: “Baixo rendimento, infrequência, falta de critérios na avaliação do professor e a não utilização do livro didático”. (SP01)

O que se conclui desse resultado, é que um modelo de avaliação, tão alheio à realidade dos alunos, seja uma das causas do abandono escolar e da reprovação no Projeto Avançar, e demonstra que embora o projeto seja pensado de forma a proporcionar a elevação da autoestima do aluno, através de uma proposta pedagógica diferenciada, o que se verifica é uma postura tradicional, que usa a avaliação como um instrumento de exclusão, cuja ênfase do fracasso escolar é atribuída unicamente à incapacidade, à incompetência e a falta de cooperação do aluno.

Portanto, a estrutura rígida e tradicional da escola, com um sistema de seriação, permeado pela cultura política e pedagógica de **exclusão, seletividade, reprovação e retenção** é fator que pode prejudicar o aluno com dificuldade de aprender. Mesmo mecanismos de correção da distorção idade-série não escapam aos valores dessa cultura, o que significa, nessa perspectiva, o não-funcionamento de tais técnicas (LUCK, 2004,p. 10).

Diante do exposto, verifica-se o quanto a prática avaliativa docente, se distância do modelo da avaliação presente na PCPAV do Projeto Avançar, sendo, portanto, necessária uma ação que possa aclarar a visão dos docentes a respeito da necessidade de uma avaliação que considere os conhecimentos prévios dos alunos para, a partir, destes, construir um novo conhecimento com a participação do aluno como coprodutor, e não como mero espectador.

A PCPAV orienta as equipes gestoras das escolas devam acompanhar as ações desenvolvidas, com o objetivo, de dar suporte aos docentes e evitar o abandono e a reprovação (AMAZONAS, 2005)

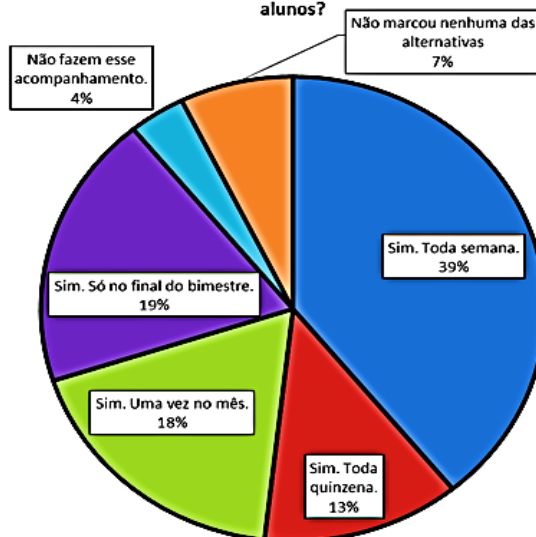
A equipe pedagógica dará apoio pedagógico ao educador em sua atuação docente, visitando as classes, realizando reuniões com os pais, fornecendo orientações sobre o Programa e acompanhando o desempenho dos alunos, com vista a garantir o sucesso dos alunos.

O Gestor da escola assumirá o Programa, integrando-o ao Projeto Político Pedagógico da instituição de ensino, favorecendo o trabalho do educador, estimulando educandos e educadores, acompanhando os resultados e buscando dar apoio às famílias da comunidade escolar com vistas à eliminação da cultura da repetência e do abandono escolar (AMAZONAS, 2007).

Nesse sentido, o Gráfico 18 apresenta a opinião dos professores, sobre o acompanhamento da frequência, rendimento e comportamento dos alunos realizados pelas equipes gestoras das escolas.

Gráfico 18 – Monitoramento do Projeto Avançar feito pelos pedagogos e gestores escolares.

O pedagogo ou gestor escolar acompanha o rendimento, a frequência e o comportamento dos alunos?



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo.

O Gráfico 18, apresenta a opinião dos professores a respeito da frequência que o gestor ou o pedagogo escolar faz o monitoramento do rendimento, comportamento e assiduidade dos alunos.

Pelo exposto, 89% dos docentes afirmaram que existe por parte dos gestores e pedagogos escolares esse monitoramento, sendo que destes, 39% apontaram que ele acontece toda semana, 19% afirmaram que esse acompanhamento é feito apenas no final do bimestre, 18% uma vez no mês, 13% quinzenalmente, 4% afirmaram que esse acompanhamento não feito e 7% deixaram a questão sem resposta.

Os dados apresentados apontam que o acompanhamento previsto na PCPAV, vem sendo feito, porém a disparidade de opiniões a respeito da sua frequência indica que não existe padronização desse processo, podendo comprometer o resultado global do Projeto na CDE-4.

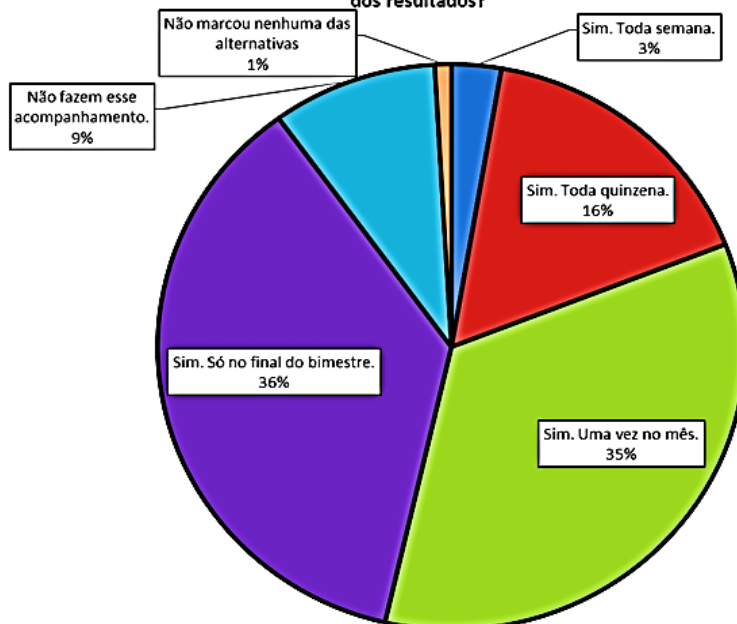
Outro ponto do monitoramento a ser analisado é a frequência da realização das reuniões mensais de avaliação diagnóstica, previstas na PCPAV.

Tanto os professores quanto equipe técnica pedagógica da escola participarão mensalmente e bimestralmente, de encontros para reflexão e troca de experiência, sobre o Programa Correção do Fluxo Escolar nos Anos Finais do Ensino Fundamental: Projeto Avançar, tendo como objetivo subsidiar a prática pedagógica em sala de aula (AMAZONAS, 2007).

Assim, o Gráfico 19, traz a opinião dos docentes a respeito da frequência dessas reuniões.

Gráfico 19 – Frequência da realização de reuniões diagnósticas com professores do Projeto Avançar

O pedagogo ou gestor escolar se reúne com os professores para fazerem avaliações diagnósticas das turmas do Projeto Avançar, para elaboração de planos e estratégias de ação para melhoria dos resultados?



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo.

O Gráfico 19 traz a opinião dos docentes sobre a frequência da realização das reuniões diagnósticas do Projeto Avançar nas escolas, e expressa o seguinte resultado: para 36% dos respondentes essas reuniões só ocorriam no final do

bimestre, 35% afirmaram que elas ocorriam mensalmente, 16% quinzenalmente, para 3% elas ocorriam toda semana, 9% afirmaram que as reuniões não acontecem em suas escolas e 1% não respondeu a questão.

De acordo com os resultados apresentados no Gráfico 19 é possível afirmar que as reuniões de avaliação estão acontecendo, porém a periodicidade mensal não está sendo obedecida em todas as escolas.

Sobre esse assunto, a pedagoga PED09, da escola E12, ao ser entrevistada, disse desconhecer a necessidade das reuniões mensais. Além disso, segundo a mesma, não há possibilidade da realização de uma reunião mensal, exclusiva, como os professores do Projeto Avançar, pois alguns deles, também atendem turmas do Ensino Regular, e se a reunião acontecesse, eles teriam que deixar os alunos das demais modalidades de ensino sem aula.

Agora fica beleza, me explica aqui. Com é que eu vou fazer isso? Se o meu professor que complementa Matemática e Ciências ele tem outra turma? Como é que eu vou fazer isso fora do dia do planejamento? Se ele tem lá complemento de carga? [...] ele teria, teria que se ausentar das aulas dele da outra sala. Que na sala dele, ele dá as matérias principais (PED09).

O problema apontado pela pedagoga PED09 é recorrente também em outras escolas, e o motivo para isso, é que muitos professores para complementar a carga horária assumem turmas de outra modalidades de ensino, cujos calendários letivos não permitem a realização das reuniões, a não ser as de planejamento bimestral.

Uma das professoras entrevistadas, PR112, da escola E03, com respeito ao assunto, afirmou que dificilmente o gestor escolar se reunia com os professores do Projeto Avançar, e quando o fazia, era para repassar informações e apontou como causa do problema a falta de pedagogo e as ausências da gestora para atendimento de solicitações da coordenadoria distrital.

Dificilmente, só pra informações, quando a coordenadoria pede pra informar alguma coisa. E quanto a encontro pedagógico, quase não há na escola por que não temos pedagogo e a diretora sempre está em reunião na coordenação não tem tempo pra ter comunicação com os professores (PR112).

A análise, dos resultados apresentados nos gráficos 18 e 19, aponta que o monitoramento das ações do Projeto Avançar, dentro das escolas, que deve ser feito

através do acompanhamento periódico do desempenho, comportamento e frequência das turmas e da realização das reuniões mensais entre equipe gestora e professores não ocorre com a regularidade desejada, o que compromete tanto os resultados das escolas, quanto da própria coordenação como um todo.

Continuando à análise da execução da PCPAV nas escolas da CDE-4, o próximo tópico abordará como os docentes avaliam e utilizam o livro didático do referido projeto.

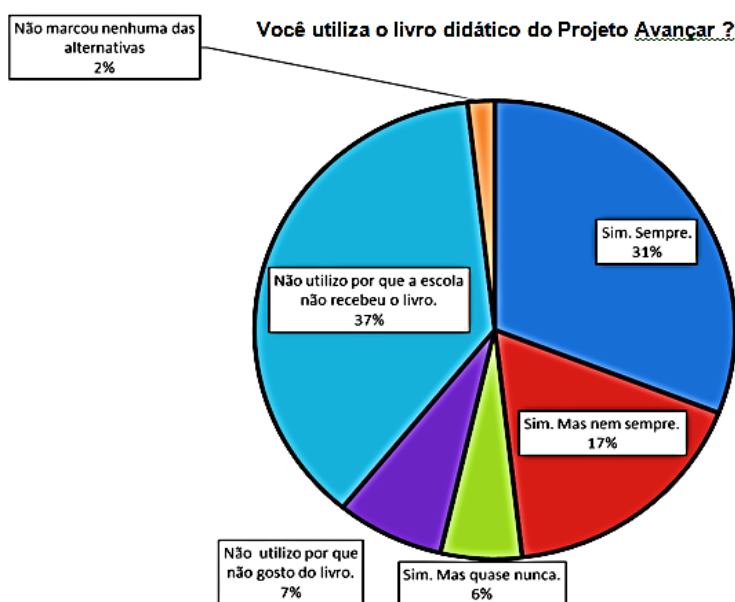
2.6.3 Avaliação e a utilização do livro didático pelos docentes.

A utilização do livro didático do Projeto Avançar é prevista na PCPAV como um instrumento para subsidiar a prática pedagógica docente, com o fim de desenvolver as competências e habilidades dos alunos. (AMAZONAS, 2005)

Nesse sentido, foi perguntada aos professores qual a frequência com que eles utilizavam o livro didático do Projeto Avançar.

Assim, o Gráfico 20 apresenta a frequência com que os professores utilizam o livro didático do programa de acordo com a opinião dos mesmos.

Gráfico 20 – Nível de utilização do livro didático do Projeto Avançar pelos docentes do programa.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo.

A maioria dos docentes pesquisados utiliza os livros didáticos do Projeto Avançar com maior ou menor frequência. Sendo que, 31% deles sempre os utiliza, 17% nem sempre utiliza, e 6% quase nunca utiliza.

Quanto aos que não o utilizam, 37% alegam que suas escolas não receberam o livro, e 7% apontam como motivo, não gostar do livro.

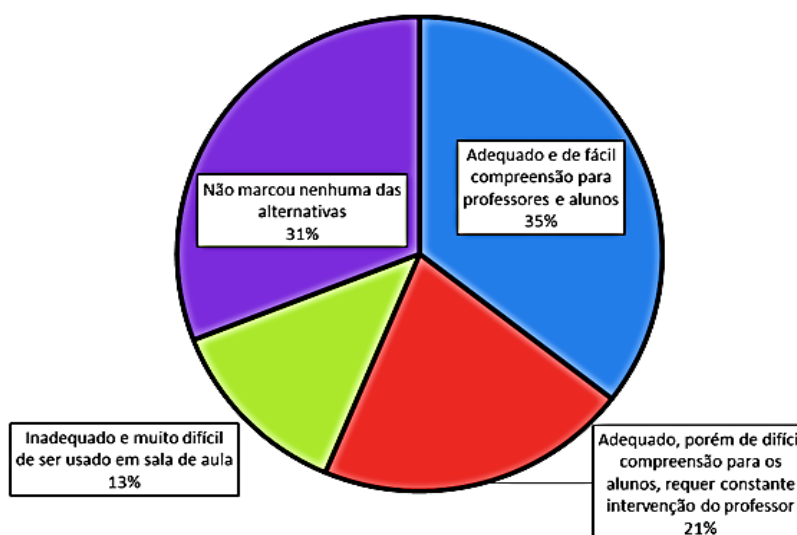
O supervisor pedagógico SP01, aponta em sua entrevista a não utilização do livro didático, como um dos principais problemas que ele encontra nas escolas sob sua supervisão.

A professora PR111, que trabalha com turmas do Projeto Avançar Fase 2, respondeu em sua entrevista, que apesar dos alunos da escola terem recebido o livro didático ela não o utiliza, “ Não. Eu trabalho com vários livros, com vários materiais”.(PR111)

O gráfico abaixo aborda o posicionamento dos docentes com respeito, a adequação do livro didático ao Projeto Avançar.

Gráfico 21- Adequação do livro didático do Projeto Avançar

Qual é a sua opinião a respeito do livro didático do Projeto Avançar Anos Finais da sua disciplina?



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo.

De acordo com o Gráfico 21, para 35% dos professores, o livro é adequado e de fácil compreensão, para eles e para os alunos, para 21% o livro é adequado,

porém é de difícil compreensão para os alunos e requer constante intervenção dos docentes e para 13% dos respondentes ele é inadequado e muito difícil de ser utilizado em sala de aula.

Na opinião dos professores das fases 1 e 2, o livro didático, apresenta alguns problemas, a professora PR111 disse que o fato do livro não ser consumível prejudica seu trabalho, pois os alunos perdem muito tempo copiando os exercícios para o caderno.

Não só a do avançar, como do primeiro ao quinto ano do ensino fundamental. A dificuldade é por que eles não podem fazer o exercício no próprio livro é uma perda de tempo muito grande ta copiando para eu poder ensinar as crianças, então se eles pudessem registrar tudo no livro si tornaria mais fácil (PR111).

Para a professora PR112 o livro é muito conteudista e não tem atividades suficientes para a necessidade dos alunos – “Olha o livro didático, ele deveria ser com mais, mais atividades, ele vem com um texto imenso e pouca atividade. Pra eles que estão nessa fase, deveria vir mais com atividades do que com aqueles textos imensos”.(PR112)

Uma parcela de 31% dos professores deixou a questão em branco, mas a grande maioria faz parte do grupo de professores, cujas escolas não receberam o livro.

Segundo a coordenadora CD01 existe por parte dos docentes um grau de desaprovação ao livro didático, mas a maioria aprova e utiliza – “Ainda existe resistência (a utilização do livro), apesar do trabalho de conscientização que os adjuntos e suas equipes estão fazendo regularmente nas escolas, mas já foi pior, precisa melhorar um pouco” (CD01)

Diante do exposto, verifica-se que o principal problema relacionado ao livro didático do Projeto Avançar é a falta do material na mão dos alunos e professores, pois 37% dos respondentes afirmaram que não estavam utilizando o livro por que suas escolas não o receberam.

Quanto aos que não o utilizam por que não gostam do livro, ou dos que o utilizam pouco por o considerarem difícil de trabalhar, é um problema que pode ser

minimizado com uma formação ou oficinas específicas sobre formas de utilização do livro didático.

De acordo com o coordenador adjunto CAD 01, o motivo da falta do livro didático, foi a demora no processo licitatório para sua aquisição e o aumento no quantitativo de turmas em 2015.

Quando ele é oferecido, é adequado à metodologia. Mas infelizmente esse ano, por exemplo, muitos alunos ainda não receberam o livro didático.(...) Como eu acabei de falar, esse ano não houve entrega de livros em número suficiente para os alunos. Segundo fui informado pela Gerencia de Programas Especiais, o material esta em fase de licitação. Os que receberam esse ano, é porque as escolas recolheram os livros usados no ano passado, só que esse ano, a quantidade de turmas aumentou muito, em 2014 eram 47 e esse ano são mais ou menos 70 turmas. Da nossa parte, nós remanejamos as sobras de livros de uma escola para outra, mas essa ação não foi suficiente e muitas escolas ficaram sem livro (CDA01).

A coordenadora distrital CD01, também justificou a falta de livro didáticos nas escolas, a demora na licitação para aquisição do material - Infelizmente esse ano, não. As turmas aumentaram em número do ano passado pra cá, e licitação pra compra de mais livros ainda não foi concluída.(CD01)

A utilização e o uso do livro didático, ao que parece, também incomoda os supervisores que acompanham as escolas, pois dentre os itens que eles apontaram como necessários a futuras formações, está justamente a utilização do livro didático como o terceiro colocado na preferencia. Algo muito parecido com a opinião dos docentes, que também elegeram a utilização do livro didático para futuras formações como o quarto tema mais pedido.

A próxima seção aborda o processo de formação continuada dos atores envolvidos na implementação do Projeto Avançar na CDE-4.

A análise intenciona identificar como é feita a formação continuada dos profissionais envolvidos, tanto na execução do Projeto Avançar nas escolas, quando na implementação e monitoramento na CDE-4.

2.6.4 Formação continuada das equipes de implementação do Projeto Avançar na CDE-4

Esta seção traz os resultados da pesquisa referentes a formação continuada dos atores envolvidos com a implementação do Projeto Avançar na área de atuação da CDE-4.

Heloiza Luck (2004) esclarece, que segundo levantamento realizado pelo Centec, a falta de formação continuada é um dos principais fatores, que dificultam a implementação dos projetos de aceleração da aprendizagem.

Especialistas do Centec indicam que suas experiências com o desenvolvimento de programas de aceleração da aprendizagem demonstraram que, no geral, a implantação foi dificultada pelo baixo compromisso das secretarias de Educação, haja vista a baixa efetividade do programa, que se expressa claramente pelo não-cumprimento de determinados objetivos das propostas, como: a) o tamanho das turmas, com tendência a ser superdimensionadas; e b) a insuficiência da capacitação, que não atingia a todos os professores das classes de aceleração. Além disso, conforme já mencionado, as condições de formação inicial dos professores, entre outras, desfavoreciam o melhor aproveitamento das ações de capacitação desenvolvidas (LUCK, 2004, p.25).

Além disso, a realização de formação inicial dos professores, como prática niveladora e formadora de uma nova mentalidade de ensino, foi uma das ações que impactaram de forma positiva, os programas de aceleração da aprendizagem que produziram bons resultados. (LÜCK, 2004)

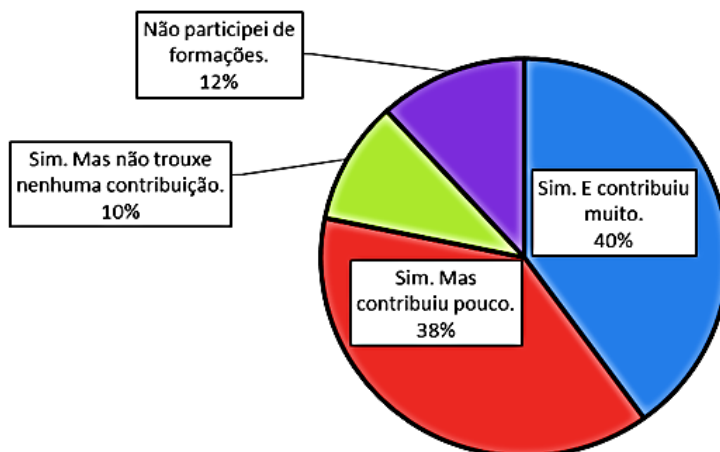
Partindo dessa reflexão, essa seção pretende analisar o processo de formação continuada dos atores envolvidos na implementação do Projeto Avançar na CDE-4, buscando identificar sua abrangência, carga horária, relevância e lacunas que ainda precisam ser preenchidas por essas formações.

Para alcance desse objetivo, foi levantado entre os professores, pedagogos, gestores e supervisores pedagógicos, se eles haviam recebido alguma formação continuada, específica para trabalhar com o Projeto Avançar, a carga horária dessas formações, qual a relevância de tal formação para o desempenho de suas funções junto ao projeto e que temas eles considerariam mais relevantes de serem abordados em futuras formações.

Nesse sentido, o Gráfico 22 apresenta o nível de participação e satisfação dos docentes com as formações oferecidas.

Gráfico 22 – Participação dos docentes do Projeto Avançar em formações continuadas.

Você participou de alguma formação(palestras, oficinas, cursos etc.) sobre o Projeto Avançar Anos Finais. Essa formação contribuiu para melhorar sua atuação como professor ?



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo.

O percentual de professores que participaram de algum tipo de formação cotinuada foi 88%, sendo que destes, 40% afirmaram que a formação recebida contribuiu muito para melhorar sua atuação no projeto, 38% disse que a contribuição da formação recebida foi muito pouca, 10% considerou que não houve nenhuma contribuição da formação recebida para sua atuação no projeto e 12% afirmaram que não participaram de formações para atuarem no Projeto Avançar.

Embora, a grande maioria dos docentes tenham participado das formações oferecidas, verifica-se que 48% dos docentes, não demonstraram satisfação com essas formações.

Nesse sentido, essa insatisfação com as formação continuada representa um sério problema para o Projeto Avançar, na CDE-4, pois compromete o desempenho dos professores e alunos, e se reflete nos resultados anteriormente apresentados, que apontaram falhas no processo avaliativo, rejeição ao livro didático e dificuldade de realização de projetos interdisciplinares.

Além do exposto, é preciso que se enfatize que o Projeto Avançar tem como parâmetro de suas atividades pedagógicas a interdisciplinaridade, oque exige por parte dos docentes uma formação apropriada.

Dando continuidade a análise da formação continuada dos profissionais do Projeto Avançar, o Quadro 11 apresenta um resumo da formação oferecida aos gestores, pedagogos e supervisores pedagógicos.

Quadro 11 - Projeto Avançar na CDE-4 - Participação dos gestores, pedagogos e supervisores em formação continuada

Respondentes	Participação				Contribuição da formação para a atuação no Projeto Avançar.					
	Sim		não		Muito		Pouco		Não	
	QT	%	QT	%	QT	%	QT	%	QT	%
Gestores	09	90%	01	10%	08	89%	0	0%	01	11%
Pedagogos	07	70%	03	30%	04	57%	03	43%	0	0%
Supervisores	07	70%	03	30%	04	57%	03	43%	0	0%
Total	23	77%	07	23%	16	70%	06	26%	01	4%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo.

Conforme o exposto, no Quadro 11, assim como os professores, a maioria dos gestores, pedagogos e supervisores pedagógicos, também receberam algum tipo de formação para atuar no Projeto, porém ainda existe uma parcela de 23% que não recebeu formação específica.

Um fato que chama atenção desse resultado, é que, 30% dos pesquisados desse grupo de atores, disse que as formações recebidas, foram de pouco ou nenhum proveito para melhoria de sua atuação junto ao programa.

Por conseguinte, a falta de formação continuada adequada aos gestores, pedagogos e supervisores, é tão ou mais grave que a falta dessa aos docentes, pois como esses atores, poderão assessorar os professores de forma adequada se eles mesmos, não dispõe de instrumentos e conhecimentos suficientes para esse acompanhamento?

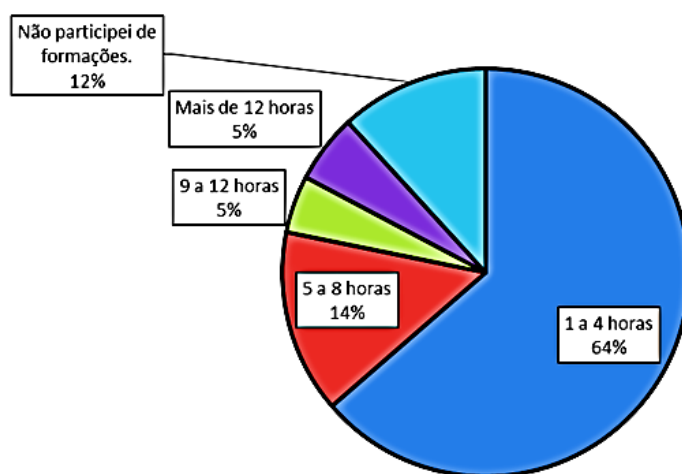
A conclusão a que se chega, quanto ao alcance e a relevância das formações oferecidas aos implementadores do Projeto Avançar na CDE-4 é a seguinte: As formações oferecidas tem conseguido alcançar a maioria dos docentes e técnicos envolvidos com projeto, porém, é necessário que se pense em alguma estratégia que garanta a formação adequada aos atores envolvidos, haja vista, que a grande

maioria dos respondentes, disseram estar pouco satisfeitos ou insatisfeitos com as formações oferecidas.

Na sequência será analisada a carga horária dessas formações. O próximo gráfico traz a percentual de carga horária recebida pelos professores.

Gráfico 23 – Carga horária das formações recebidas pelos professores do Projeto Avançar na CDE-4.

Marque a carga horária aproximada das formações (palestras, oficinas, cursos etc.) sobre o Projeto Avançar que você participou.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo.

Quanto à carga horária das formações recebidas, o Gráfico 23 apresenta os seguintes resultados: 24, 72% dos docentes pesquisados, apontaram ter recebido entre 1 a 4 horas de formação, 17% entre 5 a 8 horas de formação, 6% de 9 a 12 horas de formação e 5% mais de 12 horas de formação.

Os gestores, pedagogos e supervisores pedagógicos têm opiniões parecidas e, em sua maioria, também afirmaram que a carga horária das formações recebidas estava entre 1 a 4 horas de formação.

O que se conclui desse resultado é que a maioria dos pesquisados tem recebido pelo menos 4 horas de formação anualmente, o que demonstra que existe por parte da CDE-4 um trabalho voltado à formação dos atores envolvidos no processo.

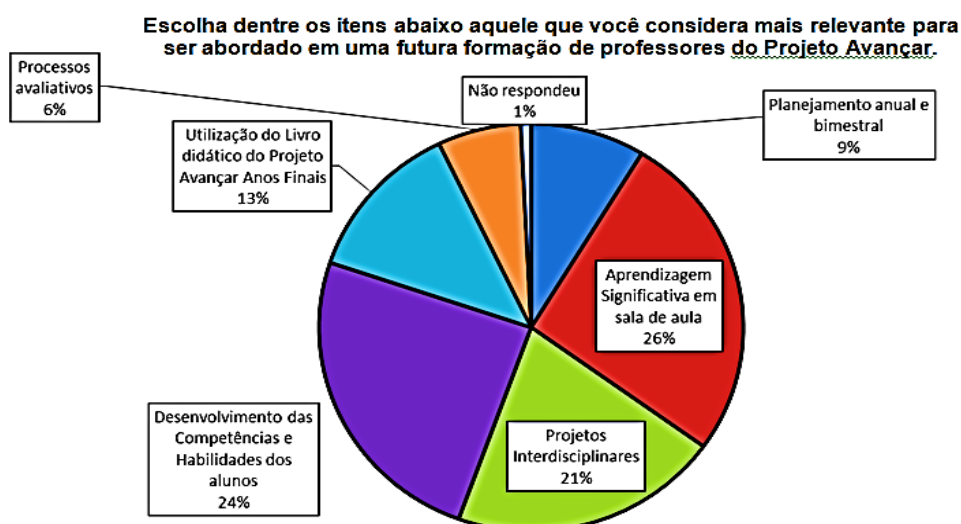
No entanto, é preciso investigar por que essas formações não estão agradando a maioria dos professores e demais atores envolvidos, e se, elas atendem a PCPAV e a necessidade dos mesmos.

Assim, continuando a análise da formação continuada oferecida aos responsáveis pela implementação do Projeto Avançar na CDE-4, foi perguntado aos docentes, pedagogos, supervisores que temas eles consideravam mais relevantes a serem abordados em futuras formações para atuação no Projeto Avançar.

A intenção desse questionamento foi identificar que pontos da PCPAV estariam sendo mais negligenciados nas formações oferecidas.

Portanto, o Gráfico 24 apresenta a opinião dos docentes a respeito dos temas que eles consideram mais importantes para serem tratados nas formações para professores do Projeto Avançar.

Gráfico 24 – Temas apontados pelos docentes como mais relevantes para futuras formações.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo.

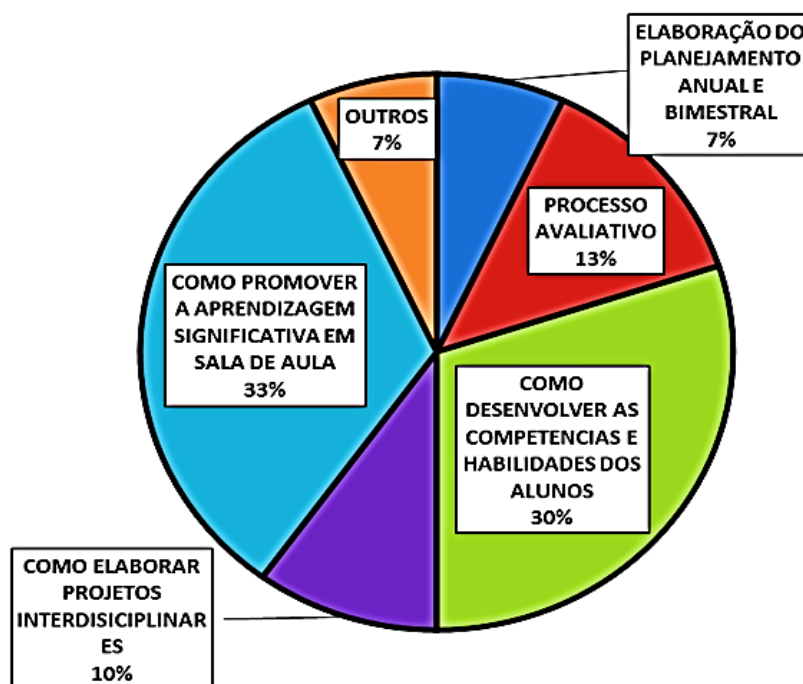
Os dados apresentados no Gráfico 24 são bem reveladores da carência de formação continuada adequada e com foco na aprendizagem dos atores envolvidos com a implementação do Projeto Avançar na CDE-4.

Assim, os três temas mais escolhidos para futuras formações foram: aprendizagem significativa em sala de aula, o desenvolvimento das competências e habilidades dos alunos e projetos interdisciplinares.

A utilização do livro didático foi o quarto item mais escolhido e processos avaliativos e planejamento anual ficaram em último lugar.

A opinião dos pedagogos e dos supervisores pedagógicos, quanto aos temas considerados mais necessários a futuras formações, é muito semelhante a dos professores, conforme será apresentado no Gráfico 25.

Gráfico 25 – Temas apontados pelos pedagogos e supervisores pedagógicos como os mais relevantes para futuras formações.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo.

De acordo com o Gráfico 25 para os supervisores da CDE-4 e os pedagogos escolares, os temas mais relevantes a serem abordados em futuras formações seriam, Como promover aprendizagem significativa em sala de aula, Como desenvolver competências e habilidades dos alunos e Processos avaliativos, com 33%, 30% e 13% da preferência dos entrevistados.

De acordo com os dados apresentados, a formação continuada oferecida aos atores envolvidos na implementação do Projeto Avançar na CDE-4, tem sido abrangente e alcançado a maior parte dos pesquisados. No entanto, essas formações, precisam priorizar os temas relacionados a metodologia presente na PCPAV.

Nesse sentido, a formação dos professores precisa estar voltada para a dinâmica da atuação em sala de aula, lhes proporcionando uma boa base teórica e

metodológica, que lhes subsidiem a planejarem e executarem projetos interdisciplinares que envolvam os alunos, valorizem seus conhecimentos prévios e os ajudem a desenvolver suas competências e habilidades.

Conforme uma das pedagogas entrevistadas - PED04, da escola E06 - os professores que atuam no Projeto Avançar, precisam de uma formação pedagógica, mais focada no processo ensino aprendizagem.

Mas é como eu lhe falei - os professores; eles simplesmente, eles são na faculdade. A faculdade não te ensina a ser professor, ele não tem didática, nenhum curso de didática. Eles simplesmente são. Se é Matemática é Matemática! Se é Educação Física, é Educação Física! Mas não é direcionado para formação de profissionais no Magistério. {...} Eles não são direcionados para serem professores. Essa parte aí é que dificulta o trabalho deles como professores. Eles são apenas bacharéis, eles não são professores (PED04).

Uma das pedagogas da escola E10, PED10, tem opinião semelhante a da pedagoga PED04, e enfatiza que as formações oferecida aos docentes, tem sido muito centradas em questões burocráticas da avaliação, mas pouco voltadas para ajudar os professores a melhorar sua prática pedagógica.

Uma é, por que nos temos professores né, que não tem o perfil, então eles ficam receosos de atuar como professor né, então eu consideraria relevante extremamente relevante, uma formação que viesse, nesse sentido, por que a gente vê como trabalhar, aí não é só trabalhar. Tem que ver a parte também do aluno, por que cada um tem as suas especificidades. Então tem que ter formação nesse sentido.[...] A parte que... avaliação, né. Na parte de avaliação, a gente já está ok. É digamos assim a parte operacional, que envolve a avaliação, as aulas em si. Mas nós temos professores, que ainda não tem um perfil de trabalhar o corpo a corpo com o aluno. Entendeu? Eles sentem dificuldade mesmo, por que o projeto avançar, ele engloba diferentes série, né? Então, tem o problema da idade, o problema da auto estima. Não é? Então, nesse sentido, que eu acho relevante uma formação com os professores (PED10).

A supervisoras pedagógicas SP02 e SP06 expressaram opinião semelhante a das pedagogas sobre a deficiência da formação continuada dos professores, relativa à prática pedagógica de sala de aula, e da falta de perfil dos docentes para trabalharem no projeto.

Falta de habilidade dos professores (aulas diferenciadas). Nem todos os professores tem perfil para trabalhar no referido projeto; Falta do acompanhamento da família; infrequência dos alunos; falta de formação específica para o projeto (SP02).

A própria metodologia que eles utilizam eu questiono muito pois vejo que nossas escolas investe muito em materiais pedagógicos e didáticos e que eles deixam de lado e não utilizam (SP06).

Um dos gestores, GE02, escreveu em seu questionário, como sugestão para melhoria do projeto, formações aos professores sobre estratégias para lidar com alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem.

O que acho que precisa ser melhorado é a própria informação do projeto entre todas as escolas, para que as escolas de modo geral conheçam sobre o projeto, e que escolas possuem esse projeto. Também seria bom se tivéssimos a visita, orientações de profissionais que possam mostrar aos professores mais estratégias na prática de como agir com os alunos que demonstram muita dificuldade ou mesmo alguma deficiência que dificulte sua aprendizagem (GE02).

Quanto à formação oferecida aos demais atores, se constatou que não existe formação específica para os pedagogos, gestores e supervisores pedagógicos. O que acontece é que, quando são oferecidas formações para professores, algumas vezes, eles são convidados a participar, motivo pelo qual, apesar de haver formação específica para esse grupo, muitos afirmaram que haviam participado de formações continuadas.

Conforme informação da pedagoga PED10, que acompanha o Projeto Avançar há cinco anos na escola E10, as formações das quais ela já havia participado, sempre foram direcionadas aos docentes e não para pedagogos. “As formações que eu participei foram junto com os professores, né. Junto com os professores acompanhando os professores nas formações”.(PED10)

Segundo informação de um do coordenador CAD01, a formação continuada de sua equipe, se restringe a reuniões que são convocadas, quando recebe alguma nova orientação da SEDUC-AM sobre o projeto. - “Sim, a formação dos supervisores acontecem a cada nova orientação. É quando eu convoco os supervisores e faço uma reunião para análise de discussão da orientação recebida”. (CAD01)

Como pode ser percebido, diante dos resultados da pesquisa de campo e documental, a formação continuada dos atores envolvidos no processo de implementação do Projeto Avançar na CDE-4, tem alcançado a maior parte do seu público alvo. No entanto, na opinião da maioria desse público, tais formações não tem contribuído de maneira significativa para ajuda-los na execução de suas tarefas.

A carga horária anual das formações oferecidas precisa ser revista, afim de se verificar se ela atende a abrangencia da PCPAV.

Ainda em se tratando das formações oferecidas, as atas e panfletos dos encontros, apontam que no geral esses momentos, tem dado ênfase a temas relacionados a parte burocrática do que efetivamente do processo ensino aprendizagem.

A proxima seção aborda como a CDE-4 realiza o monitoramento das ações inerentes a implementação do Projeto Avançar em sua área de jurisdição.

2.6.5 Monitoramento

O monitoramento e a avaliação exercem um papel de suma importancia na implementação de uma política pública.

Segundo Salomão Condé (2006), o monitoramento visa o acompanhamento da implementação de uma política, cujo objetivo principal é verificar o cumprimento das ordenanças e corrigir possíveis erros. E, a avaliação verifica se o investimento público em uma política, esta atendendo suas metas e objetivos de eficiência, eficacia e efetividade.

Por que monitorar? A resposta mais simples e verdadeira é: porque se deve acompanhar a implementação para verificar o cumprimento das ordenações e corrigir erros.

Por que avaliar? Novamente, a resposta mais direta é: porque o investimento público realizado em uma política deve ser verificado quanto ao atendimento de suas metas, objetivos, alcance, eficiência, eficácia e efetividade (CONDÉ, 2012, p.20).

No mesmo sentido, Heloisa Lück (2004), enfatiza a importância do monitoramento e da avaliação, destacando, que o estado brasileiro ainda é carente de uma tradição de avaliação e de comparação de seus resultados, e talvez essa seja uma das causas do atraso educacional do país. Para a autora,

Em geral, não se monitoram os processos nem se avaliam os resultados dos programas, em vista de que são tomadas decisões a respeito de continuidade, descontinuidade ou alteração de programas, tendo por base muito mais observações isoladas e opiniões que informações globais objetivamente coletadas e devidamente analisadas e interpretadas. Sem tal prática, não é possível melhorar o trabalho nem reconhecer se o que vem

sendo feito no plano educacional produz resultados compatíveis com o dispêndio realizado (LUCK, 2004, p.18).

Segundo, Mainardes (2006), Bowe e Ball trazem uma perspectiva mais aprofundada de avaliação e monitoramento dos resultados, em sua proposta de análise de políticas públicas educacionais – o contexto dos resultados ou efeitos, cuja análise se preocupa com o impacto da política sobre as questões de justiça, igualdade e liberdade individual. Para os autores, a política tem efeitos, em vez de simplesmente resultados.

Nesse contexto, as políticas deveriam ser analisadas em termos do seu impacto e das interações com desigualdades existentes. Esses efeitos podem ser divididos em duas categorias: gerais e específicos. Os efeitos gerais da política tornam-se evidentes quando aspectos específicos da mudança e conjuntos de respostas (observadas na prática) são agrupados e analisados. Um negligenciamento de efeitos gerais é mais comum em estudos de casos particulares que tomam uma mudança ou um texto político e tentam determinar seu impacto na prática. [...] Esta divisão apresentada por Ball sugere-nos que a análise de uma política deve envolver o exame (a) das várias facetas e dimensões de uma política e suas implicações (por exemplo, a análise das mudanças e do impacto em/sobre currículo, pedagogia, avaliação e organização) e (b) das interfaces da política com outras políticas setoriais e como conjunto das políticas. Isso sugere ainda a necessidade de que as políticas locais ou as amostras de pesquisas sejam tomadas apenas como ponto de partida para a análise de questões mais amplas da política (MAINARDES, 2006, p.54).

Por tanto, é preciso analisar como a CDE-4 faz o monitoramento do Projeto Avançar, buscando compreender se esse monitoramento tem cumprido seu papel e se ele se utiliza de procedimentos de avaliação eficientes e eficazes.

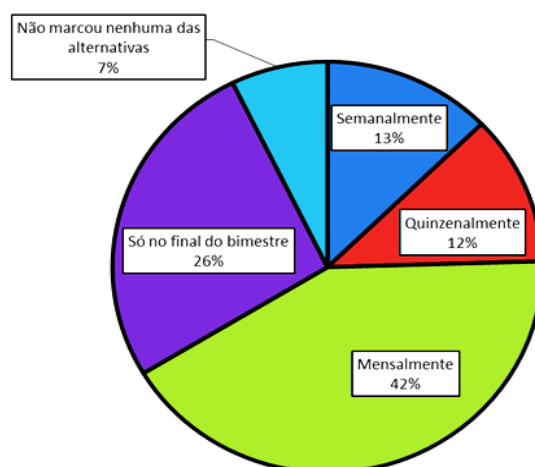
Nesse sentido, será verificado, como a coordenadoria, vem fazendo o monitoramento do programa em suas escolas.

O primeiro ponto a ser analisado é a percepção que os atores têm a respeito do monitoramento realizado pela CDE-4 nas escolas.

Assim, o Gráfico 26 traz informações a respeito da opinião dos docentes sobre a frequência que os supervisores pedagógicos da CDE-4 fazem o trabalho de monitoria na escola.

Gráfico 26 – Frequência do monitoramento realizado pela CDE-4 nas escolas.

Com que frequência os supervisores da CDE-4 orientam ou avaliam seu trabalho desenvolvido com as turmas do Projeto Avançar?



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo.

Segundo o Gráfico 26, para 42% dos docentes, o trabalho de supervisão pedagógica da CDE-4 ocorre uma vez por mês, para 26% acontece ao final dos bimestres, para 13%, o monitoramento é semanal e para 12%, ele é quinzenal, outros 7% não responderam a questão.

Por tanto, o resultado apresenta, percepções distintas dos docentes a respeito da frequência das visitas de supervisão nas escolas, o que aponta para outro problema, a falta de regularidade nas visitas e o não cumprimento do cronograma semanal de visitas.

Assim, é preciso esclarecer por que o referido cronograma não é cumprido.

Para dar maior clareza a essa questão, é necessário também analisar a posição dos gestores e supervisores a respeito do assunto.

Nesse sentido, foram ouvidos dez gestores, e na opinião de oito dos respondentes, a frequência das visitas de supervisão pedagógica é semanal e suficiente para dar o devido suporte as escolas, porém, dois deles afirmaram que essa frequência é mensal e insuficiente para as necessidades das escolas.

Assim posto, o Quadro 12 a seguir apresenta os motivos apresentados pelos supervisores entrevistados que impedem o fiel cumprimento do cronograma de visitas.

Quadro 12 – Projeto Avançar na CDE-4 – Motivos apresentados pelos supervisores para o não cumprimento do cronograma de visitas semanais

SUPERVISOR PEDAGÓGICO	Motivo apresentado para o não cumprimento do cronograma de visitas.
SP02	“Devido os compromissos “reuniões e formações” que participamos representando a CDE-4, nessas datas não podemos realizar visitas às escolas conforme o cronograma”.
SP05	“Às vezes há reunião na SEDUC e na própria coordenação”.
SP01	“Às vezes acontece mudanças determinadas pela SEUDC e CDE”.
SP07	“Algumas vezes ha mudança de cronograma, dada à urgência de outras escolas, em resolver situações que exijam a nossa presença”.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo.

Verifica-se diante do exposto que as visitas de supervisão pedagógica nas escolas não vêm ocorrendo com a regularidade necessária.

Três dos supervisores afirmaram que o cronograma mensal de visitas é executado regularmente e cinco deles disseram que nem sempre ele é obedecido.

Segundo esses supervisores, as causas para o não cumprimento do cronograma são diversos, mas no geral, decorrem de convocações da SEDUC-AM e da CDE-4, para atividades diversas não planejadas, as quais, eles seriam obrigados a comparecer.

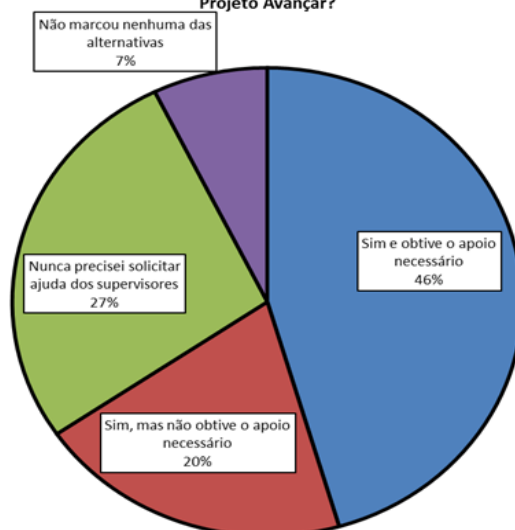
Além disso, os professores que são os principais alvos dessas visitas, têm sido os menos alcançados pelas mesmas, pois de acordo, com os dados os supervisores têm muito mais contato com os gestores que com os pedagogos e professores.

O próximo dado a ser analisado é como a ajuda prestada pelos supervisores pedagógicos é recebida nas escolas.

Assim, o Gráfico 27 apresenta a opinião dos docentes referente à ajuda prestada pelos supervisores da CDE-4 aos professores.

Gráfico 27 – Opinião dos docentes a respeito do suporte recebido dos supervisores pedagógicos.

Você já recebeu alguma orientação ou ajuda por parte dos supervisores da CDe-4 referente ao Projeto Avançar?



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo.

Conforme o Gráfico 27 apresenta, 46% dos docentes afirmaram já ter recebido alguma orientação, ajuda e o apoio necessário dos supervisores pedagógicos, 20% afirmaram ter recebido orientação ou ajuda, mas, não o apoio necessário, 27% afirmou nunca ter precisado de tal apoio ou ajuda e 7% não respondeu a questão.

A opinião dos gestores foi diferente da dos professores, para eles, sempre que precisaram obtiveram a ajuda necessária dos supervisores da CDe-4.

A pesquisa ainda levantou três questões relacionadas ao monitoramento do Projeto Avançar na CDe-4, quais sejam: existe um procedimento padrão para a supervisão do programa? Segundo, que instrumentos são utilizados no monitoramento? E terceiro, existem momentos para autoavaliação da monitoria realizada e planejamento das ações a serem executadas?

O próximo quadro traz a opinião dos entrevistados sobre a existência de procedimentos de monitoria para o Projeto Avançar.

Quadro 13 – Projeto Avançar na CDE-4 – Opinião dos supervisores sobre a existência de procedimento padrão de monitoramento do programa

SUPERVISOR PEDAGÓGICO	Existe um protocolo, manual de orientação, ou plano de ação, que oriente seu trabalho na supervisão do Projeto Avançar Anos Finais nas escolas?
SP07	Sim - Existe uma orientação pedagógica, que aborda as questões metodológicas sistemática de avaliação e demais especificidades do projeto.
SP05	Não - Temos a Proposta Curricular do Avançar.
SP01	Não - Acho importante ter para todos seguirem orientação.
SP02	Não - Acho que faz falta um documento específico para o projeto, contendo observações ao mesmo.
SP03	Não - Tem que ter um protocolo para dar um suporte aos supervisores e professores.
SP04	Não - “Especificamente para o supervisor não. Mas oriento meu trabalho, dentro do que prevê a Proposta Curricular e as orientações pedagógicas do Projeto Avançar”.
SP06	- “Não há um manual de orientação, mas sim, orientações e o plano de ação do coordenador o qual devemos seguir”.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo.

Verifica-se no quadro 13, que seis dos supervisores respondentes, afirmaram que não existe nenhum manual ou procedimento padrão com orientações sobre o trabalho de supervisão no Projeto Avançar.

No entanto, dois dos respondentes afirmaram que existe um procedimento, porém ambos apresentaram a PCPAV, como o procedimento adotado.

Assim, se conclui que não existe um procedimento padrão, que oriente os supervisores com respeito à monitoria e avaliação das ações de implementação do Projeto Avançar.

Nesse caso, também não há como comparar a qualidade dessa implementação entre as escolas, haja vista, que não existe um modelo de comparação.

Outra questão levantada foi a respeito da utilização de algum instrumento (formulário) no monitoramento do Projeto Avançar por parte dos supervisores.

Assim, próximo quadro apresenta a opinião dos supervisores pedagógicos a respeito do instrumento utilizado para fazer a monitoria no Projeto Avançar nas escolas da CDE-4.

Quadro 14 – Projeto Avançar na CDE-4 – Opinião dos supervisores sobre o instrumento utilizado no monitoramento do programa

SUPERVISOR PEDAGÓGICO	Existe algum instrumento (formulário, questionário, relatório) utilizado durante as visitas? Fale sobre esse instrumento. Ele atende todas as especificidades necessárias à supervisão do Projeto Avançar?
SP01	“Não é específico para o Projeto Avançar”.
SP02	“O documento que existe abrange todos os níveis”.
SP03	“Ele não atende a todas as especificações”.
SP04	“Foi elaborado de acordo com essas especificidades”.
SP05	“Ele não atende todas as especificidades, há necessidade de reelaborar”.
SP06	“Formulário / relatório. Atende. O que não atende são situações do dia-a-dia que temos que encontrar soluções para tal”.
SP07	“Existe um questionário, mas não é específico para o projeto. Ele atende as especificidades do ciclo de forma geral”.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo.

De acordo com o Quadro 14, seis dos supervisores afirmaram que existi um formulário de supervisão a ser preenchido nas visitas e dois disseram desconhece-lo.

Esse resultado tem uma explicação simples. Na verdade, existe um formulário que os supervisores devem preencher a cada visita, nele, constam apenas dois itens relacionados ao Projeto Avançar – o planejamento mensal e o conselho técnico bimestral - ou seja, o formulário não é destinado exclusivamente supervisão do programa, pois os supervisores, como dito anteriormente, não trabalham somente com o acompanhamento do referido projeto.

Nesse sentido, também foi perguntada aos supervisores, se os mesmos sabiam o destino dos relatórios que eles preenchiam nas visitas de supervisão. As respostas a essa pergunta estão exposta no quadro abaixo.

Quadro 15 – Projeto Avançar na CDE-4 – Opinião dos supervisores sobre o destino dos relatórios de supervisão pedagógica

SUPERVISOR PEDAGÓGICO	Após as visitas as escolas você emite algum relatório? O que é feito desse relatório? Quem toma ciência dele? Que encaminhamentos são tomados sobre os assuntos nele contidos?
SP01	Sim - "O documento é entregue na mão do coordenador adjunto"
SP02 SP03 SP06	Não responderam a pergunta.
SP04	Sim - "Os coordenadores leem, analisam e realizam alguns feed back's. Os gestores também tomam ciência".
SP05	Sim - "Entregue na coordenação para o adjunto pedagógico, antes tomamos as providencias cabíveis e a coordenação realiza bimestralmente um relatório por escola com pontos positivos e negativos".
SP07	Sim - "É relatada dificuldades dos alunos, professor; frequência dos alunos; avaliação; projetos; participação de família; formação do professor. Quem toma ciência é o gestor e adjunto pedagógico".

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo.

Conforme o Quadro 15, não há consenso entre os supervisores sobre o que acontece com o relatório de supervisão após ser entregue na coordenadoria.

Esse resultado é consequência da falta de procedimentos e instrumentos apropriados e indica um trabalho fragmentado, onde os que produzem parte da informação desconhecem o restante do processo e ficam alijados das decisões mais importantes, ou pelo menos, não tomam parte das soluções possíveis para os problemas detectados.

Além do exposto, não existe por parte da CDE-4 uma preocupação, com a análise dos resultados, com vistas a orientar os supervisores na solução dos problemas.

O quadro a seguir apresenta a opinião dos supervisores a respeito da existência no cronograma de atividades de momentos destinados, a autoavaliação do trabalho desenvolvido e planejamento.

Quadro 16 – Projeto Avançar na CDE-4 – Opinião dos supervisores sobre a existência de reuniões de avaliação e planejamento das ações desenvolvidas na monitoria do programa

SUPERVISOR PEDGÓGICO	O cronograma dos supervisores prevê momentos destinados para reuniões com o coordenador adjunto ou coordenador distrital para avaliação das atividades do Projeto Avançar Anos Finais?
SP01	Não - “Seria de muita importância esse momento”.
SP02	Não - “Acho que esses momentos deveriam acontecer nas datas previamente determinadas a esses encontros, imprescindíveis”.
SP03	Sim - “Essas reuniões não tem data definida”.
SP04	Não – “Esse momento, seria importante se houvesse, pois poderíamos dedicar esse tempo para estudos”.
SP05	Não - “Especificamente para o projeto avançar, não ocorre reunião”.
SP06	Não quis opinar.
SP07	Não - “As reuniões acontecem sempre que se fizerem necessárias. Não há um cronograma com dias estipulados”.
SP08	Não - “Acredito que deveríamos, pois no momento elas acontecem para alguns eventos do momento”.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo.

Conforme o Quadro 16 apresenta, na opinião de três supervisores entrevistados, existe no cronograma da CDE-4 um tempo determinado para reunião com os supervisores do Projeto Avançar e cinco disseram que o cronograma não prevê momentos com essa finalidade.

Essa divergência de opiniões evidencia que realmente essas reuniões não são previstas, inclusive a pesquisa documental comprovou isso, pois a maioria das

reuniões registradas, nos livros de atas da CDE-4, tem finalidade administrativa, além de serem convocações esporádicas e não planejadas.

Outro ponto levantado na pesquisa foi a respeito das principais dificuldades que os supervisores enfrentam durante o trabalho de monitoramento nas escolas, cujo resultado será apresentado no próximo quadro.

Quadro 17 – Projeto Avançar na CDE-4 – Principais problemas detectados nas escolas pelos supervisores no trabalho de monitoramento do programa

SUPERVISOR PEDGÓGICO	Quais os principais problemas que você detecta durante a supervisão das atividades relacionadas ao Projeto Avançar nas escolas que você visita?
SP07	O baixo rendimento dos alunos.
SP01	Falta de critérios na avaliação dos professores, a não utilização do livro didático.
SP02 SP05	A falta de habilidade dos docentes em proporcionar aulas diferenciadas, a falta de perfil dos professores para atuarem no projeto.
SP03 SP04 SP07	Falta de acompanhamento da família, infrequência e falta de comprometimento dos alunos.
SP04	Falta estrutura didática, a falta de um suporte maior para o professor lecionar o conteúdo diferenciado, a dissonância entre teoria e prática, o descaso em relação às demais modalidades em funcionamento na escola.
SP05	Resistência de alguns professores quanto à melhoria para o processo ensino-aprendizagem.
SP06	A falta de comprometimento de alguns professores quanto o seu próprio trabalho, é uma das ações que vejo muito. Mas aproveito e digo a eles que aquele momento é o do trabalho, e que devemos procurar fazer é o melhor para o bem dos nossos alunos, que, pelo menos, chegaram à escola e por nós que abraçamos estar ali. E não estamos obrigados... A própria metodologia que eles utilizam eu questiono muito, pois vejo que nossas escolas investe muito em materiais pedagógicos e didáticos e que eles deixam de lado e não utilizam.
SP07	Falta de continuidade nas atividades, falta de apoio da família.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo.

De acordo com o quadro 17, os problemas encontrados pelos supervisores, no monitoramento do Projeto Avançar nas escolas, são diversos e sustentam os dados anteriormente levantados.

Nesse sentido, os problemas relacionados à prática docente, como a falta de habilidade com os alunos, a dissonância entre teoria e prática e a falta de perfil para

atuarem no programa, dentre outros, são consequência de uma formação inadequada, ou, pelo menos, descontextualizada.

Por conseguinte, o baixo rendimento, a infrequência dos alunos e a ausência da família a escola, são resultado da prática docente, que por sua vez, pode estar relacionada à falta de estrutura didática e suporte ao desenvolvimento do trabalho dos professores.

Dando continuidade a análise do monitoramento do Projeto Avançar, serão analisados os dados da pesquisa relativos às ações desenvolvidas pela CDE-4 para solucionar os problemas encontrados pelos supervisores durante o trabalho de monitoria do programa.

Nesse sentido, a opinião dos supervisores a respeito de como a CDE-4 procura solucionar esses problemas será apresentada no próximo quadro.

Quadro 18 – Projeto Avançar na CDE-4 – A resposta da coordenadoria distrital aos problemas identificados durante a monitoria do programa, segundo os supervisores

SUPERVISOR PEDGÓGICO	Como a CDE-4 procura solucionar os problemas detectados nas pelos supervisores pedagógicos.
SP01	“É feito um plano de ação para solucionar os problemas encontrados.”
SP02 SP06 SP08	Não respondeu
SP03	“A coordenadoria ajuda as escolas investindo na formação dos professores”
SP04 SP05	“A coordenação procura solucionar esses problemas acompanhando e promovendo formação.”
SP07	“Através do incentivo a participação dos pais na escola, orientação pedagógica aos professores. Parcerias com os Conselhos Tutelares dentre outras.”

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo.

Verifica-se no Quadro 18, que os supervisores não têm clareza sobre a resposta da CDE-4 aos problemas enfrentados nas escolas, pois além da divergência das respostas, três dos supervisores entrevistados disseram não saber responder a pergunta.

Outro ponto que merece reflexão é que as soluções apresentadas para solução dos problemas são ações pontuais, como a elaboração de planos de ação, orientação aos professores.

Nesse sentido, foram analisadas algumas atas de reuniões realizadas pela equipe de supervisores nas escolas, e verificou-se que os citados planos de ação,

quando eram solicitados das escolas, sempre tinham como finalidade o aumento da aprovação de alguma disciplina, que estivesse com uma reprovação considerada acima do normal, a exemplo do Plano de Intervenção Pedagógica, de quatro de dezembro de 2015, elaborado a poucos dias do final do ano letivo, na tentativa de reduzir ao máximo à quantidade de alunos reprovados e cuja meta era a aprovação de 90% dos alunos que estavam de recuperação, ou seja, o foco estava nas taxas de aprovação, e não na busca da solução de um problema do processo ensino-aprendizagem.

Outro ponto investigado diz respeito à avaliação dos atores envolvidos com a implementação do Projeto Avançar nas escolas, cujo resultado será apresentado no Quadro 19.

Quadro 19 – Projeto Avançar na CDE-4 – Avaliação dos profissionais envolvidos com a implementação do programa nas escolas

SUPERVISOR PEDGÓGICO	A CDE-4 avalia o trabalho desenvolvido, pelos gestores, professores e pedagogos que trabalham com o Projeto Avançar?
SP01 SP02 SP03	Responderam afirmativamente, mas, deixaram a justificativa em branco.
SP08	Não respondeu a pergunta.
SP04	“Sim - Bem, há uma análise bimestral dos resultados e paralelo a isso, uma orientação, quanto às dificuldades que a equipe, ou as disciplinas com maiores índices estejam encontrando para ajudar a solucionar-las”.
SP05	“Não - Há necessidade de realizar essa avaliação”.
SP06	“Não - Em se tratando de avaliação creio eu que não. mas os gestores recebem por e-mail os resultados desenvolvidos a cada bimestre, ou seja, o rendimento dos alunos”,
SP07	“Sim – A avaliação é feita também por meio dos assessoramentos pedagógicos onde são registradas as boas (ou não) práticas de sala de aula”.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo.

Verifica-se diante do exposto no Quadro 19, que não existe um processo avaliativo para os profissionais que trabalham com Projeto Avançar nas escolas.

Cinco dos supervisores entrevistados confirmaram a existência de uma avaliação para os professores, pedagogos e gestores que trabalham com o programa, porém não deram uma explicação clara sobre essa avaliação, dois disseram que a avaliação não existe e um dos supervisores não respondeu a questão.

Nesse sentido, a falta de avaliação é compreensível, pois não há como fazer essa avaliação, se como já demonstrado anteriormente, não existe parâmetros para realizá-la.

Outra questão que a pesquisa procura responder é a respeito das atividades que a CDE-4 realiza para os profissionais envolvidos na implementação do programa.

Segundo informações dos supervisores, as atividades voltadas para os professores são: palestras, oficinas e encontros. Para os demais atores, incluindo os alunos, a CDE-4 promove mostra culturais e feiras, conforme será apresentado no Quadro 20.

Quadro 20 – Projeto Avançar na CDE-4 – Atividade destinadas aos atores envolvidos com a implementação do programa nas escolas

SUPERVISOR PEDAGÓGICO	CDE-4 realiza atividades exclusivamente para as escolas do Projeto Avançar Anos Finais? Quando acontecem? Quem organiza e executa? Quais seus objetivos?
SP03	"Sim. Mostra do Projeto Avançar. A escola organiza e os objetivos de valorização do trabalho do professor e os resultados dos alunos do projeto".
SP04	"Sim. Formações, encontros culturais, mostras. Ocorre anualmente, é organizado pela CDE-4 nas escolas com o projeto. os objetivos giram em torno de socializar orientações e as práticas desenvolvidas pelas escolas".
SP05	"Sim. Mostra cultural. Ocorre no segundo semestre. Coordenação. Cujo objetivo: integrar, bem como oportunizar o desenvolvimento cognitivo e físico dos alunos".
SP06	"Sim. Repasse da proposta, geralmente acontece no início do ano com o objetivo de conscientizar aos professores e demais que trabalham com esta modalidade a conhecerem e aplicarem a metodologia projeto de forma ampla e coerente a cada realidade do aluno".
SP07	"Sim Geralmente acontecem no início do ano letivo. Quem organiza e executa é a adjunta pedagógica, juntamente com seus assessores. E tem o objetivo de orientar os professores e pedagogos, quanto à metodologia e especificidade do projeto."

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo.

Conforme exposto no Quadro 20, a CDE-4 anualmente realiza encontros, mostras e reuniões voltadas aos atores envolvidos com o Projeto Avançar.

Segundo informações dos supervisores, essas atividades têm por objetivo o repasse de informações e a integração entre alunos e professores das escolas que oferecem o programa.

A pesquisa documental encontrou várias evidências dessas atividades, como panfletos e atas, dentre outros, e constatou-se que elas são organizadas para acontecerem nos três turnos e envolvem todos os professores, pedagogos, gestores e alunos das escolas.

Um dado que chamou atenção na realização desses eventos, é que nenhum deles é avaliado pelo público alvo, assim, não é possível saber se esses eventos tiveram uma reação positiva ou negativa dos participantes.

Após considerar todos os dados levantados na pesquisa o próximo tópico abordará a análise conclusiva e a proposição de medidas a serem executadas na busca da solucionar os problemas encontrados na implementação do Projeto Avançar na CDE-4.

2.7 Análises conclusivas e proposições

Após considerar a análise dos resultados da pesquisa, constatou-se que a implementação do Projeto Avançar, na CDE-4, apresenta problemas que precisam ser sanados visando o alcance dos objetivos.

Nesse sentido, os problemas identificados na pesquisa estão relacionados à interdisciplinaridade, à formação continuada, ao monitoramento e a expansão do programa.

Assim, a interdisciplinaridade, embora esteja prevista na PCPAV e seja imprescindível na promoção da aprendizagem significativa, é negligenciada pelos docentes.

Relativamente à formação continuada, o problema consiste na falta de sintonia, entre o que é oferecido e o que realmente os educadores precisam.

Quanto ao monitoramento, as falhas encontradas estão relacionadas à falta de procedimentos adequados e a fragmentação do processo.

E por fim, a expansão do programa, sofre da falta de planejamento adequado e do engajamento dos implementadores, especialmente dos gestores escolares.

Diante do exposto, serão necessárias algumas ações, cujo objetivo será a correção dos problemas apresentados.

A interdisciplinaridade é dos pontos fundamentais da PCPAV do Projeto Avançar.

Nesse sentido, a proposta orienta às escolas a fazerem uso da interdisciplinaridade e da aprendizagem significativa, como método de ensino e avaliarem de forma diagnóstica o processo ensino aprendizagem. (AMAZONAS, 2005)

No entanto, a pesquisa identificou que os docentes, além de, não utilizarem a interdisciplinaridade, ainda reproduzem práticas utilizadas no ensino regular, as quais, já produziram nos alunos do programa, experiências anteriores de reprovação e abandono escolar.

Assim, a maioria dos docentes, pedagogos e até um dos coordenadores da CDE-4, atribuem a não utilização da interdisciplinaridade ao desinteresse dos alunos pelos estudos.

Quanto à avaliação, a PCPAV determina que os aspectos qualitativos prevaleçam sobre os quantitativos e que esta seja consensual e diagnóstica. Além disso, dever ser realizada em uma reunião mensal com a participação de todos os professores do programa, do pedagogo e do gestor escolar. (AMAZONAS, 2005)

Nessa reunião, o desenvolvimento dos alunos deve ser analisado e discutido por todos, até que se chegue a um consenso, não com o intuito de simplesmente, aprovar ou reprovar os alunos, mas, acima de tudo, propor ações e estratégias para ajudar os discentes com maiores dificuldades a superarem suas limitações. (AMAZONAS, 2005)

A pesquisa demonstrou que essas reuniões não acontecem com a regularidade prevista na proposta e há escolas que nem sequer as realizam.

A principal causa, do referido problema, é impossibilidade de reunir num mesmo momento professores que trabalham exclusivamente no programa, e aqueles que também atende turmas do ensino regular, cujo programa não prevê paradas mensais.

Além disso, a pesquisa apontou que mesmo, nas escolas onde as reuniões mensais acontecem, o foco da avaliação é sempre o aluno, e não o processo ensino-aprendizagem.

Nesse sentido, é preciso que sejam estabelecidos padrões de avaliação, tanto dos alunos, quanto da prática pedagógica desenvolvida nas escolas, que permitam um acompanhamento e comparação dos seus resultados, visando à melhoria contínua do processo.

Outro ponto, que apresenta problemas na implementação do Projeto Avançar na CDE-4 é a formação continuada oferecida aos docentes e demais atores.

De acordo, com os achados da pesquisa, a maioria dos professores, pedagogos e gestores e supervisores entrevistados, passaram por formações relacionadas ao Projeto Avançar, porém, as formações oferecidas eram mais informativas, do que formativas.

Nesse sentido, esse resultado tem relação direta com a questão anterior, pois a formação continuada é de fundamental importância para a implementação da interdisciplinaridade e da aprendizagem significativa nas escolas, pois, esse processo requer por parte dos envolvidos, uma mudança de paradigma e um novo olhar, que só pode ser construído, a partir, de uma formação fundamentada e reflexiva.

Assim, é necessário que as formações oferecidas, aos envolvidos na implementação do Projeto Avançar, sejam planejadas de forma a atender as necessidades de cada grupo.

A formação dos professores e pedagogos, por exemplo, deve ter como temas principais questões relacionadas à interdisciplinaridade, a aprendizagem significativa e a avaliação diagnóstica, apontados na pesquisa como os mais solicitados pelos professores para serem abordados em futuras formações.

A pesquisa também identificou, que o monitoramento do Projeto Avançar na CDE-4 apresenta alguns problemas, quais sejam:

- falta de formação continuada dos supervisores pedagógicos;
- o cronograma de atividades dos supervisores prevê momentos para estudo, formação continuada, troca de experiências ou avaliação das atividades desenvolvidas;
- atividades não planejadas ou previstas desviam os supervisores de suas atividades e impedem o cumprimento do cronograma mensal de visitas, especialmente nos turnos matutino e vespertino;

- Falta de procedimentos específicos de monitoramento do programa, com padrões claros de avaliação assessoramento.
- Falta de instrumentos específicos de monitoramento do programa, como formulários e relatórios.

Quanto à expansão do programa, embora esta tenha ocorrido no período de 2007 a 2014 um aumento na quantidade de alunos matriculados, ainda assim ficou abaixo da demanda de alunos com distorção das escolas da CDE-4.

Dentre os problemas identificados que impedem a expansão do programa, estão: a resistência dos gestores a implantação do programa em suas escolas, a falta de planejamento adequado por parte da CDE-4 e SEDUC-AM no planejamento das vagas e falta de comprometimento dos gestores com o problema.

Nesse sentido, é necessário que SEDUC-AM, juntamente com a CDE-4 desenvolvam ações que visem o aumento da oferta de vagas e um maior envolvimento da comunidade escolar na busca de soluções para o problema.

Portanto, dentre os problemas apresentado, três podem ser alvos de uma intervenção direta da CDE-4, a não utilização da interdisciplinaridade, inadequação da formação continuada e a pouca efetividade do monitoramento.

Quanto à expansão do programa, embora seja um problema que precise ser equacionado, sua solução depende da articulação entre as instancias superiores da SEDUC-AM e as coordenadorias distritais e regionais, além disso, a solução dos outros três problemas identificados durante a pesquisa são essenciais para que a expansão do programa possa ter maior êxito, por tanto, não se farão proposições a esse respeito.

O quadro 21 apresenta as três ações a serem implementadas e as justificativas que as precedem.

Quadro 21 - Ações propostas para melhoria da implementação do Programa de Correção de Fluxo do Ensino Fundamental: Projeto Avançar na CDE-4

AÇÃO	JUSTIFICATIVA
1. Fortalecimento da interdisciplinaridade.	O resultado da pesquisa aponta que a interdisciplinaridade prevista na PCPAV, não é praticada nas escolas, devido os professores desconhecerem a metodologia. Essa situação, também prejudica a avaliação e o processo ensino aprendizagem. Nesse sentido, a avaliação que deveria ser global, ou seja, não ser focada apenas no que é cobrado do aluno, mas também na reflexão da metodologia e do que é ensinado, torna-se apenas um momento de cobrança, de testagem, cujo resultado, do ponto de vista do professor é apenas responsabilidade do aluno. O mesmo acontece com o processo ensino-aprendizagem, que dada à falta de visão interdisciplinar, descamba para o tradicionalismo e o conteudismo, desconsiderando o nível cognitivo dos alunos e a sua realidade socioeconômica e afetiva.
2. Promoção de formação continuada.	Segundo os resultados apontados na pesquisa, às formações oferecidas, aos atores envolvidos no programa, não tem atendido suas expectativas de forma a subsidiá-los no desenvolvimento de suas tarefas. Na prática, esses momentos, são mais informativos, do que, formativos. Nesse sentido, dependendo do papel que desempenhe no programa, a falta de formação adequada dificulta a implementação do programa de várias maneiras. Os professores, pedagogos e até parte dos supervisores pedagógicos desconhecem a metodologia de projetos interdisciplinares, aprendizagem significativa. Quanto aos gestores, a maioria não reconhece a necessidade e nem a importância do programa, além de nem sequer terem ideia da quantidade exata de alunos com distorção de suas escolas. Outra situação que a pesquisa revelou, é que a SEDUC-AM, não oferece formação para os atores que trabalham com o programa e que as formações oferecidas aos docentes, pedagogos e gestores, são promovidas pela CDE-4 e organizadas pelos coordenadores adjuntos e supervisores, que por sua vez, também são carentes de formação.
3. Sistematização do monitoramento.	A pesquisa revelou dois problemas relacionados ao monitoramento que precisam ser corrigidos. O primeiro é assiduidade das visitas dos supervisores, que em algumas vezes é prejudicada por atividades não previstas organizadas tanto pela CDE-4 ou pela SEDUC-AM. O outro problema é a falta de instrumentos de monitoramento que padronizem o trabalho dos supervisores. A consequência dessa situação é que frequência e a eficiência do monitoramento são percebidas de forma diferente, pelos professores, gestores e pedagogos. Mas no geral, a pesquisa identificou que o grupo que tem menos contato com os supervisores durante as visitas as escolas são os professores.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo.

As proposições apresentadas, no Quadro 21, se postas em prática, poderão trazer melhorias substanciais a implementação do Projeto Avançar e permitir que o mesmo possa se aproximar cada vez mais dos ideais explícitos em sua PCPAV de regularizar o fluxo escolar dos alunos com distorção idade-ano, através de uma prática pedagógica diferenciada que lhes garanta o sucesso escolar.

O próximo capítulo apresenta de forma detalhada as preposições para a melhoria da implementação do Projeto Avançar na CDE-4.

3 PROPOSTA PARA MELHORIA DO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO AVANÇAR NA CDE-4

Esta pesquisa fez uma análise da implementação do “Programa de Correção de Fluxo Escolar do Ensino Fundamental: Projeto Avançar” na Coordenadoria Distrital de Educação 04.

Nesse sentido, a pesquisa teve como objetivo compreender quais as principais dificuldades da implementação do Projeto Avançar na CDE-4 e como objetivos específicos:

I - descrever o Programa de Correção de Fluxo Escolar: Projeto Avançar e sua implementação na Coordenadoria Distrital de Educação 4;

II – analisar como ocorre a implementação do Projeto Avançar na CDE-4 e nas escolas sob sua jurisdição, identificando os principais problemas dessa implementação,

III - elaborar um plano de ação visando à melhoria do processo de implementação do projeto na CDE-4.

A pesquisa aconteceu na sede da CDE-4 e nas escolas sob sua jurisdição. Essas escolas foram selecionadas de acordo com os seguintes critérios de terem no mínimo de três anos de atuação no programa e turmas ativas em 2015.

Das quatorze escolas selecionadas, apenas uma não atendeu aos critérios estabelecidos, porém, era uma das duas escolas, que possuíam turmas abertas do Projeto Avançar Fase 2 em 2015.

A metodologia utilizada na pesquisa foi o estudo de caso e o recorte temporal, da mesma, foi o período compreendido entre os anos 2007 e 2014.

Os dados e informações foram levantados através de análise documental e da pesquisa de campo, que por sua vez, foi realizada através da aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas com os principais atores envolvidos na implementação do programa.

A pesquisa de campo permitiu maior aproximação aos atores que vivenciam o programa no cotidiano das escolas e na coordenadoria distrital. Assim, foi possível conhecer quais suas impressões e atitudes em relação ao Projeto Avançar.

Este capítulo, por sua vez, apresenta uma proposta de Plano de Ação Educacional (PAE) que pode ser trabalhado durante a vigência do Projeto Avançar na Coordenadoria Distrital de Educação 04.

Este PAE tem como objetivo melhorar a implementação do Projeto Avançar na CDE-4 e em todas as escolas sob sua jurisdição, proporcionando aos alunos com distorção idade-ano a oportunidade de corrigirem seu fluxo escolar com um ensino de qualidade que os instrumentalizem a seguirem sua carreira escolar com sucesso.

3.1 Proposição de ações para melhoria da implementação do Projeto Avançar na CDE-4

Considerando o aporte teórico e os resultados da pesquisa, foi possível propor algumas ações que poderão ser executadas ao longo do período de vigência do Programa de Correção de Fluxo Escolar do Ensino Fundamental: Projeto Avançar, na Coordenadoria Distrital de Educação 4.

Nesse sentido, o objetivo dessas ações é solucionar três dos principais problemas de implementação identificados na pesquisa, que são: a não utilização da interdisciplinaridade, formação continuada inadequada as reais necessidades dos envolvidos com o programa e deficiências no monitoramento.

Nesse sentido, serão propostas três ações para serem sistematizadas no decorrer do curso desta política pública na CDE-4. São elas:

- 1) Fortalecimento da Interdisciplinaridade;
- 2) Promoção de formação continuada;
- 3) Sistematização do monitoramento;

3.1.2 Fortalecer a interdisciplinaridade no Projeto Avançar

A PCPAV elege como metodologia a ser utilizada, o ensino através de Projetos Interdisciplinares, que visa promover a aprendizagem significativa nos alunos,

O Programa traz como filosofia a necessidade de que os professores desenvolvam Projetos Interdisciplinares, a fim de facilitar o reforço da aprendizagem e o envolvimento dos alunos como corresponsáveis pelo seu

conhecimento num âmbito global. A partir do seu envolvimento e da sua participação promovendo o desenvolvimento das suas competências e habilidades, o aluno perceberá a mudança da sua realidade e despertará uma nova maneira de entender e ver a sociedade da qual é parte integrante. (AMAZONAS, 2005, pg.27)

A Interdisciplinaridade é a valorização dos conceitos específicos de cada componente curricular, pois, cada um tem seu papel na sociedade em que vivemos. As correlações, os pontos comuns e as diferenças entre os componentes curriculares contemplam uma proposta interdisciplinar. (AMAZONAS, 2005, pg.15)

O educando integrado no contexto de ensino e aprendizagem focada em um trabalho interdisciplinar possibilita-o a produzir e a participar mais a prática de atividades tanto individual como coletivamente, até mesmo os erros são vistos como inerentes ao processo, o que permite avanços na aprendizagem. (AMAZONAS, 2005, pg.29)

O Programa Correção do Fluxo Escolar nos Anos Finais do Ensino Fundamental – Projeto Avançar utilizará uma metodologia que priorize o conhecimento prévio do educando para que tenha condições de desenvolver suas habilidades e competências no decorrer do processo. Dentre outros recursos pedagógicos, os livros didáticos em servirão de subsídios pedagógicos para o educador no desenvolvimento de sua práxis (AMAZONAS, 2005, pg.2).

Esses pressupostos metodológicos apresentam semelhanças com os cinco eixos metodológicos do Programa de Aceleração da Aprendizagem, organizados pelo Centro de Ensino e Tecnologia de Brasília – CETEB, destacando-se a interdisciplinaridade, a aprendizagem significativa e a pedagogia de projetos,

1. Fortalecimento da autoestima como processo pedagógico. O foco recai sobre o aluno e buscam-se na Psicologia meios de fazê-lo superar os bloqueios emocionais decorrentes de sucessivos fracassos escolares.
2. Aprendizagens significativas. O foco recai sobre o professor, pois depende dele, do clima que promove em sala de aula e do relacionamento que estabelece com seus alunos, facilitar ou dificultar a aprendizagem.
3. Interdisciplinaridade. O foco volta-se para os conteúdos escolares, que são abordados, de forma multidisciplinar e contextualizados. Os conteúdos sucedem-se de maneira que não haja distinção de séries nem de disciplinas específicas. A interdisciplinaridade favorece a visão do todo e a aquisição de novos conhecimentos, que passam a ser aplicados no cotidiano.
4. Pedagogia de Projetos. O foco dirige-se para o método. Corresponde ao aprender fazendo, que têm em Dewey (1897) e em Kilpatrick (1918) seus precursores: é a chamada "pedagogia ativa", que torna a aprendizagem tão dinâmica e real quanto à própria vida.
5. Avaliação. O foco incide sobre todos os elementos do processo; avaliam-se o desempenho do aluno, a atuação do professor, a supervisão realizada, os aspectos da coordenação local e o assessoramento do Ceteb (QUIRINO, 2000, p.141).

Ao que parece, a PCPAV, sofreu influencia da proposta do CETEB, pois essa orientação foi à mesma em todos os estados brasileiros, que aderiram ao Programa de Aceleração da Aprendizagem do MEC, no entanto, os professores do Projeto Avançar não fizeram uso da metodologia proposta.

De acordo com os achados da pesquisa, 83% dos professores não utilizam a metodologia de projetos interdisciplinares, e outros 15% disseram trabalhar com a metodologia, e apresentaram como exemplo, ações coletivas, como feiras ou mostras. O que demonstra falta de compreensão por parte dos docentes, a cerca da interdisciplinaridade, pois, os exemplos apresentados são ações, isoladas, nas quais eles trabalham de forma independente e fragmentada, sem troca de experiências ou cooperação mútua. Ou seja, não buscam a construção de um novo conhecimento, a partir das contribuições de vida e experiências dos alunos, para solução de um problema comum.

Por tanto, é necessário que se faça uma reflexão sobre importância da interdisciplinaridade para o desenvolvimento dos alunos, no Projeto Avançar e, o quanto, a falta de sua aplicação, pode prejudicar a aprendizagem dos mesmos.

A interdisciplinaridade tem como objetivo superar a visão fragmentada do conhecimento e estabelecer um sentido de unidade abrangente entre os diversos saberes, tornando a aprendizagem significativa, sem anular o papel das diversas disciplinas, pois cada uma delas tem a sua importância, enquanto geradoras de novos conhecimentos, que procuram dar respostas a novas questões, que surgem a cada dia, dado que o conhecimento é sempre inacabado.

Nesse sentido, a interdisciplinaridade surge como um princípio a ser seguido na educação pública, pois ela possibilita aos alunos, um conhecimento que pode ser construído de modo significativo, onde as informações não são simplesmente repassadas de forma isolada, mas, a partir da interação com outros conhecimentos e com suas próprias experiências de vida.

Dirce Tavares argumenta que a interdisciplinaridade é uma exigência do mundo contemporâneo, que busca dar sentido, nas instituições de ensino, ao trabalho docente. É um caminho de heterogeneidade, sendo um de seus principais pressupostos, o diálogo entre alunos e professores, que por sua vez “deve ser reflexivo, crítico, entusiástico, que respeita e transforma. Num trabalho interdisciplinar em equipe é imprescindível, que todos estejam abertos ao diálogo em qualquer momento”. (FAZENDA, 2013)

Por tanto, não é sem propósito que a PCPAV, orienta para o trabalho interdisciplinar em sala de aula, pois quando a interdisciplinaridade é utilizada como princípio norteador da prática pedagógica, o professor abandona a postura de dono

do saber e se coloca no lugar do outro, e passa a olhar o aluno como um parceiro na construção do conhecimento e não mero espectador, por outro lado, o aluno passa a confiar e a respeitar mais o docente, uma vez, que este permite à aproximação, o contato, a troca de experiências, construindo o respeito mútuo, não impositivo.

Assim, a interdisciplinaridade possibilita ao aluno, ser ouvido e ter seu ponto de vista respeitado, a partir, do diálogo entre professor e aluno. Por outro lado, a interdisciplinaridade, também possibilita ao professor, se aproximar do aluno e conseqüentemente conhecer o que este já traz de sua história de vida e experiências, que podem servir de base para a construção do novo conhecimento, tornando a aprendizagem significativa.

Outro dado levantado na pesquisa, que tem relação direta com a interdisciplinaridade e a aprendizagem significativa, diz respeito à forma de avaliação do processo ensino-aprendizagem utilizado pelos professores.

Os dados levantados revelaram que embora, 74% dos docentes tenham afirmado que realizavam suas avaliações de forma consensual com os demais professores, considerando a assiduidade, interesse e participação dos alunos. Na prática, 72% desses professores, baseavam suas avaliações em provas escritas, principalmente discursivas, testes objetivos e exercícios escritos, desconsiderando que segundo o diagnóstico, feito por eles mesmos, pelo menos 50% dos alunos do projeto não dominam a leitura, a escrita e o cálculo.

A situação descrita é esclarecedora, do quanto, a avaliação aplicada aos alunos está desvinculada da realidade dos mesmos, que por não possuírem as competências e habilidades necessárias para lidar com ela, são taxados, de descompromissados e indisciplinados.

Diante do exposto, a utilização da interdisciplinaridade e a avaliação dos alunos são dois pontos cruciais que precisam ser revistos para o sucesso do programa, porém, que essa realidade seja modificada é necessário, que docentes, gestores, pedagogos e demais atores, reflitam sobre suas práticas, no sentido da identificação dos pontos aonde cabem melhorias, e, isso, só vai acontecer quando a avaliação também for interdisciplinar, ou seja, também se volte para esses atores, de modo a confrontá-los de forma positiva consigo mesmos.

Fazenda (2009) faz uma reflexão a respeito da avaliação interdisciplinar, como um processo que acontece em camadas, que sobrepostas, umas as outras,

vão se descortinando à medida que a avaliação vai acontecendo, até que, o todo se desnuda por completo, e fica evidente, que tanto quem avalia, quanto quem é avaliado, fazem parte de um mesmo contexto, que se completa e se constrói mutuamente.

Ao avaliarmos interdisciplinarmente, olhamos por camadas. A primeira camada remete-nos a olhar a sala toda, a escola e seu entorno – o seu espaço imediato. A segunda camada remete-nos olhar a transitoriedade do espaço, ou seja: como está, como foi e como se constituiria num vir a ser. A terceira camada remete-nos a olhar as condições do espaço atemporal, onde este foi gestado; olhamos cuidadosamente e diagnosticamos potencialidades – objetivas e subjetivas; reais e aparentes; perenes e transitórias – aproximamo-nos de um espaço, num tempo situado. A quarta camada converge nosso olhar para o aluno, sua posição atual, seus desejos, suas potencialidades – procuramos reconhecê-lo de soslaio. A quinta camada converge nosso olhar para o professor – o que conhece, o que desconhece, seus medos, inseguranças e seu arsenal de probabilidades de êxito e fracasso - aprendemos a respeitá-lo. Na sexta camada voltamo-nos a nós mesmos enquanto avaliadores, constatando e vivendo em si próprios, a existência de possibilidades de avaliar cada camada. Assim como num espelho, aprendemos a avaliar-nos no confronto com a escola, a comunidade, a sala de aula, o aluno – os saberes da nossa competência, os da competência alheia – desapegamo-nos, desnudando o próprio ser.

Uma grande rede se organiza em nosso entorno e percebemo-nos sempre provisórios e incompletos como a escola, o professor, o aluno, a vida (FAZENDA. et, al, 2009, p.39).

Nesse sentido, a avaliação interdisciplinar, assim, como a própria interdisciplinaridade não são fáceis de serem postas em prática, mas a escola não pode abrir mão diante dos desafios de praticá-las, uma vez, que elas se constituem em uma alternativa viável e apropriada, para superar a educação bancária, que embora pareça coisa do passado, ainda é a mais praticada nas escolas.

Assim, com objetivo de fortalecer a interdisciplinaridade na prática pedagógica com as turmas do Projeto Avançar, serão propostas as seguintes ações:

Elaborar um procedimento padrão com orientações para implementação do programa nas escolas da CDE-4.

- **Situação atual:** A falta de um procedimento padrão com detalhes sobre a implementação do programa e orientações aos professores e equipes gestoras a respeito da forma correta de elaboração e execução de projetos interdisciplinares, da avaliação com foco no desenvolvimento do aluno e da condução das reuniões mensais e bimestrais, dentre outras, dificulta o

planejamento e a execução das atividades. Esse problema prejudica tanto as escolas, quanto ao monitoramento feito pelos supervisores pedagógicos da CDE-4, uma vez, que lhes faltam parâmetros de avaliação e acompanhamento das atividades.

- **Proposta de melhoria:** Elaborar um procedimento padrão com orientações para implementação do programa nas escolas da CDE-4. Este procedimento deverá conter orientações claras e detalhadas a respeito dos seguintes temas: Elaboração projetos interdisciplinares; Avaliação diagnóstica inicial das competências dos alunos em leitura, interpretação e cálculo; Planejamento e coordenação das reuniões de avaliação mensal; Acompanhamento do rendimento e do desenvolvimento dos alunos ao longo do ano, Planejamento de ensino interdisciplinar com foco na aprendizagem significativa, Avaliação interdisciplinar do processo ensino e aprendizagem, com foco nas dificuldades dos alunos e na construção de ações coletivas para superação dessas dificuldades, dentre outros.

Além dessas proposições é necessário também a reestruturação das formações e oficinas oferecidas as atores. Mas, isso será visto, no plano de formação continua.

- **Como será feito:** Elaboração de um procedimento padrão para a implementação do programa nas escolas da CDE-4 – Os coordenadores adjuntos do Ensino Fundamental formarão uma comissão, composta de supervisores pedagógicos e pedagogos das escolas; esta comissão será responsável pela elaboração do procedimento, a partir, das diretrizes da PCPAV e outros documentos relacionados ao problema; a equipe produzirá primeiramente um esboço do procedimento, esse esboço será encaminhado às escolas, por e-mail, para avaliação e propostas de melhoria, que deverão ser reenviadas à CDE-4, no prazo de quinze dias a contar da data do envio do material às escolas; terminado o prazo, as proposições e análises enviadas serão analisadas pela equipe da CDE-4, para verificação de sua aplicabilidade a luz da legislação de ensino, da PCPAV e demais documentos relacionados ao tema, concluídas as análises a equipe preparará a versão final do documento, que após aprovado pela coordenadora distrital e coordenadores adjuntos, será encaminhado ao DEPPE, para sua avaliação e

aprovação, caso o DEPPE determine alguma alteração no documento, está será efetuada e reencaminhada para aprovação final, quando o documento estiver aprovado, será encaminhada às escolas para ser executado.

Formação com foco na interdisciplinaridade e na aprendizagem significativa.

- **Situação atual:** As formações oferecidas tem mais caráter informativo do que formativo, deixando os professores e demais envolvidos no programa carentes de informações e instrumentos que os subsidiem com a proposta interdisciplinar e da aprendizagem significativa, afetando de forma negativa a formação dos alunos e o processo avaliativo.
- **Proposta de melhoria:** Promover formação para os professores e pedagogos, com foco na interdisciplinaridade, na aprendizagem significativa e na avaliação diagnóstica, com ênfase na prática de sala de aula.
- **Como será feito:** o detalhamento dessa ação está no quadro 25, que trata da formação continuada.

Realização da I Mostra de Projetos Interdisciplinares do Projeto Avançar da CDE-4

- **Situação atual:** Existe uma mostra anual do Projeto Avançar, porém os temas apresentados são de livre escolha das escolas, e têm por objetivo, apenas, valorizar os talentos individuais dos alunos.
- **Proposta de melhoria:** Fazer uma mostra de projetos interdisciplinares, que será um momento para as escolas apresentarem os projetos interdisciplinares desenvolvidos que tiveram melhores resultados. O objetivo dessa ação será valorizar a interdisciplinaridade e ser um momento de avaliação dos resultados das formações oferecidas.
- **Como será feito:** I - O coordenador adjunto designará o local, a data e os horários da realização da mostra; II – Em seguida, designará um supervisor para preparar os materiais de divulgação (folder, banner, faixas e convites); III – O supervisor designado após aprontar o trabalho, encaminhará o material em mídia para o Departamento de Comunicação da SEDUC-AM, que enviará os mesmos para serem confeccionados na gráfica; IV – O coordenador adjunto, encaminhará às escolas a programação com a orientação sobre as

apresentações, e solicitará das mesmas que encaminhem a CDE-4 o nome dos projetos a serem apresentados e a relação dos participantes;

Quadro 22 – Plano de ação educacional para o fortalecimento da interdisciplinaridade no Projeto Avançar

OBJETIVO: Promover a interdisciplinaridade como princípio norteador do processo ensino aprendizagem dos docentes do Projeto Avançar na CDE-4. META: Alcançar 100% dos atores envolvidos com a implementação do Projeto Avançar na CDE-4.						
OQUE	POR QUE	COMO	QUANDO	ONDE	QUEM	QUANTO
Elaboração de um Procedimento Padrão a ser utilizado nas escolas para implementação do Projeto Avançar.	Oferecer as equipes escolares orientações detalhadas sobre a implementação do programa.	- Formando comissão de elaboração; - Estudando as diretrizes e normas; - Produzindo esboço do procedimento - Encaminhado às escolas o esboço para avaliação e sugestões de melhorias; - Elaborando a primeira versão do documento. - Enviando documento para aprovação do DEPPE; - Elaborando o documento final; - Encaminhando documento para utilização nas escolas.	Janeiro de 2016	CDE-4	Coordenadores adjuntos e comissão de elaboração	R\$0,00
Formação com foco na interdisciplinaridade e na aprendizagem significativa.	As formações oferecidas tem mais caráter informativo do que formativo.	O detalhamento dessa ação esta no quadro 25, que trata da formação continuada.	Janeiro a dezembro de 2016	CDE-4	Equipe gestora da CDE-4	R\$0,00
I Mostra de Projetos Interdisciplinares do Projeto Avançar	Proporcionar a troca de experiências entre as escolas e valorizar o trabalho desenvolvido por alunos e professores	Seleção do local do evento, data e horário.	Set/2016	CDE-4	Coord. Adj.	R\$0,00
		Preparação da pauta de apresentações e do material de divulgação.	Set/2016	CDE-4	Supervisores	R\$0,00
		Enviar convite às escolas via E-mail, solicitando o nome do projeto que será apresentado, quantidade de alunos e professores participantes	Set/2016	CDE-4	Coord. Distrital	R\$0,00
		Preparar e ensaiar os alunos para as apresentações.	Set/2016	Escolas	Professores e pedagogos	R\$0,00
		Preparação do local – som, iluminação, mídias.	Out/2016	A definir	Supervisores	R\$0,00
		Realização da Mostra	Out/2016	A definir	Supervisores	R\$0,00

Fonte: Elaborado pelo pesquisador a partir da pesquisa de campo.

3.1.3 Formação continuada

De acordo com os dados levantados na pesquisa, às formações oferecidas aos atores envolvidos com a implementação do Projeto Avançar na CDE-4, alcançaram 82% dos docentes e 76,6% dos demais pesquisados. No entanto, tais formações apresentaram como assunto predominante, o repasse de informações sobre lançamento de notas e conceitos, tendo, portanto, um caráter mais informativo, do que formativo.

Além disso, 48% dos professores respondentes e demais atores entrevistados, afirmaram que as formações recebidas não contribuíram de forma relevante para melhoria de sua atuação no programa.

Nesse sentido, a falta de efetividade das formações pode ser percebida, pelos temas apontados pelos pesquisados para futuras formações, quais sejam, aprendizagem significativa em sala de aula, desenvolvimento de competências e habilidades dos alunos e projetos interdisciplinares, com 26%, 24% e 21% da preferência respectivamente.

Além do mais, as formações oferecidas, não são organizadas por temas específicos de acordo com a função exercida pelos participantes. Assim, os pedagogos, gestores e supervisores da CDE-4, participam das mesmas formações oferecidas aos professores, por tanto, descontextualizadas das suas reais necessidades de formação.

Outro problema, em relação às formações, é que na CDE-4, quem organiza e prepara as formações dos professores do Projeto Avançar, são os coordenadores adjuntos e supervisores pedagógicos, que por sua vez, nunca receberam formação, apenas informações sobre o funcionamento do programa, repassadas em reuniões organizadas pelo DEPPE, e ainda assim, a última reunião aconteceu em 2012, quando três dos atuais supervisores nem sequer trabalhavam na coordenação.

O problema da falta, ou, da má qualidade das formações oferecidas aos professores dos programas de aceleração, também já foi apontado, por Heloisa Lück, em estudos anteriores, sobre outros programas de aceleração da aprendizagem, semelhantes ao Avançar.

“a insuficiência da capacitação, que não atingia a todos os professores das classes de aceleração”. Além, disso, conforme já mencionado, as condições

de formação inicial dos professores, entre outras, desfavoreciam o melhor aproveitamento das ações de capacitação desenvolvidas (LÜCK, 2004).

Em contrapartida (LUCK, 2004), aponta que “a realização de formação continuada inicial dos professores, como prática niveladora e formadora de uma nova mentalidade de ensino” é uma prática comprovadamente eficaz para o sucesso dos programas de aceleração da aprendizagem.

Os supervisores pedagógicos, responsáveis pelo monitoramento do programa nas escolas da coordenadoria, diferentemente dos professores e pedagogos, nem sequer, tem recebido formações sobre o Avançar desde o ano 2012, quando a GENF, através do Departamento de Políticas e Programas, fez uma formação para os gestores e supervisores da CDE-4, por tanto, os supervisores contratados após esse período, não passaram por nenhum treinamento no período.

Segundo informação repassada por uma das coordenadoras do programa na GENF, após 2012, não houve necessidade de novas formações para gestores, pedagogos e supervisores, pois o programa não passou por nenhuma modificação relevante, que justificasse essa formação, além disso, segundo a mesma, essas formações tinham como objetivo apenas o repasse de informações de caráter estrutural da organização do programa.

Por tanto, buscando superar o problema da formação continuada no Projeto Avançar serão propostas as seguintes ações:

Promoção de formação continuada para professores, pedagogos, gestores e supervisores pedagógicos.

- **Situação atual:** Embora aconteçam formações, elas não são planejadas com base nas reais necessidades dos servidores; as formações são destinadas apenas aos professores e não existe a preocupação em formações específicas para pedagogos, gestores e supervisores, as formações são mais informativas, do que, formativas.
- **Proposta de melhoria:** Elaborar um projeto de formação continuada, que contemple a necessidade de todos os atores envolvidos no processo.
- **Como será feito:** I - Elaborar um plano de formação continuada a ser implementado durante o ano letivo de 2016, baseado no resultado da pesquisa; II – As formações serão organizadas em dois módulos. O Módulo I

composto de três etapas (1-Projetos Interdisciplinares, 2-Aprendizagem Significativa e 3-Desenvolvimento de Competências e Habilidades), será destinado aos professores e pedagogos. E o Módulo II será para gestores e supervisores pedagógicos composto de duas etapas (1- Correção de fluxo escolar como política de promoção da equidade, legislação e conceitos básicos e 2- Monitoramento e avaliação dos resultados do Projeto Avançar); III – A coordenadora distrital designará uma equipe, através de memorando interno. A equipe será composta de dois coordenadores adjuntos do ensino fundamental e alguns supervisores, que se reunirão para estudarem a proposta, a legislação de referencia e outros materiais que servirão de base para elaboração do material das formações, fará parte também da equipe, um técnico da Gerencia do Ensino Fundamental (GENF), que será solicitado por meio de ofício expedido pela coordenadora distrital; IV – Após a conclusão da fase de estudo, a equipe elaborará o cronograma para as formações, estipulará a carga horária, os temas e tópicos abordados em cada formação (para os casos em que não houver pessoa na CDE-4 habilitada para oferecer a formação, será encaminhado via ofício, uma solicitação a SEDUC-AM para que a necessidade seja suprida), o formato (oficina, palestra, estudo dirigido...), o público alvo, o local e os demais insumos necessários para realização dos eventos e finalmente apresentará o trabalho a coordenadora distrital para sua aprovação; V – Após a aprovação final do programa, a coordenadora distrital emitirá um memorando aos gestores escolares, orientando sobre o período das formações e dando orientações sobre a inscrição dos participantes;

Quadro 23 – Plano de ação educacional para formação continuada no Projeto Avançar

OBJETIVO: Oferecer formação continuada com foco nas reais necessidades dos envolvidos com a implementação do Projeto Avançar META: Alcançar 100% do público alvo.						
OQUE	POR QUE	COMO	QUANDO	ONDE	QUEM	QUANTO
Elaboração dos módulos de formação continuada – I e II	Definir os pontos mais importantes a serem abordados nas formações	- Formando equipe de elaboração, - Convidando técnico da GENF para participar da equipe. - Estudando a proposta e demais documentos norteadores do programa, - Elaborando material a ser utilizado nas formações.	Jan/ 2016	CDE-4	Coordenadores e equipe de elaboração	R\$0,00
Elaborar um Plano de Formação continuada.	Estabelecer, ações, objetivos e métodos, cronograma, custos e delegar tarefas aos responsáveis pela execução do plano.	- Elaborar calendário das formações; organizar as formações de acordo com os módulos I para professores e pedagogos e II para gestores e supervisores pedagógicos. - Definindo a carga horária máxima para cada formação em 4 horas, para que os professores possam participar no seu turno de trabalho;	Jan/ 2016	CDE-4	Equipe de elaboração	R\$0,00
1ª Formação do Módulo I e Módulo II 2ª Formação do Módulo I e Módulo II. 3ª Formação do Módulo I	Proporcionar aos atores envolvidos na implementação do Projeto Avançar ferramentas metodológicas e práticas que facilitem o trabalho dos mesmos e os ajudem a alcançarem melhores resultados em termos de aprendizagem dos alunos.	Preparando materiais impressos, folhetos, convites, banner e faixas;	Jan/ 2016	CDE-4	Supervisores	R\$0,00
		Preparando o material de apoio a ser entregue aos participantes – pastas, canetas, lápis, borracha, bloco de anotações e folha de avaliação, e lanche;	Jan/ 2016	CDE-4	Supervisores	R\$0,00
		Preparando o ambiente para o encontro – equipamentos de áudio, vídeo e informática.	Jan/ 2016	CDE-4	Supervisores	R\$0,00
		Realização da Formação da 1ª formação	Fevereiro/ 2016 .	CDE-4	Supervisores	R\$0,00
		Realização da Formação da 2ª formação	Março/2016	CDE-4	Supervisores	R\$0,00
		Realização da Formação da 3ª formação	Abril/2016	CDE-4	Supervisores	R\$0,00

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da pesquisa de campo.

3.1.4 Melhorar o monitoramento do Projeto Avançar na CDE-4

O monitoramento do programa, segundo orienta a PCPAV deve ocorrer de dois modos distintos. Nas escolas, os gestores e pedagogos, devem visitar as turmas com regularidade, com objetivo de subsidiar os professores e alunos em suas dificuldades, fazer reuniões periódicas com pais e responsáveis, visando o incentivo e acompanhamento dos alunos e realizar uma reunião mensal (parada técnica) para fazer uma autoavaliação do programa e propor melhorias. Porém, o que a pesquisa constatou, é que, tanto as visitas às turmas, quanto as reuniões mensais não são realizadas em todas as escolas de forma regular.

Em algumas escolas, a realização das reuniões é praticamente inviável, pois os professores que trabalham no projeto, também atuam em turmas do regular, cujo calendário não prevê essas reuniões de planejamento. Além disso, a pesquisa constatou que algumas dessas reuniões quando acontecem, não cumprem sua principal finalidade, passando a ser meramente informativa.

Verifica-se também, que alguns profissionais, desconhecem a necessidade das reuniões diagnósticas mensais e não sabem da sua finalidade.

A pesquisa também constatou que o monitoramento do projeto realizado pelos supervisores pedagógicos precisa de alguns ajustes. O primeiro diz respeito à regularidade das visitas de supervisão as escolas, pois segundo informações recebidas junto aos docentes, a aos próprios supervisores, embora todos os meses, seja elaborado um cronograma de visitas, muitas vezes, ele não é obedecido. O motivo desse problema, segundo os supervisores, são outras atividades, organizadas tanto pela SEDUC-AM, quanto pela CDE-4, que acontecem sem estarem previstas na agenda, além de situações imprevistas que acontecem em algumas escolas, e que requerem a presença dos supervisores fora do cronograma normal de atendimento.

A percepção da presença dos supervisores durante as visitas, é outro problema a ser equacionado, pois a pesquisa constatou, que os supervisores tem mais contato com os gestores, do que com os professores e pedagogos.

Assim, os professores que têm contato direto com os alunos e conhecem melhor as dificuldades enfrentadas pelas turmas, são os menos alcançados pelo monitoramento realizado pela CDE-4. Possivelmente, essa seja a causa, de boa

parte dos professores terem afirmado, nunca ter pedido ajuda aos supervisores, ou que quando pediram não se sentiram satisfeitos.

Outro problema evidente em relação ao monitoramento, é que tanto nas escolas, quanto na CDE-4, não existe um procedimento padrão nem instrumentos exclusivos, que orientem os gestores, pedagogos e supervisores pedagógicos no acompanhamento e a avaliação das ações executadas no Projeto Avançar.

Diante do exposto, são propostas as seguintes ações, com vistas, ao aperfeiçoamento do monitoramento do Projeto Avançar na Coordenadoria Distrital de Educação 4:

Regularizar a assiduidade das visitas de supervisão pedagógica e estender o alcance das mesmas.

- **Situação atual:** As visitas estão sendo realizadas de maneira irregular, enquanto algumas escolas recebem visitas semanalmente outras nem tanto, a presença ou alcance das visitas fica mais restrito aos gestores e são menos percebidas por professores e pedagogos.

- **Proposta de Melhoria:** Aumentar a regularidade das visitas e o contato direto entre professores, pedagogos e supervisores.

- **Como será feito:** I – Na elaboração do cronograma mensal de visitas, os coordenadores adjuntos, determinarão momentos específicos, com intervalo quinzenal, para monitoramento das turmas do Projeto Avançar. Esse dia será exclusivo para o acompanhamento e ajuda aos professores e pedagogos e gestores na execução das atividades do Projeto Avançar; II – Prever, dentro do cronograma mensal de visitas de supervisão, um dia por semana, para entrega de relatórios de supervisão aos coordenadores adjuntos e avaliação das atividades desenvolvidas. Esse dia poderá ser utilizado para eventuais atividades não previstas, que requeiram a presença dos supervisores, evitando assim, a quebra da regularidade das visitas; III – Será obrigatório nas visitas que o contato dos supervisores, com os professores e turmas do projeto, assim os supervisores ficarão a par das dificuldades dos professores e dos alunos e verificar mais de perto se os professores estão trabalhando dentro das orientações propostas;

Criação de instrumentos específicos para monitoramento do programa.

1. **Situação atual:** Não existem instrumentos, como formulários ou um manual de orientação que direcione o trabalho de supervisão, dificultando assim a

avaliação das atividades e a comparabilidade entre as escolas, turmas e fases do programa. Essa situação gera insegurança nos supervisores e dificulta responder de forma consciente as necessidades apresentadas pelos docentes, pedagogos e gestores, relacionadas às atividades do projeto nas escolas.

2. **Proposta de Melhoria:** Elaborar um manual com orientações metodológicas para realização da monitoria e assessoramento do programa, para ser utilizado pelos supervisores, pedagogos e gestores escolares.

3. **Como será feito:** I – Os coordenadores adjuntos formarão uma equipe composta de dois supervisores, um dos anos iniciais e um dos anos finais, para elaboração de um procedimento de monitoramento e avaliação das atividades do Projeto Avançar; II – O procedimento deverá ser composto de um roteiro de monitoria e relatórios em forma de formulários que serão preenchidos durante as visitas; III – Tanto o procedimento, quanto os relatórios deverão abranger as seguintes dimensões da execução do projeto nas escolas: a) Gestão pedagógica (planejamentos, projetos interdisciplinares, relação professor aluno, utilização do livro didático, desenvolvimento de competências e habilidades dos alunos, aprendizagem significativa, diagnóstico inicial e modelo de avaliação e autoavaliação); b) Gestão de recursos (a garantia dos recursos necessários ao pleno funcionamento das turmas); c) Gestão de processo (respeito ao calendário e carga horária, atualização de lançamentos de notas no Diário Digital, realização das paradas técnicas mensais e bimestrais); d) Gestão de resultados (utilização dos resultados de aprovação, reprovação, abandono para planejamento com foco na melhoria dos mesmos); IV – Quando a equipe terminar o trabalho, o material será apresentado aos coordenadores adjuntos para aprovação ou indicação de ajustes que se façam necessários; V – Após aprovado, o material será confeccionado e apresentado aos gestores e supervisores para ser utilizado.

Quadro 24 – Plano de ação educacional para o monitoramento do Projeto Avançar

OBJETIVO: Aumentar a eficiência do monitoramento do Projeto Avançar na CDE-4 META: Realizar 100% das ações planejadas.						
AÇÃO	OBJETIVO	METODO	PRAZO	LOCAL	RESPONSÁVEL	CUSTO
Realizar autoavaliação periódica das ações realizadas	Utilizar a avaliação para rever as ações e fazer modificações necessárias que visem à melhoria do processo de monitoramento.	II – Prever, dentro do cronograma mensal de visitas um dia por semana, para entrega de relatórios aos coordenadores adjuntos e avaliação das atividades desenvolvidas. Esse dia poderá ser utilizado para eventuais atividades não previstas, que requeiram a presença dos supervisores, evitando assim, a quebra da regularidade das visitas;	Fev. a Dez de 2016	CDE-4	Coordenadores adjuntos e supervisores	R\$0,00
1-Regularizar a assiduidade das visitas de supervisão pedagógica e estender o alcance das mesmas principalmente aos professores.	Tornar o monitoramento um processo contínuo, cujas ações sejam pautadas no assessoramento e apoio aos atores escolares no desempenho de suas funções no Projeto Avançar.	I – Na elaboração do cronograma mensal de visitas, os coordenadores adjuntos, determinarão momentos específicos, com intervalo quinzenal, para monitoramento das turmas do Projeto Avançar. Esse dia será exclusivo para o acompanhamento e ajuda aos professores e pedagogos e gestores na execução das atividades do Projeto Avançar;	Fev. a Dez de 2016.	CDE-4	Coordenadores adjuntos	R\$0,00
		III – Será obrigatório nas visitas que o contato dos supervisores, com os professores e turmas do projeto, assim os supervisores ficarão a par das dificuldades dos professores e dos alunos e verificar mais de perto se os professores estão trabalhando dentro das orientações propostas;	Fev. a Dez de 2016.	Escolas	Supervisores pedagógicos.	R\$0,00
Criação de instrumentos específicos para monitoramento do programa.	Subsidiar os supervisores de instrumentos padronizados que os auxiliem e direcionem no monitoramento do programa e auxílio aos docentes, pedagogos e gestores em suas dúvidas de caráter pedagógico e operacional relacionadas ao Projeto Avançar.	I – Os coordenadores adjuntos formarão uma equipe composta de dois supervisores, um dos anos iniciais e um dos anos finais, para elaboração de um procedimento de monitoramento e avaliação das atividades do Projeto Avançar;	Fev. 2016.	CDE-4	Coordenadores adjuntos	R\$0,00
		II – O procedimento deverá ser composto de um roteiro de monitoria e relatórios em forma de formulários que serão preenchidos durante as visitas;	Fev. de 2016.	CDE-4	Supervisores pedagógicos.	R\$0,00
		III – Tanto o procedimento, quanto os relatórios deverão abranger as seguintes dimensões da execução do projeto nas escolas: a) Gestão pedagógica (planejamentos, projetos interdisciplinares, relação professor aluno, utilização do livro didático, desenvolvimento de competências e habilidades dos alunos, aprendizagem significativa, diagnóstico inicial e modelo de avaliação e autoavaliação); b) Gestão de recursos (a garantia dos recursos necessários ao pleno funcionamento das turmas); c) Gestão de processo (respeito ao calendário e carga horária, atualização de lançamentos de notas no Diário Digital, realização das paradas técnicas mensais e bimestrais); d) Gestão de resultados (utilização dos resultados de aprovação, reprovação, abandono para planejamento com foco na melhoria dos mesmos);	Fev.de 2016.	CDE-4	Supervisores pedagógicos.	R\$0,00
		IV – Quando a equipe terminar o trabalho, o material será apresentado aos coordenadores adjuntos para aprovação ou indicação de ajustes que se façam necessários;	Mar. 2016	CDE-4	Supervisores pedagógicos.	R\$0,00
		V – Após aprovado, o material será confeccionado e apresentado aos gestores e supervisores para ser utilizado.	Mar. 2016	CDE-4	Supervisores pedagógicos.	R\$0,00

Fonte: Elaborado pelo pesquisador a partir da pesquisa de campo.

Diante do exposto, caso, esses três Planos de Ação Educacional, postos em prática, poderão, se bem articulados, se complementarem mutuamente.

Nesse sentido, se os professores e demais atores passarem por formações bem estruturadas, que os instrumentalizem a desenvolverem uma didática com perfil interdisciplinar, terão menos problemas com os alunos e a avaliação dos mesmos e mais clareza para o desenvolvimento de projetos e promoção da aprendizagem significativa.

Os procedimentos e demais instrumentos, por sua vez, quando elaborados, servirão de base de apoio para os professores, pedagogos e gestores na implementação do programa nas escolas, e ao mesmo tempo, de parâmetro para avaliação do trabalho desenvolvido.

A instituição de uma parada semanal, para entrega dos relatórios de supervisão e análise das ações desenvolvidas, permitirá aos supervisores e coordenadores adjuntos, conhecerem os pontos positivos e negativos do trabalho desenvolvido, podendo assim, reorganizar as ações com foco numa maior eficiência das soluções dos problemas que prejudicam a implementação do programa.

Assim, os planos quando postos em prática se articularão, com objetivo de construir a cultura da autoavaliação e da constante busca de novos caminhos e novas formas de tornar o programa mais eficiente e eficaz, até porque, alguns problemas detectados na pesquisa, não foram contemplados nesses planos, mas, e precisam ser mais bem analisados e solucionados, como a seleção de professores, a adequação do livro didático e a expansão do programa, dentre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa fez uma análise do “Programa de Correção de Fluxo Escolar do Ensino Fundamental: Projeto Avançar”, na área de atuação da Coordenadoria Distrital de Educação 4, da SEDUC-AM, cujo objetivo principal foi compreender quais as principais dificuldades na implementação do programa.

Nesse sentido, seus objetivos específicos foram: descrever o Programa de Correção de Fluxo Escolar: Projeto Avançar e sua implementação na Coordenadoria Distrital de Educação 4; analisar como ocorre a implementação do Projeto Avançar na CDE e nas escolas sob sua jurisdição, identificando os principais problemas dessa implementação, e finalmente, elaborar um plano de ação visando à melhoria do processo de implementação do programa.

A metodologia adotada, proporcionou uma maior aproximação com os atores em seu campo de atuação, permitindo conhecer de perto a realidade vivenciada e os principais problemas que afetam a implementação do Projeto Avançar.

Nesse sentido, a contribuição dos atores da CDE e das escolas, na pesquisa, foi fundamental para elucidar os principais entraves que dificultam a implementação do programa e para a proposição de ações de melhoria. Uma vez que, essas, foram fundamentadas na realidade vivenciadas por esses atores.

A pesquisa demonstrou que a correção de fluxo no Brasil é um problema antigo, detectado já na primeira metade do século XX. E, que, o Amazonas, assim, como os demais estados brasileiros, vem adotando medidas para regularizar o fluxo escolar na rede estadual de ensino. Medidas essas, que tiveram a princípio um aporte do governo federal, mas, que depois, passaram a ser gerenciadas pelos estados.

Nesse sentido, o Governo do Amazonas, através da Secretaria Estadual de Educação, lançou em 2005, o Projeto Avançar, como política pública para correção do fluxo escolar no estado.

Assim, as coordenadorias distritais e regionais da SEUDC-AM ficaram responsáveis pela coordenação e monitoramento do programa nas escolas, sob suas jurisdições, dentre elas a CDE-4.

Os dados da pesquisa identificaram, que embora o Projeto Avançar venha sendo implementado na CDE-4, desde o projeto piloto, em 2005, e que seus

resultados não sejam piores aos de outros programas semelhantes, ele apresenta sérios problemas em sua implementação, que podem comprometer seus resultados, principalmente o abandono escolar e a reprovação.

Os problemas encontrados são de natureza estrutural e pedagógica.

Os problemas estruturais encontrados, em sua maioria ultrapassam as competências da CDE-4, como a impossibilidade da lotação de professores com perfil adequado, a falta de livros didática nas escolas, a dissonância entre o diário digital e avaliação adotada no programa.

Os problemas de natureza pedagógica são os que apresentam maiores possibilidades de intervenção da CDE-4, quais sejam, má qualidade das formações oferecidas, a falta de utilização da metodologia interdisciplinar e falhas no monitoramento.

Embora os entraves detectados na pesquisa, indiquem que Projeto Avançar precisa de uma reformulação, isso, não reduz a importância desse programa para a melhoria dos índices educacionais e a promoção da qualidade e da equidade na educação amazonense.

Assim, cabe a CDE-4, enquanto responsável pelo acompanhamento e suporte das políticas educacionais, emanadas da SEDUC-AM, em sua área de jurisdição, propor e efetuar ações para à melhoria dos processos de implementação do Projeto Avançar.

Nesse sentido, ao mesmo tempo, que a pesquisa expôs os problemas de implementação, também, trouxe luz a novas possibilidades de intervenção, que se efetuadas, poderão propiciar a melhoria da implementação do programa e a superação de alguns dos problemas detectados.

Dentre as possibilidades de intervenção da competência da CDE-4, pode-se elencar: o fortalecimento da interdisciplinaridade, através da adoção de procedimento padrão de implementação do programa que abarque os detalhes sobre a elaboração, execução e avaliação através de projetos interdisciplinares, elaboração de calendário letivo oficial de atividades do programa e a realização de uma mostra de Projetos Interdisciplinares; Oferta de formação continuada aos atores envolvidos, de acordo com suas necessidades de formação, com foco na interdisciplinaridade, e por fim, reestruturação do monitoramento, através da adoção de padrões de acompanhamento e avaliação das ações implementadas nas escolas.

Embora a pesquisa tivesse como foco a implementação do programa apenas na área de jurisdição da CDE-4, alguns problemas identificados, ficaram sem respostas, precisando por tanto, de elucidação e aprofundamento, quais sejam:

Porque, apesar da demanda de alunos com distorção idade-ano ainda ser grande, não existe uma ação planejada e articulada entre SEDUC-AM e suas coordenadorias distritais e regionais, com vistas à expansão do programa?

Essa falta de planejamento gera consequências que afetam diretamente os alunos e professores, como a falta de livros didáticos, de tempo necessário às atividades do projeto, e até a falta de sintonia entre a PCPAV e o Diário Digital.

Porque, a formação continuada dos atores envolvidos com a implementação Projeto Avançar não recebe a devida atenção da SEDUC-AM, apesar da PCPAV apontar a necessidade de profissionais com perfil adequado ao programa.

O que acontece com os alunos reprovados ou que abandonam o projeto? Onde estão matriculados? O que acontece quando retornam ao sistema?

E quanto aos aprovados? Será que eles têm sucesso nos estudos após passarem pelo projeto? Como eles se saem nas avaliações externas? Quantos concluem o Ensino Médio?

Por fim, espera-se que essa pesquisa possa vir contribuir, de alguma forma, para tornar a educação pública no estado do Amazonas mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

ALAVARSE, Munhoz. MAINARDES, Jeferson. **Fluxo Escolar**. Disponível em: <www.gestrado.org/?pg=dicionario-verbetes&id=7>. Acesso em: 10 Ago. 2014.

ALVES, Fátima. BONAMINO, Alícia. FRANCO, Crespo. Qualidade do Ensino Fundamental: políticas, suas possibilidades e seus limites. **Revista Ed.Soc.** Vol.28. n.100. Campinas. 2007. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 17 jun. 2014.

AMAZONAS. Lei N.º 3.642, de 26 de Julho de 2011. **Altera, na forma que especifica, a Lei Delegada n.º 78, de 18 de maio de 2007, e dá outras providências**. Disponível em: <http://rhnet.sead.am.gov.br/>. Acesso em: 17 out. 2013.

_____. Lei Delegada nº 08 de 05 de julho 2005. **dispõe sobre o regimento interno da Secretaria de Estado de Educação e qualidade do ensino – SEDUC e dá outras providências**. Disponível em: <<http://rhnet.sead.am.gov.br/>>. Acesso em: 17 out. 2013.

_____. Lei Delegada nº 78 de 08 de maio 2007. **dispõe sobre a Secretaria de Estado de Educação e qualidade do ensino - SEDUC, definindo suas finalidades, competências e estrutura organizacional, fixando o seu quadro de cargos comissionados e estabelecendo outras providências**. Disponível em: <http://rhnet.sead.am.gov.br/>. Acesso em: 17 out. 2013.

_____. **Plano Estadual de Educação 2008**. Disponível em: <<http://consed.org.br/rh/resultados/2012/planos-estaduais-de-educacao/pee-am.pdf>>. Acesso em: 09 jan. 2014.

_____. **Lei nº 6642 de 26 de julho de 2001**. Disponível em: <<http://legislador.aleam.gov.br/Legislator>>. Acesso em: 09 jan. 2014.

BRASIL. **Taxas de distorção idade-série Escolar na Educação Básica**. Disponível em: <<http://dados.gov.br/dataset/taxas-de-distorcao-idade-serie-escolar-na-educacao-basica>>. Acesso em: 05. jun. 2015

_____. **Plano decenal de educação para todos**. Brasília. MEC, 1993.

_____. **Plano Nacional de Educação 2001**. (LEI 10172 DE 09 DE JANEIRO DE 2001). Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 17. jan 2014.

_____. **Plano Nacional de Educação lançado 2014**. (Lei 13.005 de 25 de junho de 2014). Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 17. jan 2014.

CONDÉ, Eduardo Salomão. Abrindo a caixa – elementos para melhor compreender a análise das políticas públicas. **Revista Pesquisa em Debate**. UFJF. CAED. VOL 2, Nº 2, 2012. Disponível em: <<http://www.ppgp2013.caedufjf.net>>. Acesso em: 30. jun. 2014.

COORDENADORIA DISTRITAL DE EDUCAÇÃO 4. **Relatório de Gestão 2014.**

DIAS Sheila Grazielle Costa, LARA Ângela Mara de Barros. **A Conferência de Jomtien e suas principais expressões na legislação educacional brasileira da década de 1990: o caso da LDB, do PCN.** I Simpósio Nacional de Educação, 2008. Cascavel. Disponível em: <<http://www.unioeste.br/cursos/cascavel/pedagogia/eventos/2008>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

DOURADO, Luiz Fernando. **Elaboração de políticas estratégicas para a prevenção do fracasso escolar.** MEC, 2005 - Disponível em: <biblioteca digital. fev.br>. Acesso em: 24.fev. 2015.

FAZENDA, Ivani. SOARES Arlete. KIECKHOEFEL, Leomar. Avaliação e Interdisciplinaridade. **Revista Internacional d'Humanitats.** 17 set-dez 2009.CEMOrOc-Feusp / Univ. Autônoma de Barcelona.

FAZENDA, Ivani (Org.). **O que é interdisciplinaridade?** 2. ed. São Paulo - SP: Cortez, 2013.

FERREIRA, M. da C. M. **Aceleração da aprendizagem para jovens e adultos: um olhar sobre o projeto tempo de acelerar em Manaus.** 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2011.

SILVA FILHO, Antônio A. da. **Programa Travessia: Proposições da política de aceleração dos estudos na educação básica em Pernambuco.** Universidade Federal de Pernambuco.

GIL, Antônio Carlos. **Estudo de caso.** São Paulo – SP: Atlas, 2009.

INEP. Instituto Nacional de Pesquisa e Estudos Educacionais Anísio Teixeira. **Taxa de distorção idade-série por unidade da federação.** Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>>. Acesso em: 09 jan. 2014.

_____. Instituto Nacional de Pesquisa e Estudos Educacionais Anísio Teixeira. **Resultado final do censo escolar 2012.** Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/indicadores-educacionais>>. Acesso em: 09 jan. 2014.

LÜCK, Heloisa, PARENTE, M. M. de Alencar. **Mecanismos e experiências de correção do fluxo escolar no Ensino Fundamental.** Texto para discussão nº 1032. Brasília, 2004. Disponível em: <www.ipea.gov.br/portal>. Acesso em: 19 out. 2014.

LÜCK, Heloisa. **Gestão Educacional: uma questão paradigmática.** 7. ed. – Petrópolis – RJ: Vozes, 2010.

MAINARDES, Jeferson. **Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais.** Educ. Soc., Campinas, vol. 27, n. 94, p. 47-69,

jan./abr. 2006 47. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 25 jan. 2015

MAY, Tim. **Pesquisa social: questões e processos**. 3ª ed. Porto Alegre – RS: Artmed, 2004.

MEC. **PEDE Escola instrumento 1 E 2** –. MEC, 2005 - Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/sef00.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2015.

MOREIRA, Marco A. **Aprendizagem significativa: a teoria e textos complementares**. São Paulo: Livraria da Física, 2011.

MOREIRA, Marco A. **Mapas conceituais e aprendizagem significativa**. São Paulo: Centauro, 2010.

PRADO, Iara Glória de Areias. **LDE e políticas de fluxo escolar**: Ministério da Educação, 2000. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 03 mar. 2015.

QUIRINO, M, M de Freitas. **Aceleração da aprendizagem**: a redescoberta do prazer de aprender. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/sef00.pdf>>. Acesso em: 05 Jun. 2015.

SARAIVA, A.M.A. **Taxa de matrícula bruta**. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C. DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação 2010. CDROM; Disponível em: <<http://www.gestrado.net.br/pdf/204.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2015.

VIEIRA, L.M.F. DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM. Disponível em:<<http://www.gestrado.org/pdf/204.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2014.

SEDUC-AM. **Proposta Curricular do Programa de Correção de Fluxo**: Projeto Avançar – Fase 1,2,3 e 4. Secretaria de Estado da Educação e Qualidade de Ensino. Departamento de Políticas e Programas Educacionais (DEPPE) – Gerencia do Ensino Fundamental (GENF). Manaus: 2005.

SIGIAM. **Análise de resultado por coordenadoria de ensino**. Sistema Integrado de Gestão Escolar do Amazonas Disponível em: <<https://servicos.sigiam.am.gov.br>>. Acesso em: 08 jan. 2014.

SIGIAM. Secretaria de Estado da Educação e Qualidade de Ensino. Sistema Integrado de Gestão Educacional do Amazonas. **Análise do resultado – Por Coordenadoria de Ensino – Distrital 04** – Ensino Fundamental Avançar Disponível M<<https://servicos.sigiam.am.gov.br/rendimento>>. Acesso em: 05 fev. 2014.

YIN, Robert K. **Estudo de caso – planejamento e métodos**. 2ª ed. Porto Alegre – RS: Bookmam, 2001.

APÊNDICE A

ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA PARA COORDENADOR ADJUNTO PEDAGÓGICO

Questionário criado para etapa de coleta de dados da pesquisa de Mestrado PROJETO AVANÇAR: OS DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO EM UMA COORDENADORIA DISTRITAL DE EDUCAÇÃO DA SEDUC-AM, no Programa de Pós-graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública (PPGP) do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (Caed), da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

CRITÉRIOS

- a) A identificação dos respondentes não será divulgada.
 - b) As respostas e o resultado consolidado da pesquisa não serão divulgados a terceiros;
- Sua contribuição será de grande valia para o desenvolvimento do trabalho.

ENTREVISTA COM COORDENADOR ADJUNTO PEDAGÓGICO DO ENSINO FUNDAMENTAL

1. O Projeto Avançar Anos Finais foi implantado pela SEDUC-AM, em 2005 como piloto em algumas escolas da CDE-4. Quando e como você tomou conhecimento dessa política?
2. Como você avalia o Projeto Avançar Anos Finais? Ele tem alcançado seus objetivos e metas?
3. Em geral qual é a reação dos professores, pedagogos e gestores escolares, quando o Projeto Avançar Anos Finais é implantado pela primeira vez em suas escolas?

4. Quais as principais dificuldades que você observou durante a implantação do Projeto Avançar nas escolas da CDE-4?
5. Como a Coordenação Adjunta do Ensino Fundamental acompanha a implementação do Projeto Avançar Anos Finais em suas escolas?
6. Segundo a Proposta Curricular os professores do Projeto Avançar Anos Finais, devem ter um perfil adequado e aceitarem a proposta curricular e serem selecionados pelos gestores e pedagogos escolares? Isso de fato acontece? Como é feita essa seleção? Como é esse perfil?
7. Qual a sua opinião a respeito da aprendizagem significativa e projetos interdisciplinares em sala de aula, previstos na Proposta Pedagógica? É uma metodologia exequível? Ela tem acontecido nas salas do Projeto Avançar Anos Finais? Os professores foram capacitados sobre essas metodologias?
8. Você recebeu alguma capacitação para atuar na coordenação do Projeto Avançar Anos Finais? Quando? Quem deu essa capacitação? Como foi?
9. Os supervisores pedagógicos recebem alguma formação por parte da CDE-4 ou da SEDUC- AM para fazerem a monitoria do Projeto Avançar Anos Finais? Como é essa formação? Quem são os formadores?
10. Os gestores escolares demonstram ter conhecimento sobre a legislação e a Proposta Curricular do Projeto Avançar Anos Finais?
11. Você sente um real comprometimento dos gestores com a implementação do Projeto Avançar Anos Finais?
12. Como você avalia a utilização da Proposta Curricular do Projeto Avançar Anos Finais por Parte dos professores?

13. Os alunos que concluem com êxito o Projeto Avançar Anos Finais continua sendo acompanhados ao longo de sua vida escolar até o Ensino Médio?

14. Verifica-se o desempenho dos alunos do projeto em avaliações externas? Como tem sido o desempenho deles?

15. Como você avalia o material didático do Projeto Avançar Anos Finais?

16. As escolas tem recebido esse material em quantidade suficiente para atender todos os alunos? Oque tem sido feito a respeito?

17. Existem ações específicas para o Projeto Avançar Anos Finais no Plano de Ação do seu departamento? Quais são eles? Quais seus objetivos e metas?

18. De 2009 a 2015 a quantidade de turmas implantadas do Projeto Avançar Anos Finais vem aumentando, houve salto de 20 turmas em 2009 para 39 em 2010, chegando a 70 turmas em 2015. Qual sua opinião a respeito? Por que o número de turmas vem aumentando em vez de reduzir já que o objetivo do Projeto e a correção de fluxo?

APÊNDICE B

QUESTIONÁRIO – PROFESSOR (A)

Questionário criado para etapa de coleta de dados da pesquisa: PROJETO AVANÇAR: OS DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO EM UMA COORDENADORIA DISTRITAL DE EDUCAÇÃO DA SEDUC/AM, do Mestrado Programa de Pós-graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública (PPGP) do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (Caed), da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

CRITÉRIOS

- a) A identificação dos respondentes não será divulgada;
 - b) As respostas e o resultado consolidado da pesquisa não serão divulgados a terceiros;
- Sua contribuição será de grande valia para o desenvolvimento do trabalho.

Escola: _____

- 1) Seu turno de trabalho com as turmas do Projeto Avançar:
 - a) ☐ Matutino
 - b) ☐ Vespertino
 - c) ☐ Noturno
- 2) Sexo:
 - a) ☐ Masculino
 - b) ☐ Feminino
- 3) Componente Curricular no qual atua no Projeto Avançar.
 - a) ☐ Matemática
 - b) ☐ Língua Portuguesa
 - c) ☐ Língua Estrangeira
 - d) ☐ Ciências Naturais
 - e) ☐ Geografia
 - f) ☐ História

- g) ☐ Educação Física
- h) ☐ Ensino Religioso
- i) ☐ Ensino das Artes

FORMAÇÃO

4) Qual é o seu nível de formação?

- a) ☐ Graduação
- b) ☐ Pós-graduação
- c) ☐ Mestrado
- d) ☐ Doutorado

FORMAÇÃO CONTINUADA

5) Você participou de alguma formação(palestras, oficinas, cursos etc.) sobre o Projeto Avançar Anos Finais. Essa formação contribuiu para melhorar sua atuação como professor ?

- a) ☐ Sim. E contribuiu muito.
- b) ☐ Sim. Mas contribuiu pouco.
- c) ☐ Sim. Mas não trouxe nenhuma contribuição.
- d) ☐ Não participei de formações.

6) Marque a carga horária aproximada, das formações (palestras, oficinas, cursos etc.) sobre o Projeto Avançar Anos Finais que você participou?

- a) ☐ 1 a 4 horas
- b) ☐ 5 a 8 horas
- c) ☐ 9 a 12 horas
- d) ☐ Mais de 12 horas

7) Escolha dentre os itens abaixo aquele que você considera mais relevante para ser abordado em uma futura formação de professores do Projeto Avançar Anos Finais?

- a) ☐ Planejamento anual e bimestral
- b) ☐ Aprendizagem Significativa em sala de aula
- c) ☐ Projetos Interdisciplinares
- d) ☐ Desenvolvimento das Competências e Habilidades dos alunos
- e) ☐ Utilização do Livro didático do Projeto Avançar Anos Finais

- f) ☐ Processos avaliativos

EXPERIENCIA PROFISSIONAL

- 8) Há quanto tempo você atua como professor(a) do Projeto Avançar Anos Finais?
- a) ☐ Menos de 2 anos
 - b) ☐ 3 a 5 anos
 - c) ☐ 6 a 10 anos
 - d) ☐ Mais de 10 anos

SITUAÇÃO FUNCIONAL

- 9) Qual é a sua situação funcional nesta escola?
- a) ☐ Professor efetivo
 - b) ☐ Professor contratado
 - c) ☐ Professor efetivo com dobra de carga
 - d) ☐ Professor integrado
 - e) ☐ Professor em estágio probatório

PROCESSO DE SELEÇÃO

- 10) Como você passou a fazer parte do quadro de professores do Projeto Avançar Anos Finais?
- a) ☐ Fui encaminhado pela SEDUC-AM.
 - b) ☐ Fui encaminhado pela CDE-4.
 - c) ☐ Fui selecionado pelo gestor e pedagogo da escola.
 - d) ☐ Foi escolha minha
- 11) Qual sua opinião a respeito de ter sido lotado para trabalhar com turmas do Projeto Avançar Anos Finais?
- a) ☐ Não gostei. Mas não tive alternativa.
 - b) ☐ Gostei. Gosto de novas experiências.
 - c) ☐ Gostei. Pois já havia trabalhado no projeto antes e me identifiquei.
 - d) ☐ Fiquei indiferente. Trabalho é trabalho

PRÁTICA PEDAGÓGICA

- 12) Você desenvolve com outros professores algum Projeto Interdisciplinar para as turmas do Avançar?
- i) ☐ SIM. Nome do Projeto: _____
Turmas do Projeto que Participam: _____
- ii) Disciplinas participantes: _____
- b) ☐ NÃO. Explique o motivo: _____
- 13) Qual é a quantidade aproximada de alunos que apresenta dificuldade de leitura e interpretação de textos?
- a) ☐ Todos
- b) ☐ Mais da metade
- c) ☐ Menos da metade
- d) ☐ Nenhum
- e) ☐ Não fiz esse levantamento
- 14) Qual a quantidade aproximada de alunos que não dominam as operações básicas da matemática?
- a) ☐ Todos
- b) ☐ Mais da metade
- c) ☐ Menos da metade
- d) ☐ Nenhum
- e) ☐ Não fiz esse levantamento.
- 15) Qual das afirmativas abaixo melhor representa sua maneira de avaliar?
- a) ☐ Avalio de acordo com o desempenho dos alunos nas avaliações
- b) ☐ Avalio de acordo com o desempenho dos alunos nas avaliações e seu comportamento em sala de aula
- c) ☐ Avalio em consenso com os outros professores, levando em consideração a frequência, o interesse, a participação e o desempenho dos alunos
- 16) Antes das avaliações, você esclarece aos seus alunos o processo que será usado e a nota a ser atribuída?
- a) ☐ Sempre
- b) ☐ Quase sempre
- c) ☐ Nem sempre
- d) ☐ Nunca
- 17) Marque o tipo de avaliação que você mais aplica aos alunos do Projeto Avançar.

- a) ☐ Prova discursiva
- b) ☐ Testes objetivos
- c) ☐ Portfólio
- d) ☐ Seminário
- e) ☐ Confecção de cartazes ou maquetes
- f) ☐ Feira científica
- g) ☐ Exercícios escritos
- h) ☐ Trabalho de pesquisa com defesa oral

18) Das formas de avaliação abaixo, marque a que produziu melhores resultados quando aplicada as turmas do Projeto Avançar Anos Finais.

- a) ☐ Prova discursiva
- b) ☐ Testes objetivos
- c) ☐ Portfólio
- d) ☐ Seminário
- e) ☐ Confecção de cartazes ou maquetes
- f) ☐ Feira científica
- g) ☐ Exercícios escritos
- h) ☐ Trabalho de pesquisa com defesa oral

UTILIZAÇÃO DE RECURSOS PEDAGÓGICOS

19) Você utiliza o livro didático do Projeto Avançar Anos Finais?

- a) ☐ Sim. Sempre.
- b) ☐ Sim. Mas nem sempre.
- c) ☐ Sim. Mas quase nunca.
- d) ☐ Não utilizo por que não gosto do livro.
- e) ☐ Não utilizo por que a escola não recebeu o livro.

20) Qual é a sua opinião a respeito do livro didático do Projeto Avançar Anos Finais da sua disciplina?

- a) ☐ Adequado e de fácil compreensão para professores e alunos
- b) ☐ Adequado, porém de difícil compreensão para os alunos, requer constante intervenção do professor
- c) ☐ Inadequado e muito difícil de ser usado em sala de aula

21) Marque com [S] para sim utilizo, ou [N] para não utilizo, [I] para inexistente na escola, de acordo com o uso que você faz desses ambientes nas atividades do Projeto Avançar Anos Finais.

- a) ☐ Biblioteca
- b) ☐ Sala de mídias (TV Escola)
- c) ☐ Auditório
- d) ☐ Laboratório de informática
- e) ☐ Laboratório de ciências
- f) ☐ Quadra de esportes
- g) ☐ Pátio da escola
- h) ☐ Outros

MONITORAMENTO INTERNO

22) O pedagogo ou gestor escolar acompanha o rendimento, a frequência e o comportamento dos alunos?

- a) ☐ Sim. Toda semana.
- b) ☐ Sim. Toda quinzena.
- c) ☐ Sim. Uma vez no mês.
- d) ☐ Sim. Só no final do bimestre.
- e) ☐ Não fazem esse acompanhamento.

23) O pedagogo ou gestor escolar se reúne com os professores para fazerem avaliações diagnósticas das turmas do projeto, para elaboração de planos e estratégias de ação para melhoria dos resultados?

- a) ☐ Sim. Toda semana.
- b) ☐ Sim. Toda quinzena.
- c) ☐ Sim. Uma vez no mês.
- d) ☐ Sim. Só no final do bimestre.
- e) ☐ Não fazem esse acompanhamento.

24) Com que frequência os supervisores da CDE-4 orientam ou avaliam seu trabalho desenvolvido com as turmas do Projeto Avançar Anos Finais?

- a) ☐ Semanalmente
- b) ☐ Quinzenalmente
- c) ☐ Mensalmente

d) ☐ Não há (Passe para a questão 37)

25) Você já recebeu alguma orientação ou ajuda por parte dos supervisores da CDe-4 referente ao Projeto Avançar Anos Finais?

a) ☐ Sim e obtive o apoio necessário

b) ☐ Sim, mas não obtive o apoio necessário

c) ☐ Nunca precisei solicitar ajuda dos supervisores

OBRIGADO PELA COLABORAÇÃO.

APÊNDICE C

QUESTIONÁRIO – SUPERVISOR PEDAGÓGICO (A)

Questionário criado para etapa de coleta de dados da pesquisa: PROJETO AVANÇAR: IMPLEMENTAÇÃO E PERSPECTIVAS DE MELHORIA EM UMA COORDENADORIA DISTRITAL DE EDUCAÇÃO DA SEDUC/AM, do Mestrado Programa de Pós-graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública (PPGP) do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (Caed), da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

CRITÉRIOS

- a) A identificação dos respondentes não será divulgada;
 - b) As respostas e o resultado consolidado da pesquisa não serão divulgados a terceiros;
- Sua contribuição será de grande valia para o desenvolvimento do trabalho.

- 1) Indique o turno que você supervisiona o Projeto Avançar nas escolas da CDE-4:
 - a) ☐ Matutino b) ☐ Vespertino c) ☐ Noturno
- 2) Quantas escolas você supervisiona? _____
- 3) Quantas dessas escolas têm o Projeto Avançar Anos Finais? _____
- 4) Qual seu sexo:
 - a) ☐ Masculino b) ☐ Feminino

FORMAÇÃO

- 5) Você é graduado em?
- 6) Qual é o seu nível de formação?
 - a) ☐ Graduação
 - b) ☐ Pós-graduação
 - c) ☐ Mestrado
 - d) ☐ Doutorado

FORMAÇÃO CONTINUADA

7) Você participou de alguma formação (palestras, oficinas, cursos etc.) para atuar na supervisão do Projeto Avançar Anos Finais?

- a) ☐ Sim
- b) ☐ Não (Passe para a questão 10).

8) Quem ofereceu essa formação?

9) Marque a carga horária aproximada, das formações (palestras, oficinas, cursos etc.) sobre o Projeto Avançar Anos Finais que você participou?

- a) ☐ 1 a 4 horas
- b) ☐ 5 a 8 horas
- c) ☐ 9 a 12 horas
- d) ☐ Mais de 12 horas

10) A formação recebida contribuiu para sua atuação no Projeto Avançar Anos Finais?

- a) ☐ Contribui muito
- b) ☐ Contribuiu pouco
- c) ☐ Contribuiu muito pouco
- d) ☐ Não contribuiu.

11) Escolha dentre os itens abaixo aquele que você considera mais relevante para ser abordado em uma futura formação de supervisores do Projeto Avançar Anos Finais?

- a) ☐ Elaboração do Planejamento anual e bimestral
- b) ☐ Como promover a Aprendizagem Significativa em sala de aula
- c) ☐ Como elaborar Projetos Interdisciplinares
- d) ☐ Como desenvolver as Competências e Habilidades dos alunos
- e) ☐ Utilização do Livro didático do Projeto Avançar Anos Finais
- f) ☐ Proposta Curricular
- g) ☐ Outro. Qual? _____

EXPERIENCIA PROFISSIONAL

12) Há quanto tempo você atua como supervisor (a) na CDE-4?

- a) ☐ Menos de 2 anos
- b) ☐ 2 a 5 anos

c) ☐ 6 a 10 anos

d) ☐ Mais de 10 anos

13) Há quanto tempo você atua como supervisor (a) do Projeto Avançar Anos Finais?

a) ☐ Menos de 2 anos

b) ☐ 3 a 5 anos

c) ☐ 6 a 10 anos

d) ☐ Mais de 10 anos

PROCESSO DE SELEÇÃO

14) Você participou de algum processo seletivo para atuar na supervisão das turmas do Projeto Avançar?

a) ☐ Sim. Como foi esse processo? _____

b) ☐ Não. Explique o motivo: _____

15) Você se sente suficientemente preparado para fazer a supervisão do Projeto Avançar anos Finais?

a) ☐ Sim. O suficiente.

b) ☐ Sim. Mas não o suficiente, preciso me preparar melhor.

c) ☐ Não. Ainda tenho muitas dúvidas a respeito.

MONITORAMENTO

16) Quantas visitas você faz em média, durante o mês, considerando somente as escolas que tem o Projeto Avançar Anos Finais? _____

17) Existe um protocolo, manual de orientação, ou plano de ação, que oriente seu trabalho na supervisão do Projeto Avançar Anos Finais nas escolas?

a) ☐ Sim. Explique como é esse documento e quais as principais orientações para os supervisores pedagógicos _____

b) ☐ Não. Dê sua opinião a respeito: _____

18) Existe algum instrumento (formulário, questionário, relatório) utilizado durante as visitas?

- a) ☐ Sim. Fale sobre esse instrumento. Ele atende todas as especificidades necessárias à supervisão do Projeto Avançar? Formulário / relatório.
Atende. O que não atende são situações do dia-a-dia que temos que encontrar soluções para tal
- _____.

- b) ☐ Não. Dê sua opinião a respeito: _____

19) Você recebe algum cronograma para realização da supervisão nas escolas?

- a) ☐ Sim. E ele é obedecido sempre.
b) ☐ Sim. Mas, nem sempre ele é obedecido.
c) ☐ Sim. Mas, quase nunca ele é obedecido.

Explique por que você marcou essa alternativa?

20) O cronograma dos supervisores prevê momentos destinados para reuniões com o coordenador adjunto ou coordenador distrital para avaliação das atividades do Projeto Avançar Anos Finais?

- a) ☐ Sim. Fale sobre essas reuniões, quantas estão previstas para 2015? Quantas já aconteceram? O que foi tratado nessas reuniões?
- _____
- _____

- b) ☐ Não. Dê sua opinião a respeito? _____
- _____

21) Após as visitas as escolas você emite algum relatório?

- a) ☐ Sim. O que é feito desse relatório? Quem toma ciência dele? Que encaminhamentos são tomados sobre os assuntos nele contidos? _____

- b) ☐ Não.

22) Quais os principais problemas que você detecta durante a supervisão das atividades relacionadas ao Projeto Avançar nas escolas que você visita?

23) Como a CDE-4 tem tentado resolver esses problemas? _____

24)A CDE-4 avalia o trabalho desenvolvido, pelos gestores, professores e pedagogos que trabalham com o Projeto Avançar?

a) ☐ Sim. Explique. Como é feita essa avaliação? Que critérios são avaliados? Quem realiza? Com que periodicidade?_____

b) ☐ Não. Dê sua opinião a respeito:_____

25)CDE-4 realiza atividades exclusivamente para as escolas do Projeto Avançar Anos Finais?

a) ☐ Sim. Quais são elas? Quando acontecem? Quem organiza e executa?Quais seus objetivos?_____

b) ☐ Não.

26)Você considera que essas atividades têm alcançado seus objetivos?

a) ☐ Sim.

Explique._____

b) ☐ Não.

Explique._____

27)Como você vê a participação dos professores e pedagogos nesses eventos?_____

28)Utilize este espaço para fazer críticas ou dar sugestões sobre a implementação do Projeto Avançar Anos Finais na CDE-4.

OBRIGADO PELA COLABORAÇÃO!

APÊNDICE D
ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA COORDENADORA
DISTRITAL DE EDUCAÇÃO

Questionário criado para etapa de coleta de dados da pesquisa de Mestrado PROJETO AVANÇAR: IMPLEMENTAÇÃO E PERSPECTIVAS DE MELHORIA EM UMA COORDENADORIA DISTRITAL DE EDUCAÇÃO DA SEDUC/AM, no Programa de Pós-graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública (PPGP) do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (Caed), da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

CRITÉRIOS

- a) A identificação dos respondentes não será divulgada;
 - b) As respostas e o resultado consolidado da pesquisa não serão divulgados a terceiros;
- Sua contribuição será de grande valia para o desenvolvimento do trabalho.

ENTREVISTA COM COORDENADOR(a) DA CDE-4

Nome (opcional): _____

Tempo de serviço na SEDUC-AM: _____

Tempo de Serviço na CDE-4 como coordenador(a) _____

Formação: _____

19. PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO:

- a. Em que ano o Projeto Avançar foi implantado na sua coordenadoria?
- b. Quais os critérios utilizados para a criação de turmas do Projeto Avançar nas escolas da sua coordenadoria?
- c. Como os coordenadores adjuntos do Ensino Fundamental 1 e Ensino Fundamental 2 participam do processo decisório de criação de turmas do Projeto Avançar?

- d. Qual a participação dos gestores escolares no processo de abertura de turmas?
- e. Durante o processo de implantação houve a oferta por parte da SEDUC-AM de cursos de capacitação sobre a abordagem da Proposta Curricular para a equipe da CDE-4? Como foi? Quem participou? Qual a carga horária aproximada dessas formações?
- f. Você percebeu alguma resistência à implantação do Projeto Avançar por parte dos gestores escolares da CDE-4? Como se manifestaram?

20. MONITORIA:

- a. Você prevê ações específicas para o Projeto Avançar Anos , no Plano de Ação da sua coordenadoria? Quais são eles para 2015?
- b. Em sua coordenadoria, quais são os profissionais responsáveis pela monitoria da implementação do Projeto Avançar?
- c. Como esses profissionais fazem essa monitoria? Com que frequência?
- d. A SEDUC-AM ou a CDE-4 dispõe de algum manual de orientação para a implementação o Projeto Avançar Anos Finais, destinado aos gestores escolares? Qual? Quem elaborou? Ele é contextualizado a realidade atual da CDE-4?
- e. Como você avalia os resultados alcançados pelo Projeto Avançar Anos Finais em sua coordenação? Ele tem alcançado seus objetivos e metas?
- f. Você reúne sua equipe de coordenadores adjuntos, para fazer um balanço das atividades do Projeto Avançar? Com que frequência isso acontece? Que ações são tomadas após essas reuniões?

21. A PROPOSTA CURRICULAR E O LIVRO DIDÁTICO:

- a. Como você avalia a utilização e aceitação da Proposta Curricular do Projeto Avançar por parte dos professores, pedagogos e gestores escolares?
- b. As escolas recebem livros em quantidade suficiente para atendimento de todos os alunos, professores e disciplinas do Projeto Avançar Anos Finais?
- c. Como é feita a escolha ou elaboração desse material? Existe a participação dos professores no processo?
- d. Como você vê a aceitação do livro didático por parte dos professores?

- e. Em sua opinião esse material atende as orientações contidas na Proposta Curricular?
- f. Em sua opinião, quais as condições básicas indispensáveis para o pleno funcionamento das turmas do projeto avançar nas escolas?
- g. Em sua opinião as escolas da CDE-4, que tem turmas do Projeto Avançar, reúnem essas condições?